

MAIO ■ JUNHO ■ JULHO/2002 Nº65 R\$ 8,00

Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

ESPECIAL
Encarte Eleições 2002
IDÉIAS PROGRAMÁTICAS DO PCdoB



EUA Tentam Impor Nova Ordem

Ações unilaterais de violência e coerção fazem parte da perigosa escalada guerreira imposta pelos EUA sob o governo Bush. Os povos lutam e resistem com a bandeira da paz

A Agenda Agressiva
dos EUA
Luis Fernandes

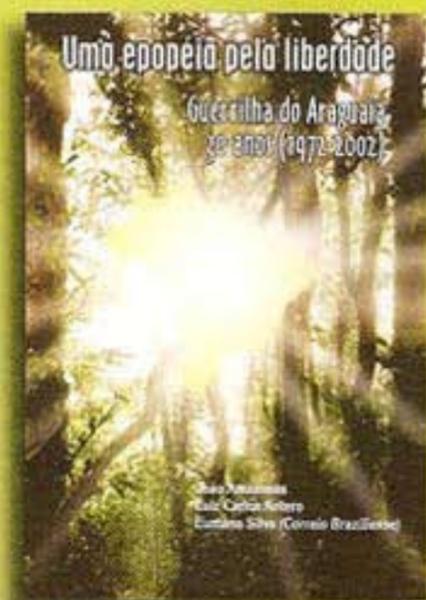
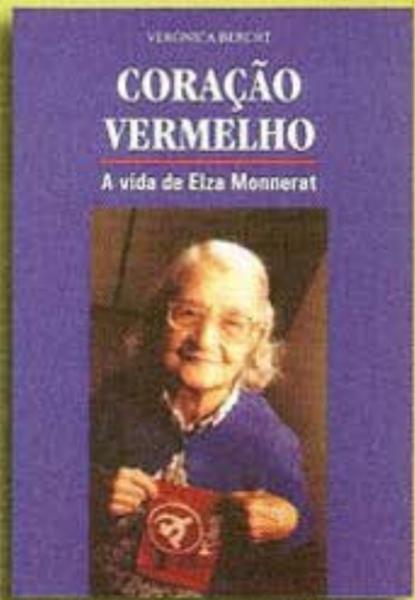
O Sofrimento do
Povo Palestino
José Saramago

O Socialismo
na China
Renato Rabelo

Não perca os lançamentos



Anita Garibaldi



Novo rumo para o Brasil: documentos e resoluções do 10º Congresso do PCdoB

A resolução do 10º Congresso intitulada Um Novo rumo para o Brasil expressa uma compreensão avançada da natureza da crise que o capitalismo brasileiro atravessa e aponta os rumos claros de um programa de reconstrução nacional. Esta proposta ganha força na sociedade. Além das resoluções o livro apresenta um conjunto de intervenções que orientam e organizam o Partido e informam os militantes interessados em mudar o Brasil.

360 pág. R\$ 25,00

Coração vermelho: a vida de Elza Monnerat Verônica Bercht

Coração Vermelho conta a história de uma menina alegre, trabalhadora, montanhista que sonhou ser revolucionária. Tornou-se dirigente do PCdoB, participou de todo o processo de preparação da Guerrilha do Araguaia; foi presa e torturada, mas em mais de meio século de militância nunca perdeu a alegria, a determinação e a ousadia da juventude.

168 pág. R\$ 18,00

Uma epopéia pela liber- dade: Guerrilha do Ara- guaia 30 anos (1972- 2002)

Luiz Carlos Antero, João Amazonas e Eumano Silva

Com objetividade explica por que depois de 30 anos a Guerrilha do Araguaia provoca tanto interesse e ocupa mais espaço na mídia. João Amazonas fala de como viviam os guerrilheiros; Eumano relata o que o povo da região fala hoje e Luiz Carlos Antero mostra que o povo do Araguaia promove em cada gesto o reencontro com a história da guerrilha cujo programa não perdeu a atualidade.

72 pág. R\$ 10,00

A burocracia e os desafios da transição socialista Luciano Cavini Martorano

A desagregação do bloco socialista dez anos atrás desorientou grande parte dos marxistas. Luciano procura analisar as causas que levaram à derrota da primeira experiência socialista ao levar a deformação burocrática, afastando as massas da direção do processo da construção socialista. É uma importante contribuição ao debate para a retomada da iniciativa socialista do mundo.

232 pág. R\$ 24,00

Estabilidade: para os especuladores ou para o Brasil?

A CAMPANHA eleitoral pela sucessão do presidente Fernando Henrique Cardoso se desenvolve a pleno vapor. O Planalto e o PSDB tudo fizeram – e fazem – para limpar o caminho para José Serra como candidato oficial na eleição deste ano. Mas Serra ainda não conseguiu unificar o campo governista para dar continuidade ao projeto neoliberal de FHC. Ao contrário, o que se viu foi a divisão entre os partidos que sustentam o governo.

Abre-se um quadro marcado por chances consistentes de o candidato opositor, Luiz Inácio Lula da Silva, chegar ao Palácio do Planalto à frente de um programa de mudanças e apoio político capazes de colocar o país em um novo rumo de desenvolvimento.

A dificuldade para as classes dominantes encontrarem um “anti-Lula” provoca agitação no campo conservador, que passou à retórica da chantagem e da intimidação, segundo a qual a vitória de Lula poderia trazer o caos e o afastamento de investimentos estrangeiros.

É preciso desmascarar essas alegações. Em primeiro lugar, as bases, da proclamada “estabilidade” que o governo de FHC diz ter alcançado, são desastres econômicos e sociais que afetam enormes setores da sociedade brasileira, jogam o povo no desemprego e na miséria. É a “estabilidade” dos grandes financistas, dos donos do capital.

Os dois mandatos de FHC representaram a defesa desses interesses e a rendição às imposições do grande capital e das agências internacionais, como o FMI e o Banco Mundial. Promoveu-se, para isso, uma profunda reorganização da economia, e a Constituição de 1988 foi desfigurada para acobertar os ataques contra a soberania do país e os direitos sociais e democráticos do povo brasileiro.

Balancos desse período, publicados recentemente, mostram a extensão dos danos que o governo de FHC causou ao país. No começo da década de 1990, as empresas do governo tinham 45% do capital total, as privadas nacionais tinham 40%, e as estrangeiras, 15%. Ao final do período FHC, as privadas nacionais continuam com 40%, enquanto as estrangeiras mais que dobraram, alcançando 36%; e as empresas estatais recuaram para 24%. No começo da década de 1990, antes da privatização, as empresas de energia elétrica e de telecomunicações enviavam ao exterior, a título de remessa de lucros e pagamento de dividendos, perto de um bilhão de dólares ao ano. Em 2001, depois de privatizadas, essas empresas mandaram 4,9 bilhões de dólares.

Chama a atenção que o lucro recorde dos bancos destoa da realidade da economia nacional e do povo. Os 31 bancos que divulgaram balanço de 2001 lucraram 110,8% a mais que em 2000 (quando tiveram ótimos resultados). A defesa desta situação de privilégio move os setores conservadores e o grande capital no esforço continuísta. Grandes bancos e corretoras de investimento recomendaram a seus clientes cautela ao investir no Brasil. Essas instituições deixaram claro que os interesses do grande capital, principalmente do grande capital estrangeiro, estarão ameaçados pelos partidos – entre eles o PCdoB – e forças sociais que vão compondo o amplo leque necessário para apoiar Lula e alcançar um novo governo. Tal embate poderá crescer à medida que aumentarem as chances eleitorais de Lula, e acena com os desafios que esse governo poderá enfrentar no Brasil.

Entretanto a candidatura de Lula vai se revelando uma alternativa que tem a confiança de parcelas crescentes da população e vai inspirando um novo sentido de estabilidade – a que permita a construção de um Brasil para os brasileiros.

Comissão Editorial

internacional

Socialismo e forças produtivas na China
Entrevista com Renato Rabelo

pág. 6



Delegação do PCdoB na China.

Viagem ao País das manhãs serenas

Dentre os desafios dos coreanos está a superação das dificuldades na construção do socialismo e a defesa da independência e soberania.

José Reinaldo Carvalho e João Batista Lemos

pág. 12

Violência, instabilidade e resistência: o mundo que emerge dos escombros dos atentados de 11 de setembro

O incremento dos objetivos militares norte-americanos e a escalada guerreira do governo Bush aumentam a instabilidade no mundo.

Luis Fernandes

pág. 16

Venezuela: a derrota do golpe

A mobilização popular e os setores militares nacionalistas e democráticos derrotam o golpe das elites e do imperialismo norte-americano.

José Carlos Ruy

pág. 23

Alca X soberania nacional

Não se pode aceitar a simples anexação econômica do Brasil pela potência hegemônica, com a qual não temos nenhuma identidade política, econômica ou cultural.

Aldo Rebelo

pág. 32

México e Canadá: a trágica experiência do Nafta

A Alca será como o Nafta; e se houver diferença será em benefício dos EUA.

Altamiro Borges

pág. 38

Das pedras de Davi aos tanques de Golias

Os palestinos arremessam pedras; o exército israelense usa tanques e mísseis, e arrasa cidades inteiras.

José Saramago

pág. 44



Protesto antiimperialista.



Palestino enfrenta tanque de Israel.

O Brasil foi humilhado na ONU pelos Estados Unidos

O afastamento do embaixador Bustani da direção da OPAQ faz parte da escalada belicista dos EUA, que parece querer levar a qualquer custo o mundo à guerra.

Haroldo Lima

pág. 48

Brasil

Proposta Bresser-Nakano propõe a volta do esforço exportador

Este programa, que o PSDB apresenta como uma correção dos rumos da política econômica brasileira, nada mais é do que a repetição de velhas estratégias das elites brasileiras, que não deram certo no passado e podem aumentar a instabilidade econômica e a dependência externa.

Lecio Moraes

pág. 51

história do Brasil

Partido Comunista do Brasil – 1943 a 1947: da Conferência da Mantiqueira à cassação sob o governo Dutra

O Partido lutou pela redemocratização, conquistou a legalidade e obteve grandes êxitos eleitorais, assustando as elites reacionárias que não tardaram em golpeá-lo novamente.

Augusto César Buonicore

pág. 59

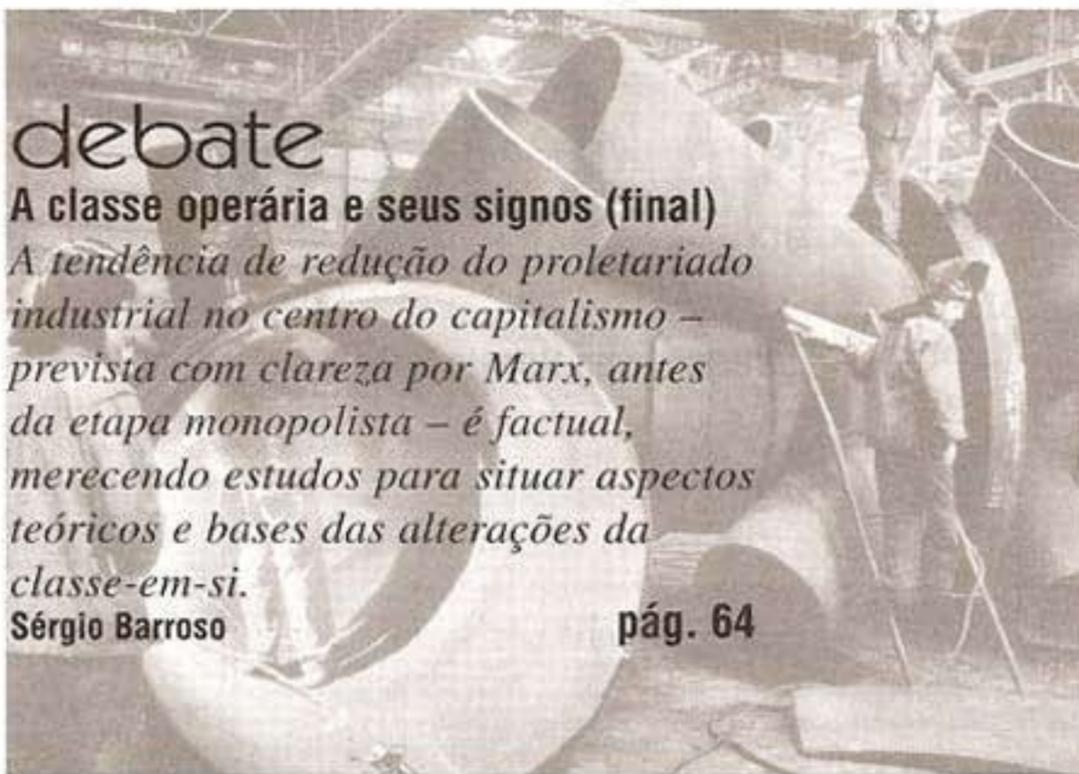
debate

A classe operária e seus signos (final)

A tendência de redução do proletariado industrial no centro do capitalismo – prevista com clareza por Marx, antes da etapa monopolista – é factual, merecendo estudos para situar aspectos teóricos e bases das alterações da classe-em-si.

Sérgio Barroso

pág. 64



Sebastião Salgado

cultura

Os brasis contidos no Brasil: a modernidade na Amazônia

O movimento modernista construiu os pilares de uma literatura amazônica de forte poder expressivo.

Paulo Nunes

pág. 68



Vida de um gigante: 200º aniversário de Victor Hugo

O mestre do romantismo francês amou, compreendeu e sempre defendeu os simples. E não hesitou em defender os communards que ousaram tentar tomar o céu de assalto em Paris, em 1871.

Manoel de Lencastre

pág. 73

Victor Hugo.

psicologia

Psicologia social e marxismo

O método materialista e dialético, em especial desenvolvido por Vigotski, é um importante elemento para o debate e ação dos estudiosos e profissionais da psicologia social hoje.

Flávia Asbahr

pág. 76

resenhas pág. 80

cartas pág. 82

Capa: Flávio Nigro

SOCIALISMO E FORÇAS PRODUTIVAS NA CHINA

Entrevista com Renato Rabelo



Praça da Paz Celestial.

Na segunda quinzena de abril último, estive na China uma delegação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) composta por Renato Rabelo, presidente; José Reinaldo Carvalho, vice-presidente; e João Ba-

tista Lemos, membro do Secretariado, para uma visita de intercâmbio e amizade com o Partido Comunista da China (PCCh). A delegação do PCdoB foi recebida pelo membro do Birô Político do Comitê

Central do PCCh e presidente da Academia de Ciências Sociais, Liu Tianyng, com quem manteve uma proveitosa conversação sobre assuntos de interesse comum. A delegação do PCdoB esteve também com o ministro Dai Bingguo, diretor do Departamento de Relações Internacionais do PCCh, com o vice-ministro Cai Wu e os responsáveis pela América Latina, Li Lianpu e Wang Hua.

A delegação comunista brasileira visitou ainda a escola superior do PCCh, onde manteve conversações

com sua direção geral; as províncias de Taiyuan e Xi-Ian; e a cidade de Xangai, último trecho da visita.

Ambas as partes consideram a presença de uma delegação do PCdoB na China como um importante fato no quadro do aprofundamento das relações de amizade e cooperação entre os dois Partidos e um reforço das relações entre os povos brasileiro e chinês.

Sobre a visita e os temas discutidos, o presidente do PCdoB, Renato Rabelo, falou à equipe de *Princípios*.

Depois de duas visitas à China no espaço de dois anos, qual seu entendimento sobre a construção do “socialismo com peculiaridades chinesas”?

Renato Rabelo – A China realiza hoje um grande empreendimento transformador do ponto de vista econômico e social, o que tem despertado muito interesse em todo o mundo. O PCCh, artífice desse empreendimento, tem hoje um pensamento estruturado em todos os campos: econômico, político, científico e tecnológico, educacional, cultural, militar e diplomático. Tem estratégia bem definida de estruturação do país até meados deste século.

A China à época da revolução em 1949 era um país atrasado, que contava até mesmo com sobrevivências feudais. Como construir o socialismo nessas condições? Não caberiam receitas nem fórmulas dogmáticas. Nesse contexto ganha força a idéia de que sem

um amplo desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, de uma ampla base material para a edificação de uma sociedade mais avançada, seria impossível construir o socialismo naquele país.

Porém, como liberar forças produtivas em um país muito atrasado, aquém até mesmo das condições de um capitalismo de desenvolvimento médio? À certa altura do enfrentamento dos pro-

Renato Rabelo (Presidente do PCdoB) com Liu Tianyng (membro do Birô Político do Comitê Central do PCCh)



blemas concretos e de avanço no entendimento de questões complexas, desenvolve-se o conceito de “socialismo de mercado” – ou seja de um mercado conduzido pelo poder democrático e popular. Em tal situação vai se desenvolver uma série de componentes econômicos diferenciados. Assim, durante um período relativamente longo, a sociedade vai conviver com diversas formas de propriedade: a estatal, outras formas de propriedade pública socialista, a mista e a capitalista. O objetivo da co-existência dessas distintas maneiras de propriedade é impulsionar o desenvolvimento econômico, elevar a condição de vida da população e incrementar o poderio nacional em uma sociedade ainda relativamente atrasada.

Portanto, o socialismo “com peculiaridades chinesas” procura exatamente enfrentar e buscar saídas para a realidade concreta de seu país e de seu povo. Constitui, assim, o caminho encontrado para o desenvolvimento necessário das forças produtivas e elevação do nível de vida do povo em um país que adveio de relações pré-capitalistas. Marx não previa a conquista do socialismo que não fosse nas sociedades capitalistas mais avançadas e no con-

junto delas – logicamente onde as forças produtivas e o proletariado eram mais desenvolvidos. Historicamente tal previsão não se concretizou. Por isso a busca de caminhos específicos para a construção socialista – em sociedades relativamente atrasadas do ponto de vista capitalista – veio se impondo, sobretudo considerando-se as primeiras experiências do século passado.

Em que momento se encontra a construção do socialismo na China?

Renato Rabelo – Ao refletir sobre a característica do desenvolvimento das forças produtivas, a compreensão dos dirigentes chineses é de que a atual etapa é ainda a do socialismo primário – que compreende o atual empreendimento e que envolve diversas formas de propriedade, tendo como centro do processo a propriedade estatal socialista e as outras formas de propriedade pública. Esta etapa deve levar em torno de cem anos, na previsão dos condutores do planejamento socialista com peculiaridade chinesa, considerados a partir da proclamação da República Popular da China em 1949 – há, portanto, ainda mais 50 anos para se completar a atual fase do socialismo primário.

Em que medida a China tem alcançado êxitos na luta pela modernização do país?

Renato Rabelo – O que chama a atenção é que o atual caminho adotado, em um país que era muito atrasado, tem conseguido grandes êxitos no esforço pelo desenvolvimento e modernização do país.

O fato mais importante a delinear é que a modernização se faz de forma constante e acelerada. Dentre os países do mundo a China é o que se desenvolve de forma mais veloz: a média do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) chinês na década de 1990 foi da ordem de 9% ao ano; e o país continuou se desenvolvendo (num nível de mais de 7% do PIB/ano) mesmo durante a recente fase de recessão mundial e de dificuldades da economia asiática.

Esse desenvolvimento tem propiciado mudanças importantes no país. Há dois anos – quando estivemos lá – sentimos muita diferença ao visitarmos quatro cidades. Em duas mais importantes (Pequim e Xangai) já se observa uma nova leva de grandes construções e empreendimentos, e um desenvolvimento tecnológico bastante acentuado. Nas cidades do interior e da região central da China, que era a mais atrasada, visitamos duas cidades (em Taiyuan e Xi-lan) em que esse desenvolvimento se dá também com grande ímpeto, inclusive com a formação de zonas para a pesquisa e produção de produtos de alta tecnologia.

O processo de modernização do país tem se dado de forma acelerada em especial se considerarmos o desenvolvimento científico e tecnológico. A China possui hoje 56 zonas vinculadas ao desenvolvimento de alta tecnologia e já conseguiu significativo progresso no desenvolvimento de softwares, da microeletrônica, da biotecnologia e de novos materiais. E houve um grande incremento do poder de compra das

PCCh: comemoração dos 80 anos.





Os membros da delegação do PCdoB em Xangai...

massas que vivem no campo (a maioria do povo), – antes da década de 80, ainda bastante limitado.

A China atravessa, portanto, um período de grande modernização.

E quanto à elevação do bem-estar do povo e à defesa e promoção dos direitos humanos?

Renato Rabelo – O alcance do desenvolvimento econômico acelerado em mais de vinte anos consecutivos produziu também uma elevação ampla do bem-estar do povo. De uma situação difícil – feudal como já nos referimos –, os chineses já resolveram o problema da alimentação e do vestuário. Isso é notável se levarmos em conta que é para toda a população – o que compreende mais de 1,3 bilhão de pessoas. Não há camadas passando fome nesse país. Os chineses ainda pretendem nos próximos vinte anos alcançar a situação de “uma vida relativamente acomodada” para todo o seu povo, ou seja, garantir um estado satisfatório de bem-estar e condições de vida de nível

médio para todos os habitantes do país.

Vimos na China uma constante preocupação dos dirigentes do Estado e do Partido de esforço e procura por uma sintonia próxima com os trabalhadores e o povo. Há um lema máximo do Partido Comunista Chinês – o centro dirigente desse grande empreendimento – que é servir ao povo. A compreensão deles é a de que o Partido Comunista e o governo não podem estar separados do povo e dos trabalhadores. O êxito alcançado até aqui procura responder a essa preocupação central e há um grande apoio da população chinesa ao caminho adotado e às formas encontradas para o desenvolvimento.

Agora, no 1º de Maio, em que todo o povo goza de um feriado de sete dias, vimos os preparativos de todos para realizar viagens e passeios. Para isso, os trens têm suas composições triplicadas – todas as províncias chinesas estão interligadas por via ferroviária (exceto o Tibete, mas já está em andamento a construção de uma grande ferrovia, que contará com muitos

túneis para superar a região montanhosa). Além desse feriado prolongado, os chineses têm mais dois feriados de sete dias no ano – no 1º de Outubro (data da proclamação da República Popular) e na data da primavera.

Há também em curso no país uma política de promoção dos direitos humanos. A imprensa capitalista – em especial a serviço dos interesses geopolíticos norte-americanos – tem procurado deturpar, mas na realidade a China procura considerar os direitos universais básicos de toda a população chinesa. Desenvolve um crescente esforço nesse sentido e, para exemplificar, estende direitos humanos básicos como saúde e educação gratuitamente para 1,3 bilhão de pessoas e moradias a preços bastante acessíveis, compatíveis com a média salarial dos trabalhadores.

Ao atrair o capital estrangeiro em larga escala, e ao fomentar a “economia socialista de mercado”, não surgem também contradições sócio-econômicas e a independência do

país não se torna vulnerável?

Renato Rabelo – É evidente que esse tipo de desenvolvimento numa economia plural pode gerar desigualdade social. Por se constituir num caminho novo, indagações e dúvidas continuarão existindo. Mas isso é considerado permanentemente pelos dirigentes chineses – que estão atentos aos fenômenos decorrentes.

Aqui surgem questões importantes a serem entendidas para se compreender a política desenvolvida por eles: 1) por onde estivemos em nossa visita, tanto em empresas de médio quanto nas de grande porte, a diferença salarial não passa de quatro vezes (entre o maior e o menor salário); 2) entre a ação individual e a coletiva a diretriz é que deva prevalecer a ação coletiva; 3) entre os diversos componentes econômicos, o fator dirigente é o das empresas estatais socialistas; 4) e existe um planejamento aplicado

há mais de dez anos tendo em vista vencer as desigualdades regionais – as regiões mais avançadas contribuem para o desenvolvimento das mais atrasadas, e o governo realiza grandes obras de estrutura. Tais fatores tentam impedir a elevação da desigualdade social e buscam uma sincronização regional mais harmônica com o desenvolvimento em curso, tendo em vista a construção constante da superação da fase primária e transição para a fase plena do socialismo.

Na questão da soberania e independência do país os dirigentes chineses são muito ciosos. O capital estrangeiro

tem um papel complementar no projeto econômico de desenvolvimento daquele grande país. A atuação do capital estrangeiro se faz dentro de determinadas condições estabelecidas e áreas demarcadas por um planejamento antecipado (Zonas Econômicas Especiais). Deve-se mencionar que 70% desse capital de fora provêm de chineses de Taiwan, Hong Kong e Macau. Com isso procura-se aproveitar a contribuição dessa força – que tenderia a ser contrária aos interesses nacionais – para aproximar o desenvolvimento tecnológico do país com

mento da China – e não o contrário. Essa é uma orientação básica do desenvolvimento chinês.

O regime político sofre abalos, instabilidade ou se encontra sob alguma ameaça devido às mudanças econômicas?

Renato Rabelo – Nesta segunda viagem que fizemos à China, constatamos ainda mais a estabilidade do regime político dirigido pelo Partido Comunista – e que conta com o apoio de outros agrupamentos políticos desde 1949.



... em uma creche de uma grande empresa

Existe um grande apoio da população às medidas econômicas que vêm sendo colocadas em desenvolvimento. Os chineses procuram desenvolver a superestrutura política e se esforçam para aprimorar a legalidade socialista, o Estado de direito, e dar conformação às instituições políticas – garantindo a elas um respaldo jurídico adequado à ampliação da democracia socialista. Isso não quer dizer que

os centros mais avançados; para a atuação em certas áreas de produção que podem servir à exportação, facilitando o superávit comercial da China com o exterior, o crescimento de suas reservas internacionais e a estabilidade de sua moeda (a China já possui a segunda maior reserva monetária do mundo: 180 bilhões de dólares). A prova do seu êxito é que mesmo diante da crise asiática, que atingiu todos os países desse continente, a moeda chinesa manteve o seu valor constante.

Portanto o capital estrangeiro se subordina ao projeto de desenvolvi-

irão adotar as formas clássicas liberal-burguesas. Eles fazem esforços para a democratização do país, aprimorando o sistema das assembleias populares e aperfeiçoando as instituições surgidas desde a luta revolucionária – como a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, que congrega as diversas tendências políticas e étnicas existentes na China.

Há, portanto, uma consolidação do regime político dirigido pelo PCCh presente em todos os setores da atividade do país. Constatamos também um persistente esforço para moderni-

zar o Partido Comunista, colocando-o à altura dos novos desafios na edificação desse grande empreendimento.

Como grande nação socialista qual o papel geopolítico da China no mundo contemporâneo e como se conduz na política externa – quando são conhecidos seus antagonismos de natureza política e ideológica com o mundo capitalista e em particular com o imperialismo norte-americano?

Renato Rabelo – A China desempenha um crescente papel geopolítico no mundo atual. O país desenvolve uma política externa independente e que – evidentemente – procura considerar com altivez os seus interesses. Ao mesmo tempo, defende uma política de não interferência nos assuntos de outros países e luta por um mundo de distensão e paz como questão fundamental para o desenvolvimento de todos os países.

A China, no atual contexto, se esforça para construir uma nova ordem – um mundo multipolar. Com seu crescimento econômico e seu papel cada vez mais significativo no mundo, a China vai se tornando um pólo importante na conformação desse mundo multipolar.

Com a manutenção das instituições políticas democrático-populares, a direção do Partido Comunista e a persistência dos objetivos de construção de uma sociedade socialista, há – evidentemente – uma estratégia antagônica à do imperialismo norte-americano. Mas, diante da atual correlação de forças existente, a luta da China é por neutralizar as investidas do imperialismo estadunidense. A política chinesa procura demonstrar que a ação intervencionista e belicista do imperialismo norte-americano gera uma resistência crescente entre os países e povos; e também que esse imperialismo vai – em certa medida – se tornando impo-

tente para colocar em prática e sustentar os seus objetivos hegemônicos e de força. Ou seja, a própria base econômica e tecnológica do imperialismo não vai sendo suficiente para que este possa colocar em prática seus intentos de dominação sobre todo o mundo.

Que expectativas existem diante da próxima realização do 16º Congresso do Partido Comunista da China?

Renato Rabelo – O Congresso do PCCh é o primeiro deste partido a ser realizado no novo século e há uma grande expectativa envolvendo os seus resultados políticos e teóricos.

Os comunistas chineses esperam que o 16º Congresso dê continuidade ao desenvolvimento da teoria de construção do socialismo nas condições concretas da China; que resolva problemas da construção do Partido – sobretudo ao enfrentar questões relacionadas com a função do Partido no poder de uma grande nação; e que defina o papel da China para os próximos vinte anos no cenário mundial. Além disso, espera-se uma grande renovação na direção do Partido, com a substituição do seu dirigente principal, Jiang Zemin. O Partido Comunista da China estabeleceu limites de mandatos e idade para os seus dirigentes em todos os níveis.

Portanto, trata-se de um Congresso revestido de enorme importância para a

China hoje – e também para o mundo, uma vez que este país empreende um grande projeto que contribui para o avanço civilizacional de toda a humanidade.

Depois dos entendimentos mantidos entre as direções dos dois Partidos, em que nível se encontram as relações entre o PCCh e o PCdoB – como essas relações podem contribuir para o desenvolvimento dos laços de cooperação e amizade entre a China e o Brasil e seus respectivos povos?

Renato Rabelo – Esta última viagem realizada à China contribuiu para elevar as relações entre os dois Partidos a um nível ainda mais avançado. Tais relações são, hoje, bastante próximas, com permanente entendimento e troca de opiniões. Há até mesmo a possibilidade da realização de Seminários entre os dois Partidos visando ao estudo e à pesquisa em conjunto sobre temas candentes. E a busca de meios e esforços para aprofundar a cooperação e a amizade entre a China e o Brasil.

Por isso consideramos que hoje a etapa atual de relação entre esses dois Partidos já é de grande aproximação, e isso pode contribuir para o desenvolvimento dos laços de cooperação e amizade entre os nossos dois povos, os quais têm interesses comuns no desenvolvimento pacífico e harmônico de toda a humanidade. 

... na casa de um operário metalúrgico.



VIAGEM AO PAÍS DAS MANHÃS SERENAS

José Reinaldo Carvalho e João Batista Lemos



Monumento ao Partido e alguns outros pontos turísticos de interesse e importância.

Causando impressões impactantes, o país nascido no contexto de uma guerra de libertação nacional luta para construir o socialismo, enfrentando o cerco e constantes ameaças do imperialismo

Visitamos no final de abril a República Popular Democrática da Coreia, esse distante e enigmático país do extremo oriente considerado como “integrante do eixo do mal” pelo presidente dos EUA, George W. Bush. Atendíamos assim a um convite do Comitê Central do Partido do Trabalho da Coreia (PTC) tantas

vezes reiterado nos últimos dez anos, desde que os camaradas João Amazonas e Haroldo Lima lá estiveram – ocasião em que se encontraram com Kim Il Sung, o líder histórico da Revolução Coreana, dirigente invicto da Guerra da Coreia e o chefe do Partido e do Estado na epopéia do início da construção do socialismo.

FOMOS com o propósito de conhecer algo sobre um país que não raras vezes é vítima da contra-informação e de campanhas caluniosas orquestradas pelos meios de comunicação sintonizados com a Casa Branca, a CIA e o Pentágono. Na bagagem, o sentimento de solidariedade do nosso Partido e do nosso povo para com uma gente que pelos livros já sabíamos ser lutadora e heróica, inteligente e laboriosa, e descobrimos, pelo contato com centenas de cidadãos, dos mais simples aos mais altos dirigentes do Partido e do Estado, das mais diferentes idades, das mais tenras crianças aos mais provecos anciãos, ser também generosa e hospitaleira, educada e gentil, culta e nobre, sadia e bela.

A curta duração da nossa permanência no “país das manhãs serenas” (tradução do nome próprio Koryo, Coreia), os compromissos protocolares, as conversações bilaterais de trabalho com a direção do PTC e a participação nos festejos do 15 de abril, natalício de Kim Il Sung, convertido em data nacional após seu falecimento em julho de 1994, não foram suficientes para dar aos viajantes elementos para uma análise aprofundada sobre o socialismo coreano. Mas

os dez dias que lá passamos encheram-nos de impressões impactantes. A paisagem escarpada e árida apenas entrevista antes do pouso da velha mas potente aeronave russa dos tempos soviéticos é a primeira indicação do grau de dificuldade que os coreanos enfrentam para construir um país próspero – o meio natural hostil, muitas vezes inóspito sob 40 graus centígrados abaixo de zero quando o inverno está no auge. Não era o caso quando chegamos. Apenas soprava um resto de vento siberiano e uma agradável temperatura média de 15 graus centígrados sob o céu claro e um sol já primaveril.

Mesmo o olhar acostumado à diversidade de paisagens urbanas, aturde-se ao contato com Pyongyang, a capital da República destruída até a última pilastra pelos bombardeios da aviação norte-americana durante a Guerra da Coreia, que os coreanos reergueram no ritmo frenético e imparável do cavalo alado Choliman – famosa figura da mitologia coreana, cujas torre e estátua dominam uma das principais artérias da nova cidade. A reconstrução da capital é um capítulo à parte da história contemporânea da Coreia, comparável a uma epopéia. Da geração revolucionária

de construtores dos anos 50 e 60 do século passado, os coreanos herdaram uma cidade moderna, com amplas e extensas avenidas e ruas, limpas como salas de estar e alamedas de um palácio real, seus alvos prédios e conjuntos residenciais. Nos anos 80 e 90 a cidade se embelezou com a construção de marcos alusivos à Revolução, ao Partido, ao líder – o Arco do Triunfo, o monumento do Partido, a Torre da “Idéia Djutche”, o Arco da Reunificação da Pátria, o Palácio Kumsunsan, onde se encontra o mausoléu de Kim Il Sung, o Cemitério dos Mártires, o museu da Revolução, lugares “sagrados”; na peculiar concepção dos coreanos, que consideram natural e mesmo necessária a veneração aos feitos do passado e do presente, todos eles, ainda segundo essa peculiar visão de mundo, materializados na figura do líder, alvo de homenagens e cultos, incompreensíveis à nossa maneira de ver e ser.

Para nós, comunistas brasileiros, que nos temos exercitado e provado no esforço criativo de elaboração de uma linha política própria que inspire e oriente a revolução socialista no Brasil, a visita à Coreia foi uma confirmação a mais de que não há modelos de socialismo a serem seguidos e

copiados, como não há figuras históricas, a partir do qual surge o grau de acerto da linha política de um partido comunista no poder. Durante a semana e mais que passamos na Coreia observamos reuniões, indagações, questionários, admirados e fomos convidados por muitas pessoas quanto ao futuro imediato e de longo prazo do socialismo coreano.

A República Popular Democrática da Coreia, fundada em 1945, surgiu no contexto de uma guerra de libertação nacional em que os comunistas assumiram o posto de vanguarda no combate à ocupação japonesa. No princípio, foi uma democracia popular clássica, com um caráter democrático e anti-imperialista, depois passou à construção do socialismo contando em grande medida com suas próprias forças, mas também com uma pouca ajuda soviética e chinesa e, embora com as peculiaridades nacionais e o independentismo próprio do caráter nacional coreano e do conjunto de séculos instrumentalizados por Kim Il Sun com a designação de "Permanente" ou "Mila Djuche", a construção do socialismo na Coreia seguiu um curso semelhante ao seguido da época, no quadro do campo dos países socialistas e do que se convencionou chamar de modelo soviético.

Nessas circunstâncias, o povo coreano, sob a direção do Partido Comunista, denominado Partido do Trabalho, conquistou realizações férteis na construção de uma sociedade socialista. Organizou a agricultura com base na propriedade coletiva – estatal e cooperativista, nacionalizada e estatizou os principais meios de produção, superou uma indústria pesada e diversificada industrial – pesada e



Pyongyang

lógica, com recursos elevados tecnológicos. Nos marcos da comunidade socialista dos países socialistas, o país cresceu e o povo viveu satisfatoriamente. O Estado socialista dava pesos graduais mas certos de assegurar aos direitos sociais universais.

Os adversários da História, se bem não destruíam o socialismo coreano, atingiram-no duramente, impondo ao povo coreano e ao povo legítimos dificuldades e enormes sacrifícios. A derrocada do socialismo no Leste da Europa e a dissolução da URSS no início da última década do século passado empurrou-o para trás e as fronteiras de abastecimento do país, economias necrotas de combustíveis e alimentos. Sujeto a um brutal cerco econômico e ao isolamento, resultados de uma deliberação política de estagnamento capitalizada pelo imperialismo norte-americano e aliada, como agravante, atingido por sucessivas catástrofes naturais, o país sofreu um laço. Sem combustíveis nem insumos, a indústria foi levada a um estado de inoperância, a agricultura foi quase devastada. Particularmente a partir de 1994, teve início um período que durou sete anos, chamado de "marcha da morte" – período de escassez, inclusive alimentar. Os dirigentes coreanos nos asseguraram que contavam a surgir perspectivas de superação das dificuldades, que ainda são grandes. Não há elementos para afirmar que o desenvolvimento econômico já

melhorou. O Partido e o governo continuam a buscar ser possível ultrapassar os obstáculos contando com as próprias forças e mantendo o modelo vigente. Não cogitam promover reformas radicais na estrutura econômica sem a abertura ao exterior, sob pena de uma experiência piloto de implantação de uma zona franca seja em desenvolvimento no norte do país. Nessa situação de isolamento extremo e ausência de guerra, o PDC adota a política de primazia militar, considerada como eixo da construção do socialismo.

Apesar das dificuldades e graves ameaças aos destinos da nação, estão envolvidos as competições bílicas da Escócia. Nas áreas incentivadas análogas à margem do processo, não vemos gente andrajosa nem faminta, ninguém sem roupas abundantes. Nas suas criações com cidadãos saudáveis e bem apossados. Uma gente que leva um padrão de vida modesto, mas dignidade. Casos em que mesmo a administração e importância atribuída às grandes obras de caráter socialista e atividades coletivas e de massas, entre elas o majestoso Palácio dos Estados do Povo, um complexo centro educativo-cultural, implementado diariamente por mais de 10 mil pessoas em busca de leitura, cursos nos mais variados domínios do conhecimento e atividades artístico-culturais; e o mesmo, mas também

funcional, Palácio das Crianças, onde mais de 5 mil meninos e meninas frequentam diariamente em horário extra-escolar para cultivar talentos. Centenas de artistas mirins ali se formam dando copiosos espetáculos litero-artístico-musicais. O coreano nos pareceu talentoso na música e dança e exímio acrobata, coreógrafo e ginasta. O espetáculo de ginástica massiva que tem lugar durante a primavera no Estádio Primeiro de Maio, para um público de 150 mil pessoas, é realizado por cerca de 100 mil desportistas amadores, todos crianças e jovens. Algo único no mundo, mesmo para nós que consideramos manifestações de massas como o Futebol e o Carnaval como “o maior show da Terra”. Dirigido pelo coreógrafo Kim Sun Jo, o espetáculo de hora e meia de duração alterna movimentos sincrônicos de ginastas que desenham com o corpo complexas figuras, com danças, acrobacias, balé e teatro. O espetáculo desta primavera, apresentado todas as noites até o final de junho, intitulado “Arirang, Independência e Paz”, é dedicado ao maior anseio de todos os coreanos, do Norte, do Sul e de ultramar – a reunificação da pátria.

A multimilenar civilização coreana já passou por incontáveis intempéries, mas não cremos que nenhuma tragédia se compare à da divisão do país provocada por uma manobra, um artifício, uma ingerência e uma agressão do imperialismo norte-americano. A Coréia é uma e era uma até o dia 26 de junho de 1950, quando os EUA provocaram a guerra. Depois de duros combates e batalhas, com centenas de milhares de mortos, um acordo de paz selado em 27 de julho de 1953 acabou com a Guerra da Coréia, mas o alto preço da paz foi a divisão do país em dois. Desde então existem a República Popular Democrática da Coréia, a

Coréia do Norte, e a República da Coréia, a Coréia do Sul. Uma divisão artificial. Dois países, mas um só povo, uma só língua, uma só história, uma só tradição, famílias divididas, aldeias cortadas ao meio. Os coreanos sofrem a divisão com a dor de uma amputação, da perda de um ser amado. Sonham com a pátria unida, reunificada, para o que usam uma palavra peculiar – ARI-RANG – espécie de senha da nação coreana, algo tão intraduzível como a dorida SAUDADE luso-brasileira. Visitamos Pamunjong, aldeia fronteiriça da província de Kaesong. Entramos na casa onde se realizaram as conversações e foi assinado o acordo de paz. A sensação é a de estar vivendo um fato histórico tão recente (faz apenas 50 anos) e inconcluso, porque rigorosamente o problema coreano iniciado com a guerra de 1950-1953 continua sem solução pelo simples fato de que os imperialistas norte-americanos não abrem mão de possuir uma base no extremo oriente. O maior obstáculo à reunificação da Coréia é a presença em território sul-coreano de 40 mil soldados norte-americanos e a existência de mais de mil artefatos nucleares na parte sul da Península. Fomos testemunhas da tensão existente na zona de exclusão onde permanecem face a face, separados por uma linha riscada no chão, de um lado soldados norte-coreanos, de outro soldados sul-coreanos e norte-americanos. Poucos quilômetros adiante, no interior da Coréia do Sul, o terreno é minado e além das demarcações convencionais, a fronteira é caracterizada por um extenso muro de concreto armado, construído pelos norte-americanos em comum acordo com o governo sul-coreano.

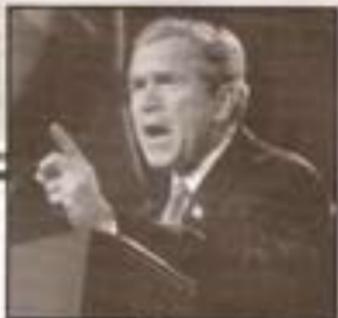
Os dirigentes do Partido do Trabalho da Coréia nos informaram sobre os esforços desprendidos e as gestões realizadas de parte a parte ao longo das últimas décadas tendo em vista criar

um ambiente favorável à reunificação da pátria. Têm havido cooperação econômica, intercâmbios culturais, esportivos e técnico-científicos, visitas de familiares para ambos os lados. No ano passado, em 15 de junho, foi dado o passo mais significativo, com a assinatura da Declaração Conjunta Norte-Sul pela Reunificação pelos dirigentes máximos dos dois países. Muitas vezes esses esforços são baldados pela ação deletéria e sabotadora do imperialismo norte-americano que não tem nenhum interesse na reunificação da Coréia porque representaria a extinção de sua base militar naquela região estratégica.

A reunificação é uma necessidade para a Coréia e para a paz no mundo. A nossa delegação expressou de público, discursando num grande ato político com cerca de 5 mil pessoas no grande auditório de Pyongyang, o apoio dos comunistas brasileiros a essa grande causa, que pode ser alcançada perseverando na independência, rejeitando a ingerência de forças estrangeiras, na unidade da nação, admitindo que numa Coréia reunificada coexistirão dois sistemas e dois governos segundo um princípio confederativo e no caminho pacífico, pois o uso da força implicaria numa tragédia maior.

Sáimos da Coréia esperançosos de que sob a direção do Partido do Trabalho, o povo daquele país encontrará forças para superar as dificuldades à construção do socialismo, saberá defender sua independência e soberania. E certos de que é uma questão de tempo histórico o apagamento da fronteira artificial e o ressurgimento de uma só Coréia, do monte Paektu (extremo norte) ao monte Hanna, no extremo sul. 

José Reinaldo Carvalho e João Batista Lemos são membros do Secretariado do Comitê Central do PCdoB.



George W. Bush

VIOLÊNCIA, INSTABILIDADE E RESISTÊNCIA: o mundo que emerge dos escombros dos atentados de 11 de setembro

Luis Fernandes

A doutrina estratégica dos Estados Unidos elevou o unilateralismo da política externa a um novo patamar e alimentou o seu perfil militarista, belicista e agressivo. No período pós-atentados o Estado norte-americano passou a se envolver em múltiplas ações de força em diversas regiões do Planeta

Assentada a poeira do que restou do World Trade Center em Nova Iorque após os atentados terroristas de onze de setembro, fica cada vez mais claro que o mundo não é mais o mesmo.

O DETERMINANTE desta mudança não foram os atentados em si, e sim a reação global deflagrada pelo Estado norte-americano. Esta reação

marca uma inflexão fundamental na evolução da ordem mundial neste início de Século XXI, que volta a ter a sua agenda dominada por ações

unilaterais de força e coerção, em detrimento do sistema de segurança coletiva consagrado na Organização das Nações Unidas ao fim da Se-

gunda Guerra. O resultado é uma perigosa escalada de violência e instabilidade em todo o sistema internacional.

O fim da “nova ordem”

Para captar a profundidade da mudança atualmente em curso na política mundial, é necessário recuar um pouco no tempo e acompanhar a evolução da agenda externa do governo norte-americano após o colapso do antigo campo socialista.

O triunfalismo de Washington se traduziu, na época, na proposição de uma “Nova Ordem Mundial” para substituir a velha ordem bipolar da Guerra Fria. Este conceito foi incorporado como eixo estruturador da política externa norte-americana pelo presidente George Bush (pai) às vésperas da Guerra do Golfo, em 1990. A proposição básica era a de que os variados fóruns multilaterais do sistema da ONU deveriam se tornar o núcleo ordenador de uma nova ordem mais estável no mundo, superando as tensões e os antagonismos que

havam marcado a Guerra Fria. Nesta perspectiva, o Conselho de Segurança da ONU assumiria nova centralidade como foro de negociação e resolução de problemas relacionados à paz e à segurança no sistema internacional, enquanto os organismos econômicos do sistema da ONU (com destaque para o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio) exerceriam o papel de “indutores” e “guardiões” dos mercados abertos.

Este parecia ser o formato mais adequado ao exercício da hegemonia norte-americana no pós-Guerra Fria, sintonizado com o movimento (então vitorioso) de re-configuração do exercício dessa hegemonia via agenda neoliberal.

Do ponto de vista econômico, essa agenda correspondia à necessidade estrutural dos Estados Unidos de conquistar e consolidar novos mercados de exportação para os seus produtos e capitais, em função da brutal contenção dos níveis de salário real que acompanhou o advento das inovações tecnológicas da chamada “era do conhecimento” na sua economia. Já do ponto de vista ideológico, ela se alimentava da tese do “fim da história” proposta por Francis Fukuyama, que argumentava não existirem horizontes de desenvolvimento humano para além do liberalismo político e econômico. Vale lembrar, ainda, que a própria Guerra do Golfo foi justificada, em 1991, com base nos princípios ordenadores desta pretensa nova ordem (isto é, como punição da “comunidade internacional” à ação unilateral do Iraque na invasão do Kuwait).

Ao longo dos anos de 1990, a agenda externa norte-americana foi se afastando progressivamente, tanto no discurso quanto na prática, dos princípios ordenadores da “Nova Ordem

Mundial” anunciada no início da década. Os Estados Unidos passaram, crescentemente, a impor pela força e de forma unilateral os seus interesses em diferentes regiões do mundo. Este desenvolvimento já se fazia sentir no governo Clinton, materializado em episódios como os ataques contra o Iraque em 1998 e a Iugoslávia em 1999, conduzidos inteiramente à margem do Conselho de Segurança da ONU. Esta escalada, por sua vez, refletia as crescentes dificuldades enfrentadas pelo Estado norte-americano para impor a sua agenda externa de forma “consensual”, via instrumentalização “indireta” dos mecanismos de poder estrutural de que dispõe na economia mundial (entre os quais se destaca o papel central da sua moeda na operação dos mercados internacionais de capitais). Esta forma de exercício do seu poder hegemônico passou a enfrentar crescentes resistências, tanto de outros blocos e potências capitalistas (como a União Européia e o Japão), quanto de novos pólos regionais de poder no antigo campo socialista e nos países em desenvolvimento (entre os quais a China, a Rússia e a Índia). Em resposta, a hegemonia norte-americana foi assumindo, cada vez mais, uma feição abertamente coercitiva.

A nova agenda da segurança global

Os atentados de 11 de setembro forneceram o pretexto para o atual Presidente George Bush (filho) elevar a um novo patamar esta “opção preferencial” pelo unilateralismo e pelo recurso a uma política de força e coação abertas. Instrumentalizando o clima de histeria e pânico que se formou na sociedade norte-americana após os atentados – fruto da sua repentina e traumática constatação de que a ampla superioridade tecnológica e militar não era

Os atentados de 11 de setembro forneceram o pretexto a Bush para a “opção preferencial” pelo unilateralismo e pelo recurso a uma política de força e coação abertas

garantia de invulnerabilidade – o novo Governo Bush consagrou a busca da “segurança” (com todas as suas implicações) como o valor/objetivo supremo da política doméstica e externa do Estado norte-americano. Isto implicou conferir nova centralidade para os mecanismos e instrumentos do exercício direto da sua dominação pela força no sistema internacional, em detrimento da opção predominante anterior pelo exercício da sua hegemonia via recursos “indiretos” de poder estrutural.

Com base nesta nova orientação, a “guerra global contra o terrorismo” foi transformada no tema dominante da política externa dos Estados Unidos. A própria guerra movida contra o regime dos talibãs e as forças do Al Qaeda no Afeganistão definiram o perfil da nova agenda intervencionista. Por mais que a ameaça à segurança do território norte-americano fosse creditada a uma força terrorista transnacional que opera globalmente, os alvos da sua retaliação militar foram absolutamente “territorializados”, visando desarticular estruturas de poder que estariam alimentando as ações terroristas. Ou seja, objetivos geopolíticos de controle de território pela força continuam ditando a agenda de segurança dos Estados Unidos. Mas estes objetivos são perseguidos de forma unilateral, inteiramente à margem do sistema de segurança consagrado na ONU. Sob a égide do discurso intimidatório de que

“quem não está conosco está contra nós”, a construção de “coalizões” internacionais em torno dos objetivos geopolíticos norte-americanos assume a forma de parcerias ad hoc pontuais e seletivas, montadas via acordos bilaterais segundo as prioridades variáveis da sua agenda externa, em detrimento da consolidação de um sistema multilateral de segurança coletiva. Coerentemente, os objetivos da “guerra global contra o terrorismo” são definidos de forma deliberadamente aberta e imprecisa, para permitir a contínua eleição de novos alvos nos territórios dos 60 países que, supostamente, abrigam “núcleos terroristas”. Não surpreende, portanto, a insistência do Presidente Bush em afirmar que se trata de uma “guerra” sem prazo determinado para terminar – e que tende a ser muito prolongada.

A consolidação desta nova agenda de política externa na administração Bush se dá no contexto de um amplo debate sobre a redefinição da sua estratégia de segurança nacional. A agenda de política externa e defesa do governo é cada vez mais dominada por um núcleo coeso de dirigentes e assessores de perfil ideológico reacionário (ou “ultraconservador” na singular nomenclatura política norte-americana), que cultiva laços estreitos com a indústria armamentista e petrolífera.

Entre os principais expoentes deste grupo estão o Vice-Presidente Dick

Cheney, o Secretário de Defesa Donald Rumsfeld, os assessores Paul Wolfowitz e Lewis Libby, e, mais recentemente, a própria Assessora de Segurança Nacional, Condoleezza Rice. É ele que vai definindo os contornos da nova “Estratégia de Defesa Nacional” a ser apresentada ao Congresso dos Estados Unidos ainda este ano, mas cuja lógica já se evidencia na própria condução da “guerra global contra o terrorismo”.

O eixo estruturador desta nova agenda é impedir, a todo custo, a consolidação de centros de poder que possam vir a ameaçar a condição de única superpotência do sistema internacional alcançada pelos Estados Unidos ao término da Guerra Fria, ou servir de obstáculo para a realização dos seus interesses em distintas regiões do mundo. Segundo a nova orientação estratégica, o Estado norte-americano deve estar preparado para recorrer a todos os instrumentos de força à sua disposição para a consecução desses objetivos, inclusive a utilização ofensiva de armas nucleares (o que contraria a compreensão predominante sobre esse tipo de armamento durante a Guerra Fria, que o concebia como fator de dissuasão de conflitos).

A nova doutrina em ação

Colocada em operação plena a partir dos atentados de onze de setembro, a nova doutrina estratégica norte-



Soldados norte-americanos no Afeganistão.

americana aprofundou a opção unilateralista da sua política externa, que já havia se tornado prevalente ao longo dos anos '90. Para além da sua tradicional oposição à ratificação do Tribunal Penal Internacional, os Estados Unidos se recusaram a assinar o Protocolo de Kyoto de proteção ambiental e se retiraram da Conferência da ONU sobre o Racismo realizada na África do Sul. No que concerne aos regimes internacionais de controle de armamentos, o governo Bush se negou a endossar o Instrumento de Verificação do Protocolo de Armas Biológicas e o Protocolo sobre Minas Terrestres, além de romper com o Tratado de Mísseis Anti-Balísticos (ABM) – a espinha dorsal dos acordos de contenção da corrida armamentista, firmados com a antiga União Soviética nos anos '70.

O período pós-ataques assistiu, ainda, a ações de força sem precedentes por parte do governo norte-americano para afastar personalidades consideradas “não-alinhadas” com os seus interesses da direção de organismos multilaterais. O caso mais evidente foi a demissão do Presidente da Organização para a Proscrição de Armas Químicas (OPAQ), o diplomata brasileiro José

Maurício Bustani, por ter aberto um canal de negociação para a incorporação pacífica do Iraque ao organismo (o que se contrapunha ao interesse dos Estados Unidos em fomentar um clima de guerra com esse país com base no argumento de que ele não aderira ao regime internacional de controle e erradicação das armas químicas). Outro caso emblemático foi o da Alta Comissária de Direitos Humanos da ONU, Mary Robinson, forçada a renunciar ao exercício de novo mandato por pressão norte-americana.

A mesma doutrina estratégica que elevou o unilateralismo da política externa dos Estados Unidos a um novo patamar alimentou, igualmente, o seu perfil militarista, belicista e agressivo. No período pós-ataques o Estado norte-americano passou a se envolver em múltiplas ações de força em diversas regiões do Planeta, em nome da “guerra global contra o terrorismo”.

A principal iniciativa foi, sem dúvida, a guerra deflagrada no Afeganistão, cujas ações foram conduzidas inteiramente à margem do Conselho de Segurança da ONU e resultaram na derrubada do regime dos talibãs (embora o novo governo venha enfrentando grandes dificuldades para consolidar o seu controle em todo o território do país). Esta ação vem sendo seguida pela preparação de novas ações militares de grande envergadura contra os países identificados pelo Presidente Bush como

integrantes de um “eixo do mal”, com destaque para o regime de Saddam Hussein no Iraque. Ainda no Oriente Médio, o governo dos EUA deu carta branca a Ariel Sharon (pelo menos, temporariamente) para responder aos atentados terroristas cometidos em Israel com a re-ocupação militar dos territórios palestinos e a destruição da capacidade administrativa da Autoridade Nacional encabeçada por Iasser Arafat. Nas Filipinas, os Estados Unidos vêm aumentando o seu envolvimento direto nas ações militares contra o grupo fundamentalista islâmico de Abu Saiaf.

Na América Latina, além de lançarem acusações estapafúrdias sobre o envolvimento do governo cubano com o “bioterrorismo”, vêm ampliando a sua participação em ações militares contra o narcotráfico na região andina e investindo contra as negociações de paz na Colômbia, caracterizando as forças insurgentes como grupos “narcoterroristas”. Na Venezuela, participaram (e, ao que tudo indica, continuam participando) das articulações golpistas para romper a ordem constitucional e derrubar o presidente democraticamente eleito, Hugo Chávez.

Em todas essas iniciativas, a ação do Estado norte-americano se caracteriza pelo recurso aberto à intimidação, à força e à violência para a conquista simultânea de variados objetivos geopolíticos, entre os quais se destaca a desarticulação de pólos de poder potencialmente hostis aos seus interesses em diferentes regiões do mundo.

A nova escalada intervencionista

No plano doméstico, a nova agenda intervencionista dos Estados Unidos se traduz em uma impressionante escalada de medidas de proteção da sua economia e das suas empre-



A população civil observa os escombros em Jenin depois da passagem dos tanques israelenses.



sas, que entram em flagrante contradição com o seu discurso oficial de defesa do “livre comércio”.

Para além do habitual recurso a pesadas barreiras não-tarifárias, o governo norte-americano aprovou, nos últimos meses, cotas extremamente restritivas para a importação de aço e outros produtos, bem como um pacote bilionário de subsídios à agricultura que contraria toda a regulação da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre o tema. Em meio às negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), as condições da concessão do trade promotion authority ao poder Executivo pelo Congresso praticamente proibiu a abertura de mercado nos setores em que empresas dos Estados Unidos não detenham vantagens competitivas acentuadas.

Alimentadas pela nova escalada belicista, as encomendas governamentais para a indústria armamentista voltaram a atingir níveis equivalentes aos do período da Guerra Fria. Pacotes econômicos especiais injetaram, ainda, dezenas de bilhões de dólares nos setores mais prejudicados economicamente pelos atentados, com destaque para o transporte aéreo e o turismo. No caso das companhias aéreas, o pacote veio acompanhado da ampliação da participação acionária do Estado norte-americano nas empresas, o que sinaliza um curioso retorno do “Estado produtor” após duas décadas seguidas de pregação liberal. Mesmo na esfera financeira, o governo Bush decidiu estabelecer controles mais estritos sobre os fluxos de capitais em nome do combate ao terrorismo e à “lavagem de dinheiro”, revertendo, assim, políticas anteriores de promoção agressiva da liberalização financeira. Em suma, os tempos andam cada vez mais intervencionistas e

menos liberais na economia do “grande irmão” do Norte.

A esta escalada antiliberal na economia correspondeu um movimento de restrição dos direitos e liberdades civis sem precedentes na sociedade norte-americana, pelo menos desde os tempos do macarthismo. Na sequência dos atentados, o governo dos Estados Unidos aprovou um novo plano de Segurança Nacional que passou a autorizar a violação de correspondência e comunicação privadas, bem como o encarceramento prolongado de cidadãos estrangeiros em condições de incomunicabilidade, mesmo sem indícios fortes de culpa. Cabe destacar, igualmente, o recurso a tribunais militares para julgar cidadãos estrangeiros acusados de terrorismo, e a recusa a aplicar os termos da Convenção de Genebra aos combatentes talibãs e do Al Qaeda presos no Afeganistão e transferidos para a base militar de Guantanamo.

A instabilidade da novíssima ordem

O balanço apresentado acima revela como recurso aberto à força e à violência para a conquista de objetivos geopolíticos se tornou o eixo estruturador da política externa norte-americana após os atentados de onze de setembro.

No plano internacional, isto implica no esvaziamento do Conselho de Segurança da ONU como foro multilateral legítimo de resolução dos problemas de paz e segurança no mundo, a favor de uma política de construção de alianças tóxicas, via contatos e negociações bilaterais, conforme os interesses norte-americanos em cada região. Para todos os efeitos, tal evolução acarreta o desmantelamento do sistema multilateral de segurança coletiva consagrado na ONU ao fim da Segunda Guerra. Por outro

O eixo estruturador

da nova agenda

é impedir a

consolidação de

centros de poder

que possam

ameaçar a

condição de única

superpotência do

sistema internacional

alcançada pelos

Estados Unidos

lado, os organismos econômicos multilaterais do Sistema das Nações Unidas (com destaque para o FMI, Banco Mundial e OMC) continuam a ser instrumentalizados para impor aos países dependentes uma agenda liberal de abertura de mercados, apesar da política econômica doméstica dos Estados Unidos ser crescentemente protecionista e intervencionista (ou seja, não liberal).

O sistema internacional, a partir dessa agenda dominante, passa a ser caracterizado, cada vez mais, pela combinação de processos de militarização e neocolonialismo. Coerente com essa inflexão, a tese do “choque de civilizações” de Samuel Huntington vem substituir a do “fim da História” de Francis Fukuyama no trono de leitura ideológica mais afinada com o novo formato da agenda imperial.

Em perspectiva histórica, essa evo-

lução parece dar contornos mais definitivos à ordem mundial que substitui a bipolaridade da Guerra Fria. Por este prisma, como foi sugerido pelo próprio Secretário de Estado norte-americano Colin Powell, os atentados de 11 de setembro e a retaliação dos Estados Unidos marcam o fim da transição pós-Guerra Fria no sistema internacional. E a “novíssima” ordem que emerge assume contornos cada vez mais próximos das formas clássicas de imperialismo, que precederam a chamada “era da globalização”.

A agenda norte-americana de dominação via coerção aberta alimenta, inevitavelmente, contra-movimentos de resistência, que intensificam as tendências à multipolarização e à instabilidade no sistema internacional. Limitações de tempo e espaço não me permitem expandir o exame desses desenvolvimentos no presente artigo. Destaco, ainda que topicamente, a espiral de violência que vem marcando a evolução mundial. Esta se materializa não apenas nas grandes mobilizações de guerra conduzidas diretamente pelos Estados Unidos (como na Guerra do Afeganistão e nos atuais preparativos para a invasão do Iraque), mas também na perigosa intensificação de conflitos e tensões regionais em função da ruptura de delicados equilíbrios geopolíticos locais (como os que opõem o Paquistão à Índia e Israel ao mundo árabe).

Apesar de se encontrar claramente na ofensiva no mundo, a nova agenda imperial norte-americana enfrenta cada vez maiores dificuldades para coesionar politicamente o sistema internacional em torno dos seus objetivos.

Para além dos seus adversários tradicionais (batizados de “estados párias” ou “integrantes do eixo do mal” pela administração Bush) destaca-se, aqui, o crescente divórcio entre

a política externa dos Estados Unidos e da União Européia em diferentes áreas temáticas e regiões do mundo (sobretudo no Oriente Médio), e também a consolidação de pólos regionais críticos da agenda norte-americana entre os países em desenvolvimento (como o Brasil, a China, o Irã e a Indonésia). Mesmo a ampliação das parcerias com a Rússia e a Índia, em função das suas agendas particulares na “guerra contra o terrorismo”, vem enfrentando crescente oposição da opinião pública e do mundo político nos dois países, já que se torna evidente o antagonismo dos seus interesses geopolíticos com os dos Estados Unidos em médio e longo prazo. Talvez a maior expressão das dificuldades políticas enfrentadas pela nova agenda intervencionista do governo Bush seja a crescente resistência que este vem enfrentando nos últimos meses para respaldar e legitimar a sua planejada guerra contra o Iraque.

Na resistência à ofensiva da nova agenda imperial norte-americana, cabe destacar, ainda, a profusão de manifestações massivas contra a “globalização neoliberal” e pela paz que vem varrendo as principais capitais do mundo nos últimos anos, sobretudo por ocasião de importantes reuniões de chefes de Estado dos países capitalistas centrais ou de organismos econômicos multilaterais. Estes movimentos, que refletem um importante deslocamento no posicionamento político de amplos setores da opinião pública mundial, encontraram expressão política mais organizada nos sucessivos encontros do Fórum Social Mundial em Porto Alegre. Mas esses encontros também revelaram as limitações desses movimentos no seu formato atual, que tendem a ignorar ou subestimar a re-configuração da agenda imperial dos Estados Unidos e relutam assumir um perfil político

*A “novíssima”
ordem que emerge
assume contornos
cada vez mais
próximos das formas
clássicas de
imperialismo
que precederam a
chamada “era da
globalização”*

antiimperialista mais conseqüente. Na ausência deste, a insatisfação de alguns setores da opinião pública, sobretudo na Europa Ocidental, tem sido canalizada para alternativas político-eleitorais de feição racista ou neofascista, como ficou evidente nos resultados das últimas eleições presidenciais da França.

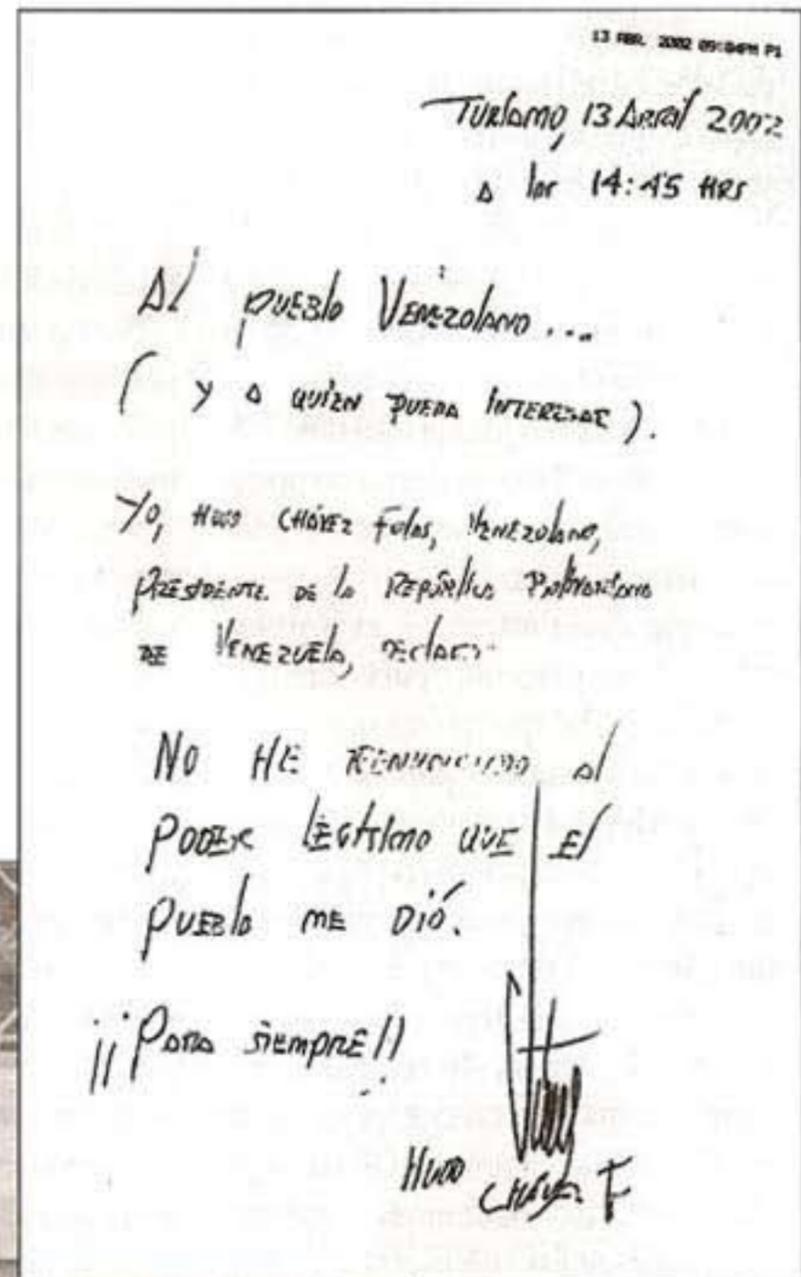
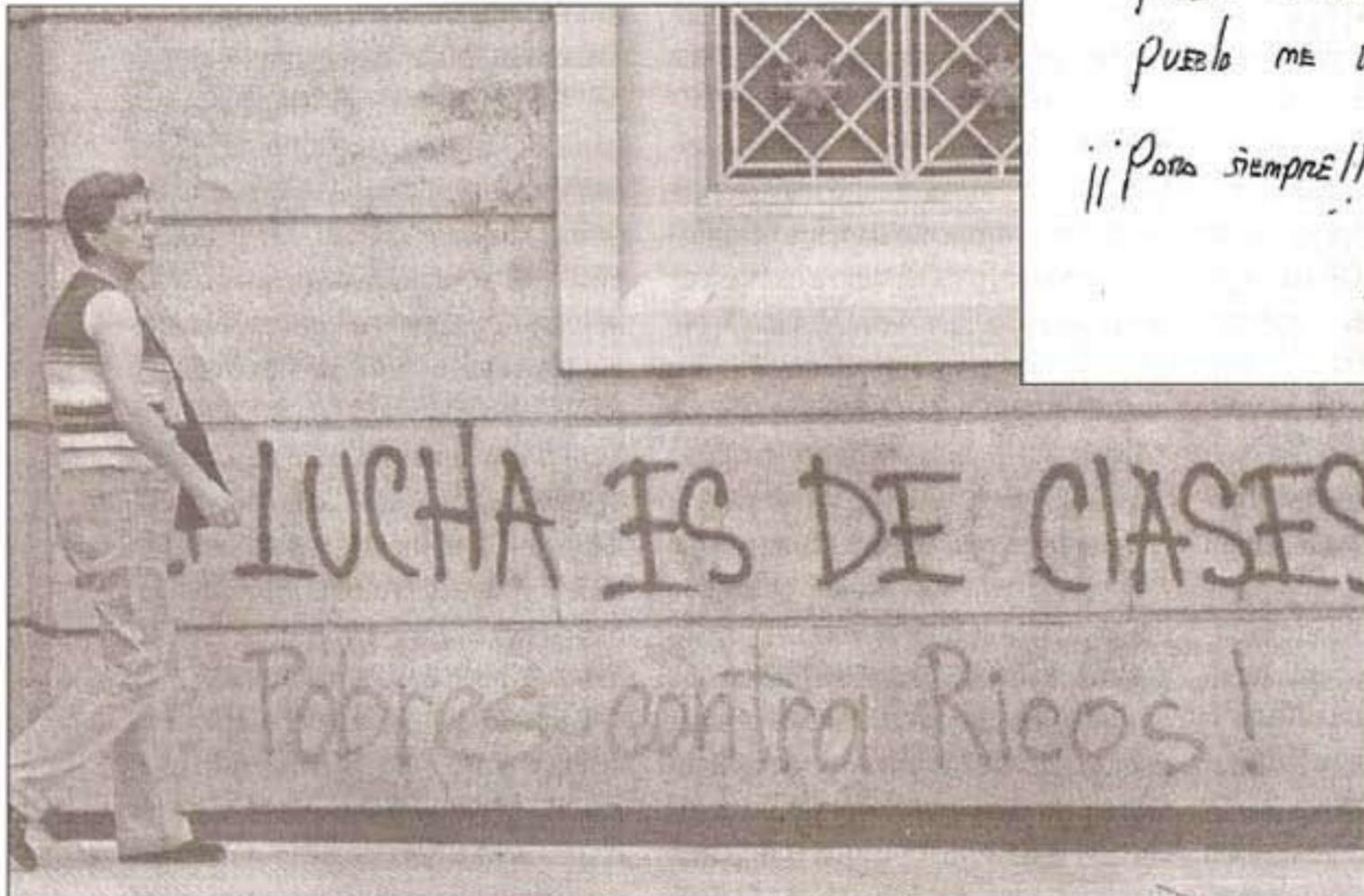
Às vésperas de eleições gerais que prometem mudar os rumos do Brasil, o novo governo brasileiro – qualquer que seja o resultado do pleito – terá de situar o país nos variados movimentos contra-hegemônicos em curso no sistema internacional. Diante da escalada de violência e instabilidade gerada pela novíssima ordem imperial, cabe ao nosso país assumir um papel de liderança mais destacado na defesa da paz, da democracia, do desenvolvimento e do multilateralismo no sistema internacional. 

Luis Fernandes é Professor do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio e do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense.

VENEZUELA: a derrota do golpe

José Carlos Ruy

*A vitória popular
contra o golpe
reforça as chances
de consolidação
da revolução
democrática*



"Não renunciei...",
Hugo Chávez

Às 14h45 do dia 13 de abril de 2002, num sábado, a iniciativa, o discernimento e o sentimento patriótico de um cabo do Exército venezuelano mostraram a profundidade com que o projeto bolivariano do presidente Hugo Chávez calou na alma popular e entre os militares, principalmente aqueles de patentes mais baixas.

ESCALADO pelos golpistas para guardar o presidente aprisionado, o cabo Rodriguez teve a oportunidade de levar para Hugo Chávez a grande questão que angustiava as massas e os setores progressistas da Venezuela: "presidente, o senhor renunciou?" Ante a resposta inequívoca de Chávez ("Não renunciei!"), o cabo propôs: "escreva isso em um papel e jogue no cesto de lixo que depois recolho". E ele escreveu: "Não renunciei ao poder legítimo que o povo me deu", e assinou: Hugo Chávez.

Surgiu assim a senha para o movimento de resistência popular e militar contra o golpe que prendeu e tentou depor e assassinar o presidente Chávez. Rodriguez transmitiu a mensagem (veja ilustração, nesta página) por fax; cópias dela multiplicaram-se com rapidez e muitos dos populares que se concentraram em torno dos quartéis, dos palácios e ruas, da Venezuela, traziam nas mãos pequenos pedaços de papel com aquela prova, assinada pelo presidente, da mentira da renúncia difundida pelos golpistas e pelos meios de comunicação.

A tentativa contra Chávez e sua revolução bolivariana despertou inúmeros pequenos grandes gestos, como aquele do cabo Rodriguez, que revelaram a extensão, profundidade e enraizamento das mudanças em curso na Venezuela.

As classes dominantes da Venezuela, e o governo dos EUA, que considera a América Latina como seu quintal, nunca aceitaram o tenente-

coronel Hugo Chávez, que liderou, em 1992, um levante militar que fazia parte da continuidade da sublevação popular de 27 de fevereiro de 1989, reprimida à bala pelo governo de Carlos Andrés Pérez, com um saldo oficial de 240 mortos (dados não oficiais falam de 500 a 1200) em Caracas.

Foram episódios da crise social e política aguda, sinalizada também pelo movimento popular que levou ao *impeachment* do presidente Carlos Andrés Pérez em 1993, por corrupção; e em 1996 ele foi condenado a 2 anos e 4 meses de prisão.

A incapacidade política da classe dirigente tradicional da Venezuela, e sua impotência em exprimir os anseios da população, ficaram explícitas na campanha presidencial de 1998, quando chegou a apresentar como candidata à presidência Irene Sáez Conde – Miss Universo de 1981 –, cujo principal atributo para pleitear o mais importante cargo dirigente da nação era justamente esse, o de ter sido a campeã de beleza da mulher venezuelana... No final, Irene ficou com apenas 3% dos votos, e o principal concorrente de Chávez foi o independente Henrique Salas, que teve 40%.

Essa foi a eleição vencida por Hugo Chávez, o tenente-coronel que ficou famoso ao levantar-se contra o neoliberalismo e a dominação imperialista, e, com o fracasso da tentativa, chamar para si, lealmente, toda a responsabilidade pela tentativa de substituir, pelas armas, o governo corrupto e impopular de Carlos Andrés Pérez. Chávez

teve 57% dos votos, à frente de uma ampla coalizão de forças progressistas, o Pólo Patriótico, incluindo nacionalistas, democratas, socialistas e o Partido Comunista da Venezuela.

O programa de Chávez e de sua frente progressista baseava-se na pregação de uma revolução democrática bolivariana, popular e pacífica, inspirada nos ideais do herói da independência da Venezuela e da América do Sul, e campeão da luta pela unidade, autonomia e soberania latino-americana, Simon Bolívar.

Essa pregação teve profunda repercussão popular e foi, ao mesmo tempo, motivo de escândalo e alarme para as classes dominantes, os privilegiados da Venezuela e os norte-americanos, seus aliados tradicionais.

É uma classe dominante formada por latifundiários (apenas 2,2% das famílias são donas de 89% das terras na Venezuela); grandes empresários (principalmente dos setores petroquímico e de comunicações); altos chefes militares e a cúpula religiosa; seguidos por uma classe média de funcionários, profissionais liberais, administradores, técnicos; e uma aristocracia operária de trabalhadores da indústria do petróleo. Dos 24 milhões de venezuelanos, 69% são mestiços de europeus, indígenas ou negros; 9% são negros; 2% são índios; e apenas 20% são brancos.

Cerca de um terço da população concentra a riqueza e os benefícios da civilização. Predominantemente brancos opõem-se aos dois terços formados por mestiços, indígenas, negros, cuja vida é

o desemprego, a pobreza profunda (70% da população estão abaixo da linha de pobreza), e as superlotadas favelas das grandes cidades.

A reação conservadora

O grupo íntimo do presidente – em que se destacou, nos primeiros anos de governo, a figura lendária de Luis Miquilena – estudou a fundo o fracasso do governo de Salvador Allende, no Chile, incapaz de resistir ao golpe fascista que o depôs (e assassinou) em 1973. E chegou à conclusão de que, antes de reformas econômicas, seria preciso criar uma nova base política e institucional para dar base ao novo poder.

Eles tinham razão. A resistência das classes dominantes contra Chávez já era grande desde o referendo de 1999 e da Assembléia Constituinte que mudaram, radicalmente, as instituições do país. Mas ela recrudescer depois das reformas de 13 de novembro de 2001, quando o governo anunciou um pacote de 49 medidas que alteraram profundamente a economia do país. Mesmo tendo sido definidas após ampla consulta popular, e mesmo a setores de oposição, incluindo a poderosa federação dos empresários, a Fedecámaras.

As medidas mais controversas foram a Lei de Terras, a Lei de Pesca e a Lei de Hidrocarburetos. Pela Lei de Terras o Estado passa a ter o direito de redistribuir, para a reforma agrária, terras privadas cujos proprietários não possam confirmar a posse com títulos legais. Além disso, a lei estabelece um limite máximo de 5 mil hectares para as propriedades, podendo desapropriar para reforma agrária o que superar esse limite ou a terra considerada improdutivo. A Lei de Pesca, por sua vez, amplia a zona de proteção costeira de 3 para 6 milhas, onde fica proibida a pesca de arrastão, favorecendo os pescadores artesanais e tam-

bém o equilíbrio ecológico marítimo. A Lei de Hidrocarburetos reverte 20 anos de liberalização e privatizações no setor do petróleo, exige maioria estatal nas novas joint ventures do setor, e eleva os royalties cobrados às empresas de petróleo, inclusive as estrangeiras, de 16,6 para 30%.

A oposição ao governo de Chávez cresceu desde então, assumindo um caráter claramente conspiratório. Em dezembro de 2001, ela já havia tomado a forma de um lockout (paralisação do trabalho convocada pelos empresários). A conspiração começava a tomar corpo.

No dia 9 de abril de 2002, a Central dos Trabalhadores da Venezuela (CTV), pelega, convocou outra greve contra o governo, com o apoio da confederação patronal Fedecámaras e da oposição. No dia 10 de abril, foi declarada greve geral por tempo indeterminado, até a deposição do presidente. O golpe estava em andamento, mas era preciso levar o povo às ruas para dar-lhe legitimidade. Nesse mesmo dia, os canais de televisão privados da Venezuela, cujos proprietários estavam intimamente envolvidos com os golpistas, começaram a colocar no ar, de 10 em 10 minutos, anúncios convocando o povo para a passeata do dia seguinte, 11 de abril, contra Chávez.

A passeata do dia 11 concentrou-se em torno da empresa petrolífera estatal, a PDVSA, cujos diretores haviam sido demitidos por Chávez. Pouco depois do meio dia, os dirigentes da CTV e Pedro Carmona – presidente da Fedecámaras –, levaram a multidão a voltar-se para o palácio presidencial de Miraflores para exigir a renúncia do presidente. Houve confronto entre os manifestantes e chavistas e, das 14h30 às 18h, ocorreram graves distúrbios nas proximidades do palácio; houve tiroteio, com um saldo de pelo menos 11 mortos e 110 feridos. A mídia vene-

zuelana, envolvida na tentativa de golpe, tentou culpar os chavistas pelas mortes; mentira que foi repetida pelo mundo afora por jornais e canais de televisão. Depois, ficou comprovado que os responsáveis foram franco-atiradores e agentes da polícia metropolitana, que atiraram contra os manifestantes. Daqueles 11 mortos, nove eram membros dos círculos bolivarianos que estavam nas proximidades do palácio para defender a ordem legal. Após o confronto, um grupo de policiais civis entregou suas armas a Chávez, denunciando que "foram forçados a atirar contra os civis".

A ação dos franco-atiradores foi o pretexto para a tentativa do alto empresariado e da cúpula das Forças Armadas, apoiados pela alta direção da igreja católica, de afastar Chávez. Ocuparam o palácio Miraflores, prenderam o presidente e anunciaram, para o mundo, que ele havia renunciado. Após o fracasso do golpe, o próprio Chávez explicou: "Eles puseram um pedaço de papel na mesa dizendo: 'Renuncie', mas eu disse: 'sou um presidente que está sendo preso, mas não vou renunciar'". O anúncio dos golpistas era mentiroso, e foi o ponto fraco de sua tentativa de afastar o presidente.

Aquela mentira era apenas um pequeno prenúncio do que poderia ter sido o regime que os golpistas queriam iniciar. Organizações de direitos humanos denunciavam, já na sexta

A oposição

a Chávez

assumiu um caráter

nitidamente

conspiratório

feira, dia 12, uma onda de perseguições política. Na noite de 13 de abril, um dia apenas após o golpe, a repressão policial assassinou dezenas de líderes populares nos bairros pobres de Caracas. Naquela noite, agentes da polícia metropolitana, dirigidos por Henry Vivas, caçavam os membros dos círculos bolivarianos, a pretexto de desarmar a população. O general Oscar Gavidia Graterol foi mais claro e disse que os círculos bolivarianos estavam cercados. "É melhor que se acolham à ordem institucional, pois a situação atual é diferente da que vivíamos".

Durante as poucas horas do "mandato" de Pedro Carmona, houve a prisão ilegal de 120 cidadãos, entre eles ministros e deputados, "todos considerados como vinculados a Chávez". Houve também o assassinato de 30 pessoas, até o dia 14, domingo. As prisões arbitrárias e invasões de domicílios foram denunciadas pelo Vicariato de Direitos Humanos da Diocese de Caracas, pela ONG Cofavic e pelo defensor público Germán Mundaraín, entre outros.

O próprio presidente Chávez não passou ileso por esses atentados. Há notícias – que o governo venezuelano não confirma – de que ele teria sido encapuzado e espancado para assinar a renúncia. Outra fonte garante, também, que um coronel da Marinha, envolvido com os golpistas, tinha ordens para assassinar o presidente na ilha de Orcila, caso a tentativa de golpe falhasse. Um soldado daquela guarnição alertou as forças legalistas de que, no sábado, 13 de abril, seria organizada uma operação para resgatar o presidente, preso naquela ilha.

A denúncia, feita por um soldado da base em Orcila, do plano para assassinar Chávez foi um daqueles pequenos grandes gestos que se multiplicaram na

resistência contra o golpe. Aristóbulo Istitis, ministro da Educação de Chávez conta que o presidente fora enviado a Orcila em um avião emprestado por Gustavo Cisneros, dono da rede de tevê Venevision, e que havia o risco de ele ser retirado dali na mesma aeronave e levado para o exterior. Mas o mesmo soldado que alertou contra o risco de assassinato foi orientado para desativar uma peça do avião, impedindo-o de levantar vôo.

O Império: poderoso, mas não onipotente

O golpe contra Chávez foi articulado por grandes empresários dos setores petroquímico, e de comunicação, com a participação de um assessor pessoal do ex-presidente Carlos Andrés Pérez. Entre eles destacam-se Gustavo Cisneros, da Venevision; Alberto Raveli, da Globovision; Mardel Granier, da RCTV (Radio Caracol TV); Isaac Pérez Recao, amigo pessoal de Bush Jr., traficante de armas, herdeiro da família Pérez Recao, um dos principais acionistas da petrolífera Veneco e apontado como o verdadeiro homem por trás de Carmona, que é empregado de suas empresas.

Na madrugada de quinta para sexta-feira – depois da prisão de Chávez –, os golpistas divulgaram o decreto com a intenção de suspender a Constituição de 1999 e fechar a Assembléia Nacional e os tribunais superiores. O grupo que redigiu esse decreto, reunido na sede do Comando do Exército – diz a jornalista Patrícia Poleo –, era formado por Pedro Carmona, seu secretário Juan José Mejías, o jurista Alan Brewer, Isaac Pérez Recao e Daniel Romero, secretário particular de Carlos Andrés Pérez; a Opus Dei venezuelana também influenciou na redação do decreto de Carmona. Segundo a jornalista, Isaac Pérez Recao era quem orientava

Os círculos bolivarianos foram a base que permitiu a derrota do golpe conservador

Carmona na formação do governo.

A falta de unidade entre os golpistas e os militares ficou explícita nas horas seguintes. Quando anunciou a desobediência a Chávez, o general Efraím Vásquez Velasco tentou enquadrar os demais generais, com êxito duvidoso, como ficou claro quando, em meio a um grupo de generais, advertiu o general García Carneiro, da Terceira Divisão de Infantaria, por ter colocado tanques e tropas nas ruas em defesa do governo. Disse que ele deveria ser preso.

Muitos generais não aceitaram as medidas anunciadas por Carmona e exigiam a apresentação da carta de renúncia de Chávez; a discussão entre eles foi acalorada. "As coisas devem ser feitas de acordo com a Constituição", dizia o general Navarro Chacón, representando o sentimento da maioria dos chefes militares. O grupo que seguia os golpistas reduzia-se cada vez mais e a divisão entre os generais era evidente. Outro sinal claro dela foi a declaração do general Julio García Montoya: "Não somos chavistas, mas tampouco estamos de acordo com o governo Carmona Estanga, por ter dissolvido os poderes políticos e quebrado o elo constitucional".

Há notícias de que, naquela noite, o general Efraím telefonou a Luis Mi-quilena, a quem disse ter advertido

Carmona de que as medidas anunciadas poderiam levar o país a um banho de sangue. "Saio da jogada", teria dito então. No dia seguinte, sábado, o general referiu-se a "erros" cometidos na transição, e enumerou 12 exigências para apoiar o golpe. A primeira delas era o respeito à Constituição Nacional e às leis da República, o que inviabilizaria o golpe, como notou o jornalista Claudio Uriarte, do diário argentino *Página 12*: isso significava a apresentação de um pedido de renúncia de Chávez à Assembléia Nacional, e a substituição do presidente pelo vice, ou pelo presidente da Assembléia Nacional, ambos do partido Movimento 5ª República (MVR) do presidente Hugo Chávez.

Não era exatamente isso o que os golpistas pretendiam e, por isso, quando estes se colocaram contra a Constituição, também o grosso do Exército se colocou contra o golpe, escreveu Uriarte – situação que se refletiu no refluxo de militares que, no primeiro momento, haviam apoiado o golpe. Já no sábado, uma comissão negociadora foi ao Forte Tiuna, e o diretor da revista *Tal Cual*, Teodoro Petkoff, saiu de lá dizendo que "os que lideraram o golpe voltaram atrás". Duas horas depois, o general Vásquez e os que o apoiavam no Exército e na Força Aérea retiraram o apoio a Carmona.

Outro protagonista importante desse golpe-chanchada foi o governo dos Estados Unidos, como denunciaram influentes jornais e revistas norte-americanos, como *The Washington Post*, *The New York Times* e *Newsweek*. Eles informaram, no dia 13, que membros da oposição venezuelana visitaram a Embaixada dos EUA em Caracas, em busca de apoio para derrubar Chávez, entre eles militares da ativa, e da reserva, empresários e políticos da oposição. E que essas reu-

niões, mais freqüentes desde o fim de semana anterior à tentativa de golpe, ocorriam desde o mês de fevereiro deste ano. O embaixador, Charles Schapiro, é considerado um especialista em conspirações e golpes de estado tendo, em sua folha, "serviços" prestados a conspiradores e golpistas em El Salvador, por exemplo.

Segundo *The New York Times* (18 de abril de 2002), o subsecretário de Estado, Otto Reich, assessorou os golpistas a partir de seu escritório no Departamento de Estado. Reich, um ultradireitista de origem cubana, é um partidário feroz do bloqueio contra Cuba. Nomeado por Bush como subsecretário de Estado para Assuntos Hemisféricos há poucos meses (interinamente, pois há avaliações de que ele não seria aprovado pela Câmara dos Deputados dos EUA), Reich foi colaborador de Reagan, conspirador no caso Irã-Contras, e é especialista em sabotagem, atentados, e contra-revolução. Ele "foi o arquiteto oculto da conjuração contra Chávez", diz o jornalista francês Ignacio Ramonet, do *Le Monde Diplomatique*.

Mas o governo norte-americano não perde a pose e, mesmo derrotado, fez advertências ao presidente Chávez que traem o significado da palavra democracia para os poderosos de Washington. A conselheira de Segurança de Bush, Condolezza Rice, por exemplo, advertiu: "Esperamos que Chávez aproveite essa oportunidade para endireitar seu próprio barco que, francamente, está indo na direção errada há bastante tempo". Outro alto funcionário do governo norte-americano foi ainda mais enfático e, no dia 15, disse que "a legitimidade (democrática) é algo que não se baseia apenas na maioria dos votos".

Mas, como escreveu o cientista político argentino Atílio Boron, no

Página 12, "ficou demonstrado mais uma vez que o Império é poderoso, mas não é onipotente". A própria reação – inédita – da OEA e dos governos latino-americanos (que em sua maioria condenaram o golpe e o governo de Carmona) mostra que o comando norte-americano na região já não tem o automatismo do passado.

A resistência popular

O levante popular e militar contra a tentativa de depor Hugo Chávez teve início logo no dia 11, quando a marcha oposicionista foi orientada contra o palácio presidencial de Miraflores; naquela noite, um comboio de tanques e caminhões militares partiu do Forte Tiuna, em Caracas, para proteger o presidente. A resistência cresceu na sexta-feira, dia 12, com a generalização de pronunciamentos militares pela legalidade e dos saques de lojas, bancos, *shopping centers*, pela multidão que exigia a libertação e a permanência de Chávez no poder. As manifestações chavistas convergiam dos bairros pobres de Caracas, depois de uma noite marcada por protestos, prisões em massa e vários atentados contra as liberdades públicas cometidos pela polícia comprometida com os golpistas.

No próprio dia do golpe, as pessoas

*Os dirigentes
chavistas
descrevem
seu governo
como uma
democracia
participativa*

começaram a mobilizar-se. À noite, houve um panelaço e o começo de concentrações populares diante dos quartéis e do palácio presidencial de Miraflores. Em Caracas, em frente ao forte Tiuna, que é o principal da cidade, havia pelo menos 15 mil pessoas. O povo saía das favelas, dos bairros pobres, das cidades.

A resistência estava em toda parte. O ministro da Defesa de Chávez, José Vicente Rangel conta – e esses são outros exemplos dos pequenos grandes gestos da resistência – que os garçons que serviam água e cafezinho nas reuniões dos golpistas, ou soldados chavistas obrigados a montar guarda, relatavam o que ouviam nas reuniões de Carmona com os golpistas e grandes empresários envolvidos na conspiração.

Quando os oficiais da 42ª Divisão de Pára-quedistas, de Maracay, anunciaram a adesão à resistência, às 13h30 do sábado, eles divulgaram o Manifesto da Operação Restituição da Dignidade Nacional exigindo a apresentação do texto de renúncia de Chávez ou o respeito à Constituição. Escrito em nome dos "soldados cidadãos", o manifesto invocou a Constituição, jurou defendê-la, denunciou a junta, "que usurpou o poder", exigiu o "fim imediato da matança" promovida por policiais, e denunciou a existência de uma lista de pessoas a serem mortas. O levante militar de Maracay foi acompanhado pelo governador de Aragua, estado onde aquela base está localizada, que liderou um protesto popular contra o golpe. Outra unidade do Exército, em Valencia, cidade próxima a Maracay, também se sublevou.

Mas o sentido da resistência era mais profundo. "A luta é das classes pobres contra os ricos", diz uma pichação em um muro na subida da favela Barrio Corazón de Jesús, no

centro de Caracas. Ela exprime o sentimento, e a radicalização, do povo pobre na Venezuela. Povo que viveu, da sexta-feira para o sábado, uma noite de intensa movimentação legalista. Ramón Reyes, morador da periferia da capital e coordenador de um círculo bolivariano, contou que "nós, dos círculos, passamos de casa em casa para trazer gente. Foi um sucesso", orgulha-se. Com razão, pois conseguiram lotar as ruas de manifestantes que agitavam bandeiras e fotos do presidente e exigiam sua volta. O aeroporto internacional de Caracas, a 20 quilômetros do centro da cidade, ficou isolado quando a estrada que dá acesso a ele foi fechada por um panelaço dos moradores dos bairros pobres do local. O palácio presidencial de Miraflores, por sua vez, foi cercado por populares (chegou-se a avaliar seu número em 100 mil). A maioria deles era de moradores das favelas de Caracas. "Quem veio para cá, quem está aqui, é o povo da Venezuela", dizia um deles. "Aqui, lutamos contra a humilhação e a riqueza", dizia Ramón Reyes. Dizia-se também que camponeses vinham, de ônibus, de toda a Venezuela, para Caracas, para proteger o presidente.

Os Círculos Bolivarianos foram

*As elites
dominantes
são incapazes
de reconhecer
as mudanças
em curso
no país*

criados por Chávez e são odiados pela classe dominante venezuelana. Eles formam o sistema de organização básica do povo para participar da luta política. Eles podem ser formados nos locais de moradia ou nas empresas, e seu número oscila entre 7 e 11 membros. Seus membros, escolhidos por qualidades pessoais, discernimento político e fidelidade à luta do povo, prestam o seguinte juramento: "juro pela pátria ser sempre leal ao pensamento do Libertador Simon Bolívar, defender a Constituição da República Bolivariana da Venezuela e servir com coragem e honestidade, de forma solidária e co-responsável aos interesses da comunidade".

Foram os círculos bolivarianos que promoveram o cerco às sedes das redes privadas de televisão e dos jornais conservadores, revoltados pela campanha de boatos, mentiras e desinformação que promoveram desde a posse de Chávez, e principalmente pela tentativa de enganar a população com a notícia da renúncia do presidente desde a noite da quinta-feira.

Se os meios de comunicação, principalmente as redes de televisão, dominados pelos golpistas, afastaram-se de sua função pública de informar e esclarecer, o uso dos meios modernos de difusão de informações teve um papel central na articulação da resistência, como reconhece Aristóbulo Istitis, ministro da Educação de Chávez. Uma coisa que ajudou muito, disse ele, foi o envio por fax do bilhete assinado pelo presidente assegurando que não havia renunciado. Esse documento foi "divulgado principalmente pelos meios alternativos, Rádio Perola, todos esses meios que inventamos. As pessoas ficaram muito indignadas ao descobrirem que foram enganadas dessa maneira. Por isso, começaram a aglome-

rar-se frente aos canais de televisão, para que dissessem a verdade".

Outro aspecto importante da resistência foi a atitude dos deputados do MVR e do presidente da Assembléia Nacional, William Lara, que denunciou o golpe, desde o primeiro momento, as perseguições contra os chavistas e a ilegalidade do novo poder. Na sexta-feira, após o anúncio do fechamento do parlamento e dos tribunais, Lara disse que Carmona seria responsável por qualquer atentado contra parlamentares, e foi apoiado inclusive por alguns deputados conservadores da AD (Ação Democrática, de Carlos Andrés Pérez) e do Copei (Comitê de Organização Política de Eleições Independentes, social cristão). Lara foi claro: "Estamos frente a uma ditadura. Rechaçamos o decreto desse ditador e nos declaramos deputados porque só o povo tem a faculdade de tirar nossos mandatos". No dia seguinte, sábado, os parlamentares ocuparam a sede da televisão estatal e instalaram ali a Assembléia Nacional, encabeçada por seu presidente, William Lara, que fez uma proclamação declarando não reconhecer o governo instalado pelos golpistas.

O sucesso dos golpistas durou pouco. No sábado, os partidários de Carmona o retiraram do palácio Miraflores que, rodeado por manifestantes chavistas e por tropas não confiáveis, não oferecia segurança para aqueles que tentavam usurpar o poder. Era o constrangedor começo do fim da aventura. Os convidados para a "posse", de roupas elegantes, jóias e cabelos fixados com gomalina, ficaram expostos a sustos, espremidos entre a multidão que estava nas ruas e a Guarda Presidencial de Honra, legalista, que ocupara o palácio. Mesmo no forte Tiuna não havia segurança para eles – a guarnição logo cairia em mãos de oficiais e sol-

*Após a
derrota
dos golpistas
o tom da
grande imprensa
mudou
rapidamente*

dados legalistas e lá Carmona viveu os últimos momentos como presidente tentando desfazer o que fizera na madrugada do golpe. Lá ele foi preso depois da derrota do golpe. E o presidente Hugo Chávez reassumiu o cargo no palácio Miraflores, às 3 horas da madrugada do dia 14.

O governo Chávez

Os chavistas descrevem seu governo como uma democracia participativa, para contrapor-se à democracia política tradicional, em que os cidadãos votam nos governantes, mas não têm poderes para fiscalizar sua ação nem meios para participar da tomada de decisões.

P28ode haver controvérsia a respeito, mas os acontecimentos dos dias 11 a 14 de abril mostraram o sentido dessa participação, o amplo apoio ao presidente e o enraizamento de seu projeto entre oficiais das Forças Armadas e entre as camadas mais pobres da população.

Entre os militares, o governo de Chávez corresponde a um sentimento de orgulho nacional que não havia quando o país era dirigido pela corrupta oligarquia afastada do comando político desde 1999. E cresce, também, em muitos setores militares, a consciência antiimperialista que impõe, entre os serviços à Pátria, não só

a defesa nacional, mas também o esforço para combater a pobreza da maioria da população e construir uma nação autônoma, dotada de instituições democráticas estáveis. Nesse sentido, eles fazem parte do leque de alianças das forças nacionalistas e progressistas.

Entre o povo, além do sentimento nacional – que cresce – há a percepção imediata, palpável, das melhorias alcançadas nestes três anos de revolução bolivariana. Foram criados mais de 450 mil novos postos de trabalho, a Venezuela subiu quatro pontos no IDH, aumentou em 25% o número de crianças escolarizadas (mais de 1,5 milhões de crianças passaram a frequentar as escolas, recebendo roupa, três refeições por dia, além de assistência médica e dentária, um luxo com que jamais sonhavam) e dobrou o investimento feito em educação; foram feitas campanhas massivas de vacinação nos setores marginalizados da população; a mortalidade infantil diminuiu de 21 para 17 por mil; estão sendo construídas 135 mil casas populares; a reforma agrária está sendo feita; foi criado o Banco da Mulher, que dá micro-créditos para pequenos negócios; o desemprego caiu de 18 para 13%. A corrupção é combatida com vigor, os sistemas legal e tributário foram modernizados, o país conquistou melhores preços para o petróleo e, em 2001, a Venezuela foi um dos países com maior taxa de crescimento na América Latina, cerca de 3%.

Estas mudanças correspondem a um movimento profundo que ocorre na Venezuela, do qual, a crise política ocorrida nos anos 1980 e 90 é apenas a parte visível. E que as classes dirigentes locais são incapazes de perceber e reconhecer, em virtude de sua profunda alienação e perda da percepção de seu próprio papel histórico. A própria articulação golpista

(ou desarticulação...) reflete essa alienação, na medida em que os conspiradores consideraram que a cadeia de comando nas Forças Armadas funcionaria de forma automática, e que os oficiais de patentes inferiores e os soldados apoiariam cegamente as determinações dos generais golpistas, sem perceber que, como em qualquer revolução, a cadeia de comando havia sido rompida e parte importante, dos soldados e oficiais, apoiado a exigência de mudanças. O golpe mostrou uma possibilidade nova, a de que o "soldado-cidadão" pudesse sentir-se leal a outras forças, à voz das ruas, rompendo a subordinação e obediência que o liga aos altos comandos. Atilio Boron reconheceu o óbvio, no jornal *Página 12*, quando disse: "As recentes declarações das Forças Armadas demonstram que o chavismo é um fenômeno que cala mais fundo não só na sociedade civil, mas também no aparato militar".

Entre os civis, a alienação da classe dirigente foi estampada em comentários publicados pela imprensa local no dia do golpe e nos seguintes, expressando a profunda oposição às mudanças promovidas por Chávez. Luis Alvaray (*El Mundo*, 13 de abril de 2002) comemorou o golpe escre-

*A vitória
contra o golpe
não significa
a derrota
definitiva da
reação e do
imperialismo*

vendo que os três anos de Chávez "pesaram como uma lápide" na Venezuela. O analista político Humberto Njaim, no mesmo jornal e no mesmo dia, proclamou a presença de um "novo protagonista político", a "sociedade civil", cujo movimento para depor Chávez "não foi um golpe de Estado, ou militar, mas foi um golpe de pessoas, e um golpe civil", para libertar "o setor mais ilustrado da sociedade venezuelana" da "opressão de uma tirania".

Depois da derrota dos golpistas, o tom mudou. A analista Andréa Imaginário (!), da revista *Analítica* acusou Chávez de tentar transformar em diferenças políticas "as diferenças econômicas e sociais da Venezuela", jogando pobres contra ricos. A Senhora Imaginário, provavelmente, não prestou atenção à frase pichada no muro da favela Barrio Corazon de Jesús e repete, como muitos arautos da modernidade conservadora pregada pelo neoliberalismo, que a divisão política da sociedade é mais complexa, e não pode ser interpretada no marco teórico da luta de classes. Mas reconhece, perplexa, que o principal foco do apoio a Chávez está entre os pobres. A oposição contra Chávez é muito dividida, escreveu, enquanto os "chavistas são muito mais organizados na base. Isso ficou claro no fim de semana quando, de surpresa, uma multidão apareceu nas ruas".

Uma surpresa para ela e para tantos outros que, cegos e indiferentes às mudanças históricas mais profundas, não reconhecem, ou não aceitam, o protagonismo político e democrático das massas.

Há um conjunto de transformações de caráter democrático burguês que as classes dirigentes da América Latina até hoje foram incapazes de promover. Ao contrário, elas se opõem a essas mudanças que colo-

cam em xeque o sistema de dominação em que seu domínio se formou, e no qual vivem e se reproduzem, intensificando a exploração de seus povos, impedindo seu desenvolvimento democrático e amparando-se, nos momentos de crise, na força dos dominantes estrangeiros. No passado, na força imperial britânica; hoje, no imperialismo norte-americano. Na Venezuela, joga-se um capítulo importante dessa luta para a libertação do povo e da nação. Estas são as contradições que a revolução bolivariana, democrática, popular e pacífica – como Chávez a proclama – enfrenta.

É preciso ressaltar que a vitória contra o golpe não significa a derrota definitiva da reação e do imperialismo. Ao contrário, a recusa da oposição antichavista ao diálogo indica sua disposição em manter a tensão. Carlos Ortega, o pelego dirigente da CTV, reitera a "defesa dos trabalhadores" contra Chávez, enquanto os partidos conservadores, principalmente a AD e o Copei, e o Movimento Para o Socialismo (MAS), também de oposição, exigem "atos de retificação" que, na verdade, significam o abandono do programa bolivariano.

As declarações do ex-presidente Carlos Andrés Pérez, cassado por corrupção em 1993 e condenado a 2 anos e 4 meses de cadeia em 1996, profundamente envolvido com os golpistas ao jornal espanhol *El País* logo depois da derrota do golpe, também indicam essa disposição conspirativa. "A situação na Venezuela está confusa", disse. "Creio que virá mais violência, pois os ânimos estão mais enlouquecidos e os Círculos Bolivarianos demonstraram que eram uma verdade; que foram treinados em Cuba e atuam a favor de Chávez", repetindo um bordão soprado pelos serviços do Departamento de Estado. "Agora", disse,

"Chávez é mais perigoso que nunca". "É preciso continuar a luta", disse aquele ex-presidente que mandou a polícia atirar no povo em 1989 e manchou suas mãos com o sangue de centenas de populares mortos. 

José Carlos Ruy é jornalista e membro do Comitê Central do PCdoB.

Parlamentares brasileiros se encontram com Chávez

Rita Polli

Uma comitiva de solidariedade chefiada pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP) conversou durante mais de duas horas com Hugo Chávez no Palácio Miraflores, no dia 29 de abril último. O Presidente mostrou-se sensibilizado com a visita e afirmou que ao saber da manifestação de apoio do Parlamento brasileiro fez questão de ler a nota de solidariedade da Comissão de Relações Exteriores em cadeia nacional de televisão.

Aldo Rebelo (PCdoB/SP), Arlindo Chinaglia (PT/SP); Artur Virgílio (PSDB/AM), líder do governo; Eduardo Campos (PSB/PE), e De Velasco (PFL/SP), ao lado do embaixador do Brasil em Caracas, Rui Nogueira, e do ex-deputado Fernando Gasparian, ouviram de Chávez um relato pormenorizado da tentativa de golpe. Ele afirmou que o fracasso dos golpistas deveu-se à reação do povo mais pobre da Venezuela e à imediata manifestação dos oficiais e soldados do Exército. O presidente está confiante no funcionamento do fórum do "diálogo nacional", já instalado e composto por representantes do governo e da oposição, para que o processo democrático seja fortalecido.

A ajuda dos Estados Unidos aos golpistas foi confirmada por Chávez. Ele disse que foram feitos registros da presença de oficiais do exército norte-americano no Forte Tiúna. Segundo o jor-



O deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP) no encontro com o presidente Hugo Chávez.

nal *The Guardian* (30/4) os golpistas atuaram também nas ilhas do Caribe, de onde enviavam informações aos Estados Unidos.

Para Aldo Rebelo, "Brasil e Venezuela têm objetivos comuns na defesa da independência e da autonomia dos países latinos e podem jogar um papel muito importante na busca de um caminho comum para a integração na América do Sul e no mundo".

Chávez falou sobre a intenção da Venezuela de fazer parte do Mercosul, e que quer ser parceiro do Brasil nas ações em favor da soberania dos dois países diante da Alca. O presidente considerou grandes feitos do povo venezuelano a retomada do poder e o restabelecimento da democracia.

Os deputados brasileiros reafirmaram que a visita representa a ampliação, o fortalecimento e a consolidação dos laços de cooperação e de amizade entre os dois países. Eduardo Campos informou que as relações de aproximação são julgadas prioritárias pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e que a missão havia sido marcada antes dos acontecimentos de 11 de abril. "Os 220 quilômetros de fronteiras com a Venezuela serão um reforço na consolidação do processo democrático e de respeito ao governo legitimamente eleito pela vontade do povo", afirmou Campos.

Alca X soberania nacional



Aldo Rebelo

Os norte-americanos defendem o livre comércio quando se trata de espalhar sua produção pelo resto do mundo, mas são contra quando esse mesmo livre comércio ameaça suas próprias empresas

“Enquanto existir a opressão econômica e política entre estados, entre nações, o socialismo dos oprimidos tem de ser nacionalista”.

(Pontes de Miranda, 1924)

A CRIAÇÃO de uma área de livre comércio entre os 34 países da América Latina, exceto Cuba, tem gerado discussões e polêmicas. Enquanto parte expressiva da sociedade acredita que o Brasil deveria deixar de negociar esse acordo por representar perda de soberania, um outro segmento vê a formação da Alca como um passo natural no processo de liberalização do comércio internacional.

Aderentes a essa última forma de encarar a criação dos blocos regionais de comércio estão idéias como a de Joseph Stiglitz, ex-economista chefe do Banco Mundial. Ao discutir a relação entre liberalização comer-

cial e formação de grandes blocos regionais de comércio, Stiglitz refere-se a estes como uma fase intermediária a persistir até que a Organização Mundial do Comércio (OMC) consiga derrubar as barreiras não tarifárias que emperram a total liberalização do comércio mundial.

Por esse ponto de vista, os acordos regionais de comércio podem, pelo menos teoricamente, promover a liberalização multilateral, ao pressionar por reformas unilaterais baseadas no mercado (como, por exemplo, a mudança na legislação sobre propriedade industrial feita pelo México ao aderir ao Nafta), e encorajar a com-

petição entre países para diminuir suas barreiras ao comércio e aos investimentos externos.

Para os que assim pensam, o Mercosul não passa de um estágio na transição para o livre comércio e deverá ser deixado para trás tão logo a Alca venha a se concretizar.

Uma parte significativa da sociedade brasileira, entretanto, não pensa desse modo. Para essa parcela a formação do Mercosul não foi apenas o resultado dessa lógica liberalizante dos fluxos internacionais de comércio. Enquanto a globalização é um processo centrífugo, de dispersão econômica, a regionalização é um fenô-

meno centrípeto que envolve o movimento de duas ou mais economias em direção a uma integração mútua maior. Tanto pode ser dirigido por forças políticas motivadas por preocupações econômicas, de segurança, ou quaisquer outras, como também pode resultar de um processo guiado pelas mesmas forças microeconômicas que conduzem a globalização, isto é, as grandes corporações multinacionais.

No primeiro caso temos a União Européia e o Mercosul. O Nafta está mais próximo da segunda categoria, uma vez que sua principal força motriz são as grandes corporações norte-americanas sedentas de novos mercados e de nivelar o terreno de competição em escala global para fazer melhor o jogo do lucro.

A integração regional pode adquirir diferentes formas institucionais, e distintos níveis de profundidade, variando de uma zona de livre comércio, onde os participantes não têm uma política de comércio exterior comum, como é o caso do Nafta, até uma integração aduaneira, como o Mercosul, onde se pode alcançar formas mais profundas de integração, com harmonização de algumas políticas domésticas (principalmente de incentivo a investimentos); reconhecimento mútuo de padrões e normas; e finalmente pode-se, em princípio, alcançar a total integração econômica, monetária e política, como no caso da União Européia.

A Área de Livre Comércio das Américas (Alca), se de fato algum dia vier a se constituir, será uma mera extensão do Nafta para o restante do continente americano. O Mercosul, por sua vez, enquanto união aduaneira com pretensões de vir a ser um mercado comum tem um sentido muito mais profundo e é guiado não apenas por forças de mercado ou pelo desiderato de uma potência hegemô-

nica cujos termos de acordo passam necessariamente pela aceitação das regras do jogo por ela impostas.

Um aspecto marcante da etapa atual de desenvolvimento do sistema capitalista-imperialista mundial – por muitos denominada como globalização ou mundialização da economia –, foi a constituição da Organização Mundial do Comércio – OMC, como órgão de administração econômica global, e a proliferação dos blocos regionais de comércio.

Existe um amplo consenso de que as novas regras de funcionamento da economia mundial, estabelecidas no âmbito da OMC, condicionam fortemente as possibilidades de desenvolvimento dos países. A adesão do Brasil a acordos regionais de comércio, com regras até mais restritivas que as impostas pela OMC, como se pretende com a criação da Alca, se constituirá em elemento altamente restritivo para a aplicação de políticas locais de desenvolvimento, quando estas vierem a afetar interesses econômicos de empresas e países participantes do bloco.

A adesão do Brasil à OMC trouxe, até o momento, mais encargos e obrigações do que benefícios. As razões disso estão no fato de que, embora pelas regras do OMC cada país tenha um voto e cada voto tenha o mesmo peso, na prática quem comanda o processo são as grandes potências comerciais e as empresas multinacionais.

União Européia, Estados Unidos e Japão respondem por 60% das importações mundiais; suas empresas e consumidores gastam mais de US\$ 3 trilhões anuais em produtos vindos do exterior.⁽¹⁾ A história tem mostrado que as “leis” de comércio mundial são ditadas por quem controla o acesso aos principais mercados e os demais países as aceitam simplesmente por que não têm outra alternativa.

Os principais agentes desse proces-

so são as empresas multinacionais. Elas respondem por aproximadamente um terço de toda a produção e dois terços das exportações mundiais, sendo metade desse fluxo interfirmas, ou seja, entre diferentes unidades de uma mesma empresa.

Esta situação exige, no plano institucional, um ambiente cada vez mais desregulado, que permita e garanta a livre movimentação de capitais e mercadorias de acordo com a estratégia global dos grandes grupos que dominam a economia mundial. A reivindicação mais freqüente dos representantes das grandes corporações multinacionais nos inúmeros fóruns internacionais convocados para debater o tema expressa-se amiúde pelo termo “nivelar o campo de competição”⁽²⁾, ou seja, o livre entendimento entre lobos e cordeiros.

A existência de diferentes normas e regulamentos na área comercial, financeira, tributária, trabalhista e no regime de proteção à propriedade intelectual nos diversos países em que atuam, bem como a possibilidade que cada país possui de mudar as regras do jogo de acordo com as suas próprias conveniências e circunstâncias constituem-se, para essas empresas, em elemento que amplia o grau de incerteza normalmente associado às decisões de investimento. A presença de situações e fluxos fora de seu campo de controle é uma situação percebida como problemática e evitável.

Tal pretensão, entretanto, é aplicada de forma unilateral, pois enquanto os países em desenvolvimento vêm dando grandes passos no processo de abertura comercial e adaptação de sua legislação aos padrões reivindicados pelas multinacionais, os países desenvolvidos aceitam a padronização desde que seja a de seu interesse.

Escudados no argumento de que suas economias já eram bastante

abertas, aos fluxos internacionais de mercadorias e capitais, os países ricos pouco tiveram de ceder para obter enormes concessões dos países pobres. Além disso, no pouco que se comprometeram a ceder, quase nada fizeram de concreto.

Tome-se, por exemplo, o Acordo de Têxteis e Vestuários celebrado na OMC, em 1994, segundo o qual os países desenvolvidos se comprometeram a eliminar gradualmente todas as cotas que restringiam as exportações dos países em desenvolvimento em cerca de US\$ 350 bilhões ao ano, até sua eliminação em dezembro de 2004. Até agora, passados sete anos da assinatura do acordo, 80% das cotas ainda estão vigendo. De 757 cotas, os EUA aboliram até agora apenas 56, a UE apenas 52 de 219, e o Canadá não mais que 54 de 295.⁽³⁾

Os países que dominam o comércio internacional e comandam o acesso aos principais mercados promovem uma abertura seletiva de seus mercados. Baixam ou mesmo eliminam tarifas e barreiras não tarifárias para produtos com os quais os países em desenvolvimento não têm condições de competir; que seus países não tenham interesse ou condições de produzir, principalmente matérias-primas e insumos intensivos no uso de energia; ou que exijam processos de produção altamente poluidores. Impõem, contudo, barreiras elevadas para produtos mais elaborados que possam concorrer com sua produção local, principalmente nos setores politicamente mais sensíveis, como a agricultura, nas indústrias decadentes e pouco competitivas, mas com grande força política, como a siderúrgica, ou ainda naqueles segmentos que utilizam intensivamente mão-de-obra, como o setor têxtil.⁽⁴⁾

A evolução das exportações brasileiras no complexo da soja revela de

forma exemplar a degradação da nossa pauta de exportações em função da escalada tributária, processo pelo qual os países ricos taxam com alíquotas mais elevadas os produtos de maior valor agregado enquanto liberam seus mercados para importação de matérias-primas que não produzem.

O Brasil já foi o principal exportador mundial de óleo e de farelo de soja, superando os EUA, principal produtor e consumidor mundial. Há cinco anos tínhamos capacidade de esmagamento de 33 milhões de toneladas/ano de soja em grão e industrializávamos 21,6 milhões de toneladas, diante de uma safra de 26 milhões de toneladas. Mesmo com um crescimento da safra de soja da ordem de 46% nesse período, a capacidade de esmagamento caiu em 15% e continuamos esmagando os mesmos 21,6 milhões de toneladas, evidenciando um retrocesso na agroindústria.⁽⁵⁾ A causa está no fato de que enquanto a soja em grão paga taxas de importação relativamente modestas, os derivados da soja de maior valor agregado pagam taxas muito superiores à média.

O caso do café é exemplar. O Brasil exporta principalmente café em grão verde, que é processado nos países de destino. Em 2000, das 18 milhões de sacas exportadas, 16 milhões foram dessa variedade. A Alemanha, por exemplo, apesar de não plantar um único pé de café já é o terceiro exportador mundial do produto. Para conseguir tal façanha, libera a importação de grãos, que não produz, e, por meio de tarifas e outras barreiras não-tarifárias dificulta a importação do café solúvel, de maior valor agregado.

Desta forma, uma saca de café verde, importada a US\$ 35 pode gerar para a economia local uma renda dezenas de vezes superior. Segundo o eco-

nomista inglês Jan Kregel, enquanto o Brasil ganha US\$ 1 por quilo de café, a Alemanha, ao beneficiá-lo e vendê-lo no mercado europeu ganha US\$ 12 por quilo.⁽⁶⁾ Considerando-se toda a cadeia produtiva, do pé ao consumidor final, uma saca de café exportada a US\$ 35 pode gerar uma renda final de US\$ 10.000, se considerarmos que nas principais capitais da Europa e dos Estados Unidos, uma xícara de café chega a custar algo em torno de dois a três dólares.⁽⁷⁾

O que ocorre com o couro não é muito diferente. O Brasil é grande produtor mundial de couro bovino, uma matéria-prima muito valorizada no mercado internacional. Cada animal abatido fornece uma peça de couro suficiente para a produção de aproximadamente 25 pares de sapatos. É mais interessante e lucrativo exportar couro acabado ou calçado do que exportar couro cru ou semi-acabado. Para se ter uma idéia das diferenças, basta saber que uma peça de couro cru custa cerca de US\$ 10 no mercado internacional. Enquanto isso, a peça de "wet blue", um couro semi-elaborado, sai por US\$ 30. A peça do "crust", um pouco mais elaborado, custa US\$ 60 e a do couro acabado, US\$ 70. Já os 25 pares de calçados que podem ser feitos com essa peça de couro valem US\$ 350, em média. Acontece que, nos últimos tempos, tem aumentado muito a exportação brasileira do "wet blue", fazendo com que em vez de se exportar calçados que renderiam US\$ 350 por boi abatido e gerariam milhares de empregos no Brasil, exportamos cada vez mais o couro semi-elaborado, a US\$ 30 por peça. Isso ocorre porque a União Européia aplica uma taxa de importação de 17% sobre os calçados importados e de 6,5% sobre o couro acabado. O "wet blue", porém, entra na comunidade européia sem nenhuma taxa. Estima-se que o Brasil estaria deixando

de receber divisas de pelo menos US\$ 400 milhões anuais por causa dessa exportação de couro semi-acabado no lugar do produto acabado.⁽⁸⁾

O resultado desse desequilíbrio no comércio mundial para a economia brasileira é a fragilidade e vulnerabilidade crescentes do país em uma conjuntura internacional cada vez mais volátil. As desigualdades existentes nas relações internacionais de troca do Brasil com o resto do mundo são decorrência do desenvolvimento desigual do capitalismo mundial onde os que estão sentados à mesa tentam a todo custo impedir a chegada de novos comensais, quando muito lhes atirando algumas migalhas. E o fato concreto é que a OMC pouco ou nada fez até agora para alterar esse status quo. Ao contrário, sua ação mais parece orientar-se no sentido de mantê-lo ad infinitum. E o mesmo nos parece ser o caminho que os Estados Unidos tentam imprimir à futura Alca, caso não encontrem maiores resistências.

A prova de que tal suspeita tem fundamento está na quase total incapacidade da OMC de impedir que as economias dos países ricos tomem as mais variadas medidas protecionistas para defender seus mercados e, em sentido contrário, na presteza com que age contra os supostos desvios dos países em desenvolvimento quando estes supostamente fogem das regras acordadas. Ou ainda na tentativa de impor como padrão mundial normas acordadas no âmbito da OCDE, que congrega apenas os países desenvolvidos; como ocorreu recentemente em relação às regras de financiamento às exportações, que obrigou o Brasil a modificar as normas do Proex – principal mecanismo de financiamento que a Embraer vinha utilizando para exportar aviões – e adaptá-las aos

padrões dos países desenvolvidos quando se sabe que as condições de disponibilidade de capitais são totalmente diferentes aqui e acolá.

Isso tudo é exemplarmente evidenciado no relatório anual sobre “Barreiras aos Produtos e Serviços Brasileiros no Mercado Norte-Americano”, preparado pela embaixada brasileira em Washington. Conforme observou em editorial recente o jornal *O Estado de S. Paulo*, a respeito do referido relatório, “a afirmação, exaustivamente repetida, de que a economia norte-americana é uma das mais abertas do mundo, com tarifas muito baixas, não serve para descrever o comércio com o Brasil. A média tarifária, ou de equivalente tarifário, imposta aos 15 principais produtos brasileiros, é de 45,6%, segundo levantamento da embaixada. Quando se consideram os produtos de maior peso na pauta, a economia brasileira é de fato mais aberta: a tarifa média aplicada no Brasil aos 15 principais produtos norte-americanos é de 14,3%, segundo o mesmo estudo”.⁽⁹⁾

Note-se, ainda, que tais barreiras, no caso norte-americano tanto valem para produtos agrícolas como para produtos industrializados. A área siderúrgica, por exemplo, é uma das mais afetadas. De um consumo total de 119 milhões de toneladas/ano de produtos siderúrgicos, os EUA importam 18 milhões de toneladas, o que equivale a 15% do consumo total. Do Brasil, os Estados Unidos importam apenas 3 milhões de toneladas/ano ou 2,5% do seu consumo. Essa participação limitada da produção brasileira no mercado norte-americano, em que pese a alta competitividade da nossa siderurgia, deve-se ao protecionismo crescente do governo dos Estados Unidos, que se traduz em acusações infundadas de dumping e na recorrente aplicação de penalidades cujo único objetivo é proteger a

indústria norte-americana do aço. Diante de novas demandas de proteção por parte da indústria norte-americana o governo Bush demandou ao *International Trade Commission* (ITC), comissão encarregada de analisar questões comerciais, um novo estudo sobre eventuais danos causados ao setor por concorrentes estrangeiros. Baseado em análise divulgada em outubro de 2001, a qual concluía que 12 dos 33 produtos siderúrgicos que o país compra do resto do mundo são subsidiados devendo sofrer novas sobretaxas nos próximos meses,⁽¹⁰⁾ o presidente dos Estados Unidos George W. Bush decidiu impor tarifas que vão de 8% a 30% sobre as importações de aço durante os próximos três anos. O Brasil foi diretamente atingido, pois as tarifas acabam por fechar ainda mais o já protegido mercado norte-americano de produtos siderúrgicos para os aços brasileiros de maior valor agregado e limitam a expansão de exportações de semi-acabados.⁽¹¹⁾ A decisão dos EUA de ampliar o protecionismo à indústria do aço provocou a ira de países exportadores em todo o mundo uma vez que se sabe que o seu único objetivo é proteger uma indústria sucateada e sem condições de competir com empresas mais modernas e competitivas localizadas não só no Brasil, como em outros países. Cada tonelada de bobinas laminadas a quente produzida pelas siderúrgicas norte-americanas tem um custo médio de US\$ 260, enquanto o custo médio internacional é de US\$ 180.⁽¹²⁾

O protecionismo norte-americano não se limita, contudo, ao aço. O açúcar – já mencionado acima – paga US\$ 338,70 por tonelada extra-cota; o tabaco, 350%; o etanol, 2,5% mais US\$ 0,52 por galão; o suco de laranja, US\$ 0,785 por litro; e os têxteis 38% ad valorem, mais US\$ 0,485 por quilo.⁽¹³⁾

O governo norte-americano aumentou, na década de 1990, em quase 400% os subsídios concedidos aos produtores rurais dos Estados Unidos. Entre 1990 e 2000 a conta total de subsídios agrícolas nos Estados Unidos aumentou de US\$ 6,5 bilhões para US\$ 32,3 bilhões ao ano.⁽¹⁴⁾

A questão não se restringe, contudo, aos Estados Unidos. A própria OMC reconheceu no relatório divulgado no final de 2000 que as práticas protecionistas dos países desenvolvidos, especialmente na agricultura, estão aumentando. Segundo o relatório, a União Européia teria concedido 45% do total de subsídios aos agricultores, o Japão, 23% e os EUA, 21%.⁽¹⁵⁾ Para o conjunto dos países industrializados os subsídios são da ordem de US\$ 365 bilhões anuais.⁽¹⁶⁾

Estudo da própria OMC mostra que as cotas, outro mecanismo de restrição de acesso aos mercados dos países desenvolvidos, aumentaram, ao invés de diminuir, como se poderia esperar da liberalização, ainda que tímida, acertada na Rodada Uruguai. A União Européia (UE) pratica 85 cotas, seguida pelos Estados Unidos (54) e Canadá (21). O Brasil, em contrapartida, adota apenas uma, sobre ingresso de pêras e maçãs.⁽¹⁷⁾ O protecionismo aparece ainda na aplicação discricionária da legislação antidumping, principalmente por parte dos Estados Unidos, para proteger sua indústria local, cujo caso mais recente é a nova investida do governo Bush para proteger a indústria local de aço.

Cabe ainda assinalar que um dos mais importantes acordos assinados por ocasião da criação da OMC, o Trips (sigla em inglês do Acordo de Propriedade Intelectual relacionada ao Comércio), beneficiou largamente os países desenvolvidos em detrimento dos países em desenvolvimento. O próprio Banco Mundial recomendou

recentemente, no relatório *Perspectivas da Economia Mundial em 2001*, um novo equilíbrio no acordo para permitir aos países em desenvolvimento, principalmente os mais pobres, o acesso a preços competitivos a remédios e produtos essenciais ao bem-estar e ao desenvolvimento.⁽¹⁸⁾

O estudo afirma que, na situação atual, se os países em desenvolvimento tivessem que implementar totalmente o Acordo sobre Propriedade Intelectual – Trips, teriam de pagar US\$ 20 bilhões a companhias no exterior por direitos de propriedade intelectual. Segundo o banco, a introdução desse tratado beneficiou principalmente os Estados Unidos que, como sede de numerosas companhias detentoras de patentes, obtiveram uma renda adicional líquida de US\$ 19,1 bilhões por ano. A Alemanha teve um ganho de US\$ 6,7 bilhões por ano. Do outro lado, a Coreia do Sul é o país com a maior transferência de recursos por causa da importação líquida de tecnologia a um custo de US\$ 15,3 bilhões por ano. Outro país em desenvolvimento que paga alto pelo estoque de patentes é a China, com US\$ 5,1 bilhões. O Brasil paga ao exterior US\$ 530 milhões.⁽¹⁹⁾

Finalmente, mas não menos importante, é preciso levar em conta que uma eventual adesão sem maiores cuidados do Brasil à Alca poderia significar a liquidação de grande parte do parque industrial brasileiro. Estudo recente da Fiesp mostra que, com exceção de aviação, siderurgia e químicos, as demais cadeias de produção têm defasagem em relação às dos EUA em aspectos fundamentais e que empresas nacionais de inúmeros setores teriam dificuldades para brigar no livre comércio.⁽²⁰⁾ Se levarmos em conta que atualmente o que seria a futura Alca representa, para o Brasil, 70% das exportações de manufatura-

dos, uma adesão precipitada poderia significar a degradação definitiva de nossa pauta de exportações.

Muitos vêem na aprovação no Congresso norte-americano da chamada “via rápida” (*fast-track* ou TPA – *Trade Promotion Authority*) um sinal de avanço na posição norte-americana quanto à predisposição de negociar um acordo em bases mais equânimes. Quando se observa, entretanto, os termos em que a referida autorização foi aprovada fica evidente que o discurso norte-americano em favor do livre comércio é apenas da boca para fora. Melhor dizendo, ela defende o livre comércio quando se trata de espalhar sua produção pelo resto do mundo, mas é contra quando esse mesmo livre comércio ameaça suas próprias empresas.

A autorização dada a Bush pela Câmara dos Deputados dos Estados Unidos é para negociar acordos que aumentem as garantias dos investidores norte-americanos em outros países, reforçando os mecanismos de proteção à propriedade intelectual (lei de patentes), que reduzam ou eliminem qualquer tipo de exigência de desempenho, transferência forçada de tecnologia e exigências de conteúdo nacional nos investimentos diretos realizados por empresas norte-americanas em outros países. Proíbe, no entanto, acordos que criem algum tipo de embaraço à aplicação das leis norte-americanas de comércio e permitem através de vários mecanismos (principalmente o famigerado antidumping) barrar importações em prejuízo das empresas dos EUA, como ocorre atualmente com os produtos siderúrgicos brasileiros.

É na questão da agricultura, porém, que tal autorização é mais restritiva. Além de impor que qualquer tipo de liberalização do comércio de produtos agrícolas preveja “períodos razoáveis

de ajustamento", veta acordos que dificultem a preservação dos programas de subsídios à agricultura e simplesmente retira os cítricos e o açúcar, dois produtos do maior interesse do Brasil, sujeitos a enormes barreiras tarifárias e não-tarifárias no mercado norte-americano, da autorização para negociar acordos comerciais.

Essa situação pode se agravar ainda mais no Senado norte-americano. No dia 13 de dezembro, o Comitê de Finanças do Senado dos EUA aprovou sua versão para o projeto de lei da "via rápida" (ou *fast track*), ainda mais dura. Acrescenta novas restrições às já aprovadas na Câmara: antes de ingressar numa negociação comercial o presidente Bush fica obrigado a enviar ao Congresso um relatório sobre o histórico trabalhista dos países que são parceiros comerciais dos Estados Unidos; impede que empresas de outros países questionem restrições comerciais dos Estados Unidos disfarçadas de regras ambientais e proíbe o presidente norte-americano de enfraquecer as atuais leis antidumping dos Estados Unidos, um dos seus principais mecanismos protecionistas. O conteúdo protecionista da autorização é tão evidente que até o ultraliberal jornal inglês *Financial Times* qualificou-a, em editorial, de "documento protecionista, não um instrumento para liberalizar o comércio".

A adesão do Brasil ao projeto da Alca nos termos em que está atualmente posto pelos Estados Unidos não interessa ao Brasil. O processo de integração hemisférica não pode ser conduzido apenas pela lógica das relações de comércio, por mais importantes que elas sejam. Limitar a política externa do país à atividade de promoção comercial, e o nosso corpo diplomático a agentes do comércio exterior, é um reducionismo sem medida. O nosso projeto de integração deve ser conduzido por imperativos internos e

macroeconômicos e não externos e microeconômicos. Conforme afirma Mangabeira Unger, "Rio Branco fundou a tradição de nossa política externa sobre certos princípios elementares: que a política predomina sobre a economia; que a defesa da nossa soberania tem por objetivo criar condições para o desenvolvimento de uma experiência nacional própria; que essa defesa se consubstancia tanto no resguardo de um espaço sul-americano quanto na construção mundial de um pluralismo que se contraponha a hegemônias; que o Brasil precisa reconhecer na sua política exterior sua personalidade moral e que nosso engrandecimento é inseparável da nossa generosidade".⁽²¹⁾ A adesão do Brasil à Alca nos termos atualmente colocados é a negação de tudo isso. Não se trata de um desejo de auto-isolamento; muito menos de uma visão interesseira de querer preservar o espaço sul-americano como sua área de influência. O fato concreto é que se não resguardarmos esse espaço como elemento vital para o desenvolvimento de uma experiência nacional própria como afirmado acima, nem nós, nem nenhum outro país latino-americano terá a mínima chance de romper as relações de vassalagem que os Estados Unidos tentam impor ao continente. A questão fundamental, na verdade, não é ser simplesmente contra a Alca, mas sim a favor do Mercosul e da Alcsa – Área de Livre Comércio Sul-Americana. Desde que o espaço sul-americano seja resguardado, poderemos negociar acordos de livre comércio não só com o Nafta, como também com a União Européia, com a China, com a Índia, com os países da Asean, do Oriente Médio e com nossos irmãos da África. O que não podemos aceitar é a simples anexação econômica do país por uma potência hegemônica que não nos respeita e

com quem não temos nenhuma identidade política, econômica ou cultural.

Não esqueçamos da recomendação do texto da Constituição brasileira que estabelece o princípio da independência nacional nas relações internacionais do nosso país. No caso, cabe lembrar ainda a lição do libertador Simon Bolívar que recomendava uma aproximação conjunta e cautelosa dos países latino-americanos em relação ao vizinho arrogante e voraz do Norte.

Aldo Rebelo é jornalista, deputado federal por São Paulo pelo PCdoB, presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

Notas

- (1) Cf. LACERDA, A. C. de. "A nova dinâmica da economia global". *Gazeta Mercantil*, 17/MAIO/2001. São Paulo.
- (2) Cf. PAULINO, L. A. "Brasil, seus sócios e seus negócios". *Mimeo*.
- (3) Cf. MOREIRA, A. "Brasil quer acordo têxtil com a União Européia". *Gazeta Mercantil*, 01/11/2001, p. A6.
- (4) Cf. PAULINO, L. A. "Brasil, seus sócios e seus negócios". *Mimeo*.
- (5) Cf. MAGALHÃES, A. d'A. "Desindustrialização na agroindústria". *Gazeta Mercantil*, 05/09/1991.
- (6) STEINBRUCH, B. "Exportar ou morrer! É para valer?". *Folha de São Paulo*, 30/10/2001, p. B2.
- (7) ROSSI, C. "De 35 a 10 mil". *Folha de S. Paulo*, 21/10/2001, p. A2.
- (8) STEINBRUCH, B. "Exportando grama". *Folha de São Paulo*, 11/07/2000, p. B2.
- (9) Cf. *O Estado de S. Paulo*. "Livre comércio só na conversa", 05/10/2001, p. A3.
- (10) Cf. VARGAS, L. "EUA vão ampliar protecionismo ao aço". 23/10/2001, p. B4.
- (11) Cf. LOBATO, P. "Bush taxa importação de aço em 30%". *Gazeta Mercantil*, 06/03/2002, p. A4.
- (12) STEINBRUCH, B. "Exportar ou morrer! É para valer?". *Folha de S. Paulo*, 30/10/2001, p. B2.
- (13) NASSIF, L. "O protecionismo americano". *Folha de S. Paulo*, 05/10/2001, p. B3.
- (14) Cf. ROMERO, C. "Subsídios aumentam 400% nos EUA". *Valor*, 23/05/2001, p. A12.
- (15) ABBOTT, M. L. "OMC observa aumento de subsídios". *Gazeta Mercantil*, 24/11/2000, p. A11.
- (16) *Gazeta Mercantil*, "Distender o comércio internacional". 23/05/2001, p. A2.
- (17) *Gazeta Mercantil*, "Distender o comércio internacional". 23/05/2001, p. A2.
- (18) Cf. CHADE, J. "Relatório do Banco Mundial" sugere revisão da lei de patentes. *O Estado de S. Paulo*, 01/11/2001, p. A11.
- (19) Cf. MOREIRA, A. "Bird sugere acesso mais fácil a produto essencial". *Gazeta Mercantil*, 01/11/2001, p. A-6.
- (20) PEREIRA, P. "Estudo define áreas de proteção no cenário da ALCA". *Gazeta Mercantil*, 24/09/2001, p. A-8.
- (21) UNGER, R. M. "Por que o Brasil não tem política exterior?". *Folha de S. Paulo*, 12/03/2002, p. A2.

México e Canadá: a trágica experiência do Nafta

Altamiro Borges

Para os trabalhadores dos EUA, Canadá e México, o Nafta representou menos soberania, menos democracia e mais regressão social

Se existe um consenso acerca da bombástica proposta dos EUA de criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) é de que ela será uma extensão de outro tratado econômico já em vigor: o Nafta (*North American Free Trade Agreement*). As negociações entre Estados Unidos, Canadá e México para a implantação do Acordo de Livre Comércio da América do Norte foram concluídas em dezembro de 1992. Ratificado um ano depois pelos parlamentos desses três países, o Nafta passou a vingar de fato em janeiro de 1994.

Manifestação contra a Alca no FSM.



O CONTEÚDO do acordo é bastante detalhado, com mais de mil itens e subitens. Entre outras regras, ele impõe: “Eliminação tarifária progressiva, até sua eliminação total em dez anos; regras de origem para garantir que essa eliminação favoreça os países do Nafta e impedir que outros se utilizem do acordo como plataforma de acesso ao mercado da América do Norte; acesso dos sócios do Nafta aos programas de compras governamentais; abertura do comércio transfronteiriço para os setores de serviços, incluindo os finan-

ceiros; garantia de direitos de propriedade intelectual; tratamento diferenciado para os setores têxtil, vestuário, automotriz, de energia, agricultura, transporte terrestre e telecomunicações” (1).

A experiência do Nafta, que já dura mais de sete anos, serve de estrondoso alerta sobre as trágicas perspectivas que decorrem da imposição da Alca sobre todo o continente americano. Uma rápida pesquisa confirma que esse tipo de acordo de “livre comércio” beneficia única e exclusivamente as corporações multinacionais, especialmente as dos EUA, e representa um duro golpe na soberania das nações, um violento retrocesso nas normas democráticas e uma brutal regressão nos direitos sociais. Chama a atenção o quase silêncio da venal mídia mundial, e brasileira, na difusão dos já tão sentidos efeitos perversos do Nafta.

Desemprego nos EUA

Nem mesmo os trabalhadores norte-americanos, que aparentemente seriam favorecidos com o crescimento da economia, têm o que comemorar com a vigência desse acordo. Várias pesquisas indicam que os únicos beneficiados são as gigantescas corporações empresariais. “Os benefícios foram em tal escala que, já em 1994, economias da ordem de US\$ 16 bilhões puderam ser feitas pelas grandes corporações apenas com gastos em mão-de-obra. Atualmente, os números são muito maiores”, garante o especialista Gilberto Dupas (2).

Já para os assalariados, o resultado foi aumento de desemprego, queda de rendimentos e precarização do trabalho. Estudos de sindicatos e ONG’s norte-americanos comprovam que, entre 1993-2000, o Nafta eliminou 766 mil empregos nos EUA. “Muitas

companhias se mudaram para o México para tirar proveito dos salários de 5 dólares ao dia pagos aos trabalhadores. Sem direitos trabalhistas e sindicais, os mexicanos não podem se organizar para aumentar seus salários. Os trabalhadores dos EUA hoje encontram trabalho com menos segurança e salários que equivalem a 77% do que originalmente recebiam” (3).

Noam Chomsky, conceituado intelectual norte-americano, foi um dos primeiros a alertar sobre os riscos do Nafta para os próprios trabalhadores de seu país. Conforme demonstrou, o acordo só seria viável para as corporações com a elevação do desemprego nas matrizes. Mão-de-obra barata e outras regalias no México eram a sua razão de existência. Tanto que várias corporações, como GE, GM e Ford, já apresentaram os seus planos de reestruturação industrial – em outros termos, de demissões – antes mesmo do início da vigência do Nafta. Além do fluxo de empregos, Chomsky previu a violenta queda de rendimentos nos EUA. “O pressuposto dos baixos salários do México pode ter um efeito gravitacional sobre os saldos dos americanos. Isto é aceito, inclusive, pelos defensores do Nafta, que reconhecem que, fora os trabalhadores especializados, o restante está exposto a ter salário mais baixo” (4).

Esta deterioração das condições de vida dos trabalhadores norte-americanos inclusive ajuda a entender a mudança de postura da poderosa central sindical do país, a AFL-CIO. Famosa por sua longa trajetória conciliadora e pró-imperialista, ela vem adotando nos últimos anos um comportamento mais ativo em defesa dos assalariados e dos desempregados, inclusive do enorme contingente de imigrantes latino-americanos. Atualmente, participa de inúmeras manifestações antiglobalização, como a ocor-

rida em Seattle em dezembro de 1999, e faz críticas, mesmo que parciais e limitadas, ao Nafta e à Alca.

Canadá: colônia dos EUA

Deixando os Estados Unidos, que desmentem o mito do “paraíso” do Nafta, ingressamos ao Canadá. Neste país, um dos mais ricos do mundo e há tempos na liderança entre as nações de melhores índices de desenvolvimento humano (IDH) da ONU, o quadro piora bem mais. Nos sete anos de vigência do acordo, ele empacou em seu crescimento econômico, tornou-se mais dependente e vulnerável e assistiu à degradação social e do meio ambiente. Atualmente, muitos se questionam sobre o futuro desse país enquanto uma nação soberana.

O jornal norte-americano *The Washington Post*, de setembro de 2000, indagou: “Haverá mesmo um Canadá dentro de 25 anos, ou o país vai se tornar, em questões práticas, o 51º Estado americano?” (5) As respostas surgiram durante um seminário, realizado no Royal York Hotel, que reuniu as 200 personalidades mais influentes do país para discutir o futuro da economia. Para John McCallum, economista-chefe do maior banco do país, “a possibilidade do fim do Canadá, ou do Canadá deixar de ter importância, precisa ser levada a sério”.

Já Maude Barlow, líder da influente Council of Canadians, foi mais enfática: “Estamos, para todos os efeitos, tornando-se parte dos EUA... A luta pela preservação das características canadenses está, por assim dizer, terminada”. Peter Newman, o principal historiador de negócios do país, trilhou o mesmo rumo: “Sem que os canadenses notem, a americanização da economia tornou-se uma realidade nova e perturbadora”. Em artigo para a revista *Maclean’s*, em dezembro de 1999, ele já havia advertido: “Es-

tamos, no fim do milênio, em vias de nos tornarmos colônia dos americanos – ainda com governo próprio, mas dependentes do dólar ianque”.

O tom da matéria, em especial para um país com tanta riqueza, parece apocalíptico. Mas os dados da anexação em curso são contundentes. Segundo o mesmo artigo, atualmente os investidores canadenses despejam sua poupança no mercado acionário dos EUA e as firmas norte-americanas já engoliram várias empresas nacionais. O Canadá de hoje controla uma parcela bem menor da sua capacidade produtiva (cerca de 70%), inferior à situação dos outros países industrializados do mundo.

Neste novo tipo de colonialismo, quem sofre são os trabalhadores. Desde a implantação do Nafta, 276 mil trabalhadores canadenses perderam os seus empregos. A renda per capita no Canadá corresponde atualmente a menos de dois terços da renda nos EUA e analistas, como McCallum, prevêem que ela abaixará para 50% nesta década. Como decorrência da falta de oportunidades cresce o número dos melhores cérebros que buscam seu futuro nos EUA. “Nos últimos anos, cerca de 25 mil canadenses mudam-se todo o ano, em caráter permanente, para o sul, incluindo 1% de contribuintes que ganham mais de US\$ 100 mil por ano, uma parte dos reitores das maiores universidades e freiras e médicos suficientes para preencher 25% das vagas nas escolas de medicina e enfermagem do Canadá”.

A colonização não se manifesta apenas no terreno econômico. Ela perverte a cultura e os valores nacionais. “Os 80% de canadenses que falam inglês agora têm preferências iguais às dos americanos: lêem os mesmos livros, acompanham as mesmas ligas esporti-



vas e vêem os mesmos programas de TV e filmes. De modo geral, também comem os mesmos alimentos e compram os mesmos bens, consumidos cada vez mais nos mesmos restaurantes e varejistas. E, com a desvalorização do dólar canadense, que vale 67 centavos do dólar americano, pesquisas mostram que a maioria dos canadenses prevê que precisará trocar suas moedas pelas ‘verdinhas’ em 20 anos”.

Numa outra entrevista, Maude Barlow afirma: “Essa história de livre comércio é um mito. Dizem que promove a competição, mas, na verdade, dá condições às grandes corporações de fazer as regras. Assim, elas podem comprar as empresas menores e tirar dos países o direito de proteger a indústria local. Foi o que aconteceu com o Canadá no Nafta. Os norte-americanos compraram nossas empresas de petróleo, gás, indústrias químicas. Para a América Latina, será pior ainda”⁽⁶⁾. Ela lembra ainda que o Canadá teve o maior aumento da taxa de pobreza infantil em todo o mundo industrializado desde o início do Nafta. “A economia cresceu, mas toda a riqueza ficou concentrada num pequeno grupo. Passamos a ter pessoas dormindo nas ruas e crianças passando fome”.

Ela cita o “terrível capítulo 11 do Nafta” como prova da destrutiva hegemonia do capital. “É um capítulo que permite a uma corporação processar um governo de outro país. O Canadá, por exemplo, proibiu a Esso de usar determinada toxina na gasolina com o

argumento de que era tóxica para as crianças. Se a gasolina fosse feita por empresa canadense, a proibição teria valido. Mas, pelo acordo do Nafta, uma empresa pode processar um país e pedir indenização se seus lucros forem afetados por mudanças na lei. A Esso processou o Canadá. O governo não só voltou atrás como deu US\$ 20 milhões para a empresa e escreveu uma carta pedindo desculpas”. Daí a sua conclusão: “Esse acordo é assassino”.

O uso constante do Capítulo 11 é hoje um fator de dolorosa humilhação ao povo canadense. Recentemente, a SD Myers, empresa norte-americana de eliminação de resíduos, forçou o governo a revogar a proibição de exportação de produtos perigosos. Além disso, impetrou com sucesso ação no valor de US\$ 50 milhões por perdas durante a breve vigência daquela restrição. Já a Sun Belt Water, companhia de exportação de água da Califórnia, processou o governo canadense em US\$ 14 milhões por sua proibição à exportação de água a granel.

Por pressão do Nafta, a Junta de Energia Nacional foi despojada de seus poderes e a lei de “salvaguarda de provisão vital”, que exigia que o país mantivesse um excedente de 25 anos de gás natural, foi desmantelada. Atualmente não existe nenhum órgão do governo ou lei que garanta que os canadenses tenham provisão adequada de sua própria energia para o futuro. Curiosamente, os EUA impuseram, no âmbito do Nafta, uma reserva de 25 anos como necessária para “fins de segurança nacional”.

Todo o sistema de distribuição de gás do Canadá foi abandonado, dando início a um ciclo frenético de construção de gasodutos de Norte a Sul. Os impostos de exportação sobre o fornecimento de energia canadense foram extintos, retirando do governo uma rica fonte de receitas e propor-

cionando aos clientes norte-americanos preços preferenciais como “clientes domésticos”. O Nafta ainda impôs um sistema de “participação proporcional” pelo qual o fornecimento de energia canadense para os EUA está garantido por tempo indeterminado.

Pobre México!

Chegamos ao México, pobre México! Se o Nafta já causa estragos nos EUA e no Canadá, o que dizer da situação do seu sócio mais frágil! Este país é a maior vítima desse projeto de anexação das corporações empresariais e do imperialismo norte-americano. Apesar de toda propaganda da mídia internacional, ele não ganha absolutamente nada com a vigência do Nafta. O processo de regressão nestes sete anos é avassalador em todos os terrenos.

Nos anos 70, antes da implantação do acordo, a economia mexicana crescia, em média, 6,6% ao ano. Já nos anos 90, o crescimento despencou para 3,3%. Agora, com a freada da economia norte-americana, a situação degingolou de vez. “O México entrou em recessão no ano passado. Seu déficit na balança comercial saltou quase 22% e suas exportações encolheram 5%. De resto, perdeu receita com a queda do preço do petróleo, produto que gera um terço de sua renda” (7). A previsão do governo é de que a economia cresça apenas 1,7% em 2002.

Todas as maravilhas do Nafta, alardeadas pelos apologistas neoliberais, mostraram-se um fiasco. Segundo a propaganda, o acordo incentivaria o ingresso de capital estrangeiro, alavancando o desenvolvimento econômico e a distribuição de renda. Mas este milagre não se confirmou. É certo que houve maior fluxo de capital externo para o país – que atingiu US\$ 36 bilhões entre 1998/2000. Mas, no mesmo período, o déficit em conta corrente, resultado da remessa

de juros e lucros para o exterior, em especial para os EUA, foi de US\$ 48 bilhões. “Simplificando os termos: entraram US\$ 36 bilhões; saíram US\$ 48 bilhões” (8).

O outro desastre no campo econômico se deu com a dívida externa. No final de 2000, ela já superava os US\$ 163 bilhões, mais do dobro da sangria em 1982 – exatamente quando eclodiu a crise da dívida externa do México, que abalou o mercado mundial. Além de elevar a vulnerabilidade externa, o Nafta agravou a dependência do país. Antes da sua vigência, o México mantinha relações comerciais relativamente mais diversificadas, abrangendo vários parceiros. Hoje, entretanto, o país depende totalmente dos EUA. De lá provêm 74% das importações e para lá se dirigem 89% das exportações do país.

Deste quadro perverso, os cínicos apologistas do “livre comércio” ainda gostam de frisar o aumento das exportações como um trunfo do Nafta. Só que eles escondem alguns fatos comprometedores. Essas exportações são feitas por cerca de 300 empresas, a maioria delas filiais de norte-americanas. Isto sem falar das maquiladoras, que importam quase tudo do exterior e crescem à custa da mão-de-obra barata do México – 10 vezes inferior à dos EUA. Somadas, elas são responsáveis por 96% das exportações mexicanas; os 4% restantes se dispersam entre 2 milhões de pequenas fábricas que ainda não foram absorvidas pelo capital ianque e que sobrevivem – à dura custa, à avalanche neoliberal.

A indústria têxtil mexicana, por exemplo, aumentou suas exportações para os EUA nesta fase; mas, neste ramo, 71% das empresas são norte-americanas. Segundo vários estudos, para cada dólar de exportação industrial mexicana para os

EUA, somente 18 centavos provêm de componentes nacionais. Já nas maquiladoras, para cada dólar exportado, o componente mexicano é de apenas 2 centavos. O processo de desnacionalização é violento.

Hoje é até um contra-senso falar em “economia mexicana”. Bastante emblemático nesta regressão colonial é que o atual presidente do país, Vicente Fox, foi gerente da ianque Coca-Cola. E os golpes não param de se suceder. No primeiro semestre de 2001, o Citibank comprou, por US\$ 12,5 bilhões, o segundo maior banco do país, o Banamex. Atualmente, 83% do sistema financeiro estão em mãos de bancos estrangeiros, na maioria dos EUA. A desnacionalização atingiu o seu cume com a “entrega” da companhia de petróleo, Pemex, que hoje serve como fiadora dos empréstimos feitos pelos EUA durante a crise de 1994.

E a devastação não ocorreu somente no setor manufatureiro. Na agricultura, o cenário é de verdadeira catástrofe. Em 1982, o México importava US\$ 790 milhões de alimentos; já em 1999, passou a importar US\$ 8 bilhões. De país exportador de vários produtos agrícolas, transformou-se num campo minado. Hoje é obrigado a importar dos EUA cerca de 50% de tudo o que consome. A “livre competição”, com a agricultura norte-americana, que goza de altos subsídios e conta com uma base técnica mais avançada, foi fatal para o México. Sob o império do Nafta, a superfície agrícola plantada foi drasticamente reduzida e 6 milhões de lavradores mexicanos perderam suas terras e suas ocupações.

Aqui vale citar alguns exemplos. O México era um forte produtor de arroz. Mas a produção nacional foi substituída pela importação procedente dos EUA e hoje o país depende desta para alimentar a sua população. Ele também era exportador de batatas.

Só que elas foram bloqueadas no mercado dos EUA, que colocaram barreiras fito-sanitárias para impedir o seu ingresso. Resultado: seu mercado foi invadido pelas batatas norte-americanas. O país já foi um tradicional exportador de algodão. Hoje, é um dos maiores importadores dos States.

O resumo dessa devastação é que hoje o México encontra-se mais dependente, endividado e vulnerável. Para usar uma expressão popular, ele está pendurado na brocha! Na análise sempre instigante de Emir Sader, presidente da Associação Latino-Americana de Sociologia (Alas), “ao acoplar seu destino ao dos EUA, aderindo ao Nafta, o México ficou totalmente submetido ao destino do seu vizinho do norte. Depois da crise de 1994, o país pegou carona no ciclo expansivo da economia norte-americana, recuperou seus índices gerais a tal ponto que tem 90% do seu comércio exterior com os EUA. Seria normal, portanto, que qualquer espirro ao norte do Rio Grande trouxesse graves complicações para a margem de baixo do rio... Na segunda parte dos anos 90, o México foi apresentado como modelo por parte dos organismos financeiros internacionais – funcionando como espécie de carta de apresentação para a Alca. Hoje, o México ameaça transformar-se no seu contrário: o novo epicentro de crise social aberta das Américas, ou seja, uma carta negativa de apresentação da Alca”⁽⁹⁾.

Inferno das maquiladoras

Nestes sete anos de imposição do Nafta, as maiores vítimas do desmonte nacional foram os trabalhadores. Segundo dados oficiais, antes havia 11 milhões de pobres no país, cerca de 16% da população. Em 2001, o número de miseráveis pulou para 51

milhões, o equivalente a 58% dos mexicanos. Destes, 20 milhões são considerados indigentes. No mesmo período, o preço da cesta básica de alimentos aumentou 560%; já o salário real subiu apenas 135%. Atualmente, mais de 50% dos assalariados mexicanos recebem, em termos reais, menos da metade do que recebiam há 10 anos atrás. O trabalho informal, precário, abarca hoje mais de 50% da População Economicamente Ativa (PEA), perto de 20 milhões de pessoas.

“Desde que o Nafta entrou em vigor, o número de mexicanos que ganham menos de um salário mínimo aumentou em um milhão. Além disso, 8 milhões de famílias submergiram na pobreza” – despencando da situação anterior de “classe média”⁽¹⁰⁾. Relatório recente do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) indica que mais de um milhão de crianças mexicanas começam a trabalhar aos seis anos de idade e têm jornadas diárias de até 12 horas. “Tal como os adultos, são contratadas sem direito a benefícios e sem seguro social, vivem nas propriedades dos contratantes e geralmente estão expostas aos efeitos daninhos dos pesticidas (...). Estima-se que mais de 40% das meninas e meninos jornalheiros de seis a 14 anos não sabem ler e nem escrever e que 69% não vão além da 4ª série do Ensino Fundamental. Embora a média nacional seja de sete anos de estudo, nas zonas rurais ela é de apenas 1,3”⁽¹¹⁾.

Deste quadro deprimente, a situação mais revoltante se dá nas maquiladoras – as empresas que se instalam na fronteira dos dois países, em cidades como Tijuana, Mexicali, Matamoros e Ciudad Juarez. “Maquila é um tipo de empresa que surgiu no México na década de 60, como forma de gerar empregos nas regiões pobres da fronteira com os Estados Unidos. Atuavam exclusivamente na montagem e etique-

tagem de produtos exportáveis, a partir de componentes importados e sem respeitar as leis de trabalho e as normas ambientais. Uma atividade, portanto, que não agrega nem valor nem tecnologia. Com o advento do Nafta, o fenômeno se expandiu devido à inexistência de tarifas entre os três países, o que favoreceu a importação de componentes e a exportação de produtos acabados”⁽¹²⁾.

“Com o aval e a proteção dos EUA, sob o arcabouço do Nafta, o México se tornou uma das opções mais rentáveis e estáveis para os investimentos privados. As agências avaliadoras de riscos atestam que o produto-país é confiável e lucrativo... Os atrativos são conhecidos: os salários mexicanos são em média 10 vezes inferiores aos norte-americanos, os impostos são reduzidos, a fiscalização é discreta e os lucros e os investimentos podem passar à vontade antes de voltar ao sólido terreno pátrio. Era o que faltava para proporcionar grande competitividade às cadeias produtivas norte-americanas”⁽¹³⁾.

Atualmente existem no México cerca de 4 mil empresas desse tipo, também chamadas de “processadoras para exportação”, produzindo acessórios eletrônicos, equipamentos mecânicos, produtos têxteis, brinquedos, comida enlatada e produtos químicos. A maior parte do capital, da matéria prima e até do gerenciamento é norte-americano, e quase toda a produção é exportada – a maioria sem qualquer tributação ou fiscalização. A violência da exploração nas maquiladoras beira a barbárie.

Segundo depoimentos de trabalhadores e sindicalistas, as maquiladoras se assemelham ao “inferno”. São comuns as violações da precária legislação trabalhista mexicana; a repressão ou simples proibição da organização sindical; horas extras forçadas e maus

tratos. Como 60% da mão-de-obra são formadas por mulheres, são freqüentes as denúncias de abuso sexual. As mulheres, inclusive, são obrigadas a apresentar testes de gravidez como condição para sua contratação. Aquelas que engravidam e continuam no emprego correm o risco de gerar crianças com deficiências físicas, causadas pelo trabalho pesado e pela exposição a agentes químicos. Pesquisa do Comitê de Apoio Fronteirizo Obrero Regional (Cafor) comprova que 76% das trabalhadoras apresentam dores pulmonares e 62% desenvolvem alergias e doenças de pele em consequência do constante contato com produtos químicos (14).

A cada ano, somente nas 800 indústrias maquiladoras instaladas em Tijuana cerca de 900 trabalhadoras são demitidas por estarem grávidas. Na Samsung, por exemplo, esta prática é comum. "A empresa, com três plantas na localidade e mais de 1.800 trabalhadoras por turno em idade reprodutiva – entre 16 e 35 anos –, obriga as mulheres grávidas a renunciar ou as coloca em postos de trabalho que requerem um esforço físico maior, segundo denuncia Elza Jiménez, coordenadora em Tijuana da organização Yeuni. Esta organização é a única que desde 1998 consegue documentar este tipo de abuso e levar aos tribunais trabalhistas uns 20 casos de mulheres despedidas por estarem grávidas" (15).

Além das péssimas condições de trabalho, a média salarial nas maquiladoras é de somente três dólares por dia. Normalmente os trabalhadores vivem nas chamadas "colônias" ou em favelas, sem eletricidade, esgotos ou água encanada. A instabilidade e a precariedade dos empregos gera enormes transtornos sociais. Tanto que muitos mexicanos procuram melhor sorte atravessando a fronteira com os Estados Unidos; iniciativa de alto risco

nos últimos anos. Desde 1994, com a introdução do Nafta, aumentou a repressão nas áreas fronteiriças, inclusive com a criação da operação paramilitar racista Gatekeeper – de caça aos imigrantes. Em 1999, o número de mortes registradas nas tentativas de cruzar as fronteiras foi de 325; em 2000, pulou para 491. Já morreram mais pessoas no chamado "Muro da Vergonha", a cerca que separa o México dos EUA, do que em toda a história do Muro de Berlim.

O crescimento vertiginoso das maquiladoras também acelerou a degradação ambiental na região fronteiriça em decorrência da supremacia absoluta dos interesses econômicos das corporações empresariais. Em Matamoros, na fronteira do Texas, onde estão instaladas multinacionais como GM e AT&T, são comuns denúncias de crime contra a ecologia. O nível de agentes químicos nas fontes de água potável subiu 50 mil vezes. Segundo a ONG Texas Center for Policy Studies, somente em 1996, as maquiladoras depositaram cerca de 8 mil toneladas de agentes poluentes na fronteira. "No estado mexicano de Guerrero, 40% das florestas foram devastadas pela exploração predatória dos últimos anos, o que também provocou erosão do solo e destruição do habitat natural de inúmeras espécies" (16).

A degradação do meio ambiente gerou aumento vertiginoso de doenças em adultos e de deficiências em recém-nascidos. "Ao longo da fronteira, a incidência de algumas doenças, entre elas a hepatite, é duas ou três vezes mais elevada do que a média nacional", garante a Global Trade Watch, umas das mais renomadas ONG's do mundo (17). E pelas normas do Nafta, o governo mexicano nem sequer tem poderes para adotar medidas de preservação ambiental – já que estas são consideradas "obstáculos aos investimentos".

Diante do exposto, tornam-se ainda mais sombrias as perspectivas da implantação da Alca. Se para os trabalhadores dos EUA, Canadá e México o Nafta representou, nestes sete anos, menos soberania, menos democracia e mais regressão social, o mesmo destino, ou pior, está reservado aos povos de todo o continente. Como afirma uma das maiores autoridades neste tema, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, "é possível saber com razoável precisão como será a Alca. A Alca será como o Nafta. E naquilo que for diferente será diferente para ser mais favorável aos Estados Unidos" (18).

Altamiro Borges é editor da revista *Debate Sindical* e membro do Comitê Central do PCdoB.

Notas

- (1) Kjeld Jakobsen e Renato Martins. *Alca: quem ganha e quem perde com o livre comércio nas Américas*. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2002.
- (2) Gilberto Dupas. "Assimetrias econômicas, lógica das cadeias produtivas e políticas de bloco no continente americano". Agosto de 2000.
- (3) "O que é a Alca e o Nafta para as Américas?". Public Citizen: www.citizen.org
- (4) "Noam Chomsky comenta levante zapatista". *Jornal Lucha Libertária*, junho de 1994.
- (5) Steven Pearlstein. "Canadá receia virar o 51o Estado americano". Artigo do *The Washington Post* publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, de 10/09/2000.
- (6) "Para ativista, Alca é neocolonialismo". *Folha de S. Paulo*, 22/04/2001.
- (7) "Recessão mexicana não assusta investidor". *Folha de S. Paulo*, 10/02/2002.
- (8) Osvaldo Martínez. "Posición de Cuba sobre el Alca". *Cuba Siglo XXI*, junho de 2001.
- (9) Emir Sader. Coluna "O mundo pelo avesso", publicada na agência Carta Maior: www.carta-maior.com.br
- (10) Jorge Beinstein. "Dez razões para dizer não à Alca". *Revista Movimento da União Nacional dos Estudantes*.
- (11) "Escravidão e miséria". *Adital*, agosto de 2001.
- (12) Kjeld Jakobsen e Renato Martins.
- (13) Luis Fernando Garzon. "Nafta: o antiexemplo mexicano para a Alca".
- (14) Maria Luisa Mendonça. "Plano Puebla-Panamá: Mais uma peça no tabuleiro continental". 17/08/2001.
- (15) "Maquiladoras tijuanaenses despiden cada año a 900 embarazadas". *La Jornada*, 21/11/2001.
- (16) Jorge Beinstein. "Dez razões para dizer não à Alca".
- (17) "ONG critica projeto de formação da Alca". *O Estado de S. Paulo*, 19/04/2001.
- (18) Samuel Pinheiro Guimarães. "Alca será igual ao Nafta, exceto se mudança favorecer os EUA". *Carta Maior*.



internacional

DAS PEDRAS DE DAVI AOS TANQUES DE GOLIAS

José Saramago

As pedras de Davi mudaram de mãos, agora são os palestinos que as arremessam. Golias está do outro lado, armado e equipado como nunca jamais esteve soldado algum na história das guerras – afora, claro, o amigo norte-americano

Afirmam algumas autoridades em temas bíblicos que o *Primeiro Livro de Samuel* foi escrito na época de Salomão ou imediatamente depois; de qualquer forma, antes do cativeiro na Babilônia. Outros estudiosos não menos competentes afirmam que não só o *Primeiro* mas também o *Segundo Livro de Samuel* foram redigidos depois do exílio na Babilônia, e que sua composição obedece ao que a estrutura histórico-político-religiosa denomina esquema deuteronomista, ou seja, sucessivamente, a aliança de Deus com seu povo, a infidelidade do povo, o castigo de Deus, a súplica do povo, o perdão de Deus. Se o venerável texto procede da época de Salomão, podemos dizer que passaram sobre ele até hoje, em números redondos, uns três mil anos. Se os autores fizeram seu trabalho depois que os judeus regressaram do exílio, haverá que retirar deste número uns 500 anos.

ESTA preocupação com o rigor temporal tem como único fito propor à compreensão do leitor a idéia de que a famosa lenda bíblica do combate entre o pequeno pastor Davi e o gigante filisteu Golias (que não chegou a produzir-se) é contada equivocadamente às crianças há, pelo menos, 25 ou 30 séculos. Ao longo do tempo, as dife-

rentes partes interessadas no assunto foram elaborando, com a conformidade acrítica de mais de cem gerações de crentes, tanto hebreus como cristãos, toda uma enganosa mistificação sobre a desigualdade de forças que havia entre os brutais quatro metros de altura de Golias e a frágil compleição física do louro e delicado Davi. Tal de-

sigualdade, enorme conforme todas as aparências, ficava compensada, e invertida em favor do israelita, por ser Davi um menino astuto, e Golias uma estúpida massa de carne; tão astuto era o primeiro que, antes de ir ao encontro do filisteu, encontrou na margem de um regato que por ali havia cinco pedras lisas, que meteu no alfor-

je; tão estúpido era o outro que não se deu conta de que Davi chegava armado com uma pistola. Mas não era uma pistola, protestarão, indignados, os amantes das verdades míticas soberanas, era simplesmente uma funda, uma humílima funda de pastor, como as que haviam usado em tempos imemoriais os criados de Abraão para cuidar do gado. É verdade, não parecia uma pistola, não tinha cano, não tinha culatra, não tinha gatilho, não tinha cartuchos; o que tinha eram duas cordas finas e resistentes, atadas pelas extremidades a um pedaço de couro flexível, em cujo vão a mão esperta de Davi colocou a pedra que, de longe, partiu veloz e possante como uma bala contra a cabeça de Golias, derrubou-o e deixou-o à mercê do fio de sua própria espada, que nosso atirador já empunhava. Se o israelita conseguiu matar o filisteu e dar a vitória ao exército de Deus vivo e de Samuel, não foi por ser mais astuto, mas simplesmente por levar consigo uma arma de longo alcance e sabia manejá-la. A verdade histórica, modesta e nada imaginativa, se conforma em ensinar-nos que Golias não teve sequer a possibilidade de pôr as mãos em Davi; a verdade mítica, insigne fabricante de fantasias, ludibriou-nos por 30 séculos com o maravilhoso conto do triunfo de um pequeno pastor sobre a brutalidade de um guerreiro gigante a quem, ao final, de nada serviu o pesado bronze do elmo, a couraça e o escudo. Seja qual seja a conclusão que possamos extrair do desenvolvimento desse edificante episódio, Davi, nas numerosas batalhas que o converteram em rei de Judá e Jerusalém, e estenderam seu poder até a margem direita do Eufrates, não voltou a usar a funda nem as pedras.

Tampouco as usa agora. Nos últimos 50 anos cresceram a tal ponto as forças e a dimensão de Davi, que já

não é possível ver e reconhecer diferenças entre ele e o altivo gigante; pode-se inclusive dizer, sem ofensa à deslumbrante claridade dos fatos, que se converteu em um novo Golias. Davi, hoje, é Golias, mas um Golias que já não leva inúteis e pesadas armas de bronze. Aquele louro Davi de antanho sobrevoa de helicóptero as terras palestinas ocupadas e dispara mísseis contra inocentes desarmados, aquele delicado Davi de outrora tripula os tanques mais poderosos do mundo e esmaga e arrebenta tudo que encontra à sua passagem, aquele Davi lírico que cantava loas a Betsabé, encarnado agora na figura gigantesca de um criminoso de guerra chamado Ariel Sharon, lança a “poética” mensagem de que primeiro é preciso acabar com os palestinos para depois negociar com os que sobrem. Em outras palavras, isto é em que consiste desde 1948, com variações meramente táticas, a estratégia política israelense. Intoxicados mentalmente pela idéia messiânica de um Grande Israel que torne por fim realidade os sonhos expansionistas do sionismo mais radical, contaminados pela monstruosa e arraigada “certeza” de que neste mundo catastrófico e absurdo existe um povo eleito por Deus e, portanto, estão automaticamente justificadas e autorizadas, em nome dos horrores do passado e dos medos de hoje, todas as ações nascidas de um racismo obsessivo, psicológica e patologicamente exclusivista, educados e formados na idéia de que qualquer sofrimento que tenham infligido, inflijam ou venham a infligir aos demais, em especial aos palestinos, sempre será inferior ao que eles padeceram no Holocausto, os judeus arranham sem cessar sua própria ferida para que não deixe de sangrar, para torná-la incurável, e mostram-na ao mundo como se fosse uma bandeira. Israel apodera-se das terrí-

veis palavras de Deus no “Deuteronomio”: “Meus são a vingança e a recompensa”. Israel quer que todos nos sintamos culpados, direta ou indiretamente, pelos horrores do Holocausto; Israel quer que renunciemos ao mais elementar juízo crítico e nos transformemos em um dócil eco de sua vontade; Israel quer que reconheçamos de jure o que, para eles, já é um exercício de fato: a impunidade absoluta. Do ponto de vista dos judeus, Israel não poderá jamais ser submetido a julgamento, porque foi torturado, asfixiado e incinerado em Auschwitz. Pergunto-me se aqueles judeus que morreram nos campos de concentração nazis, aqueles que foram perseguidos ao longo da história, aqueles que morreram nos progroms, aqueles que foram esquecidos nos guetos, pergunto-me se essa imensa multidão de desgraçados não sentiria vergonha ao ver os atos infames que estão cometendo seus descendentes. Pergunto-me se o haver sofrido tanto não seria o melhor motivo para não fazer sofrer aos demais.

As pedras de Davi mudaram de mãos, agora são os palestinos que as arremessam. Golias está do outro lado, armado e equipado como nunca jamais esteve soldado algum na história das guerras, afora, claro, o amigo norte-americano. Ah, sim, as horrendas matanças de civis causadas pelos chamados terroristas suicidas... Horrendas, sim, sem dúvida; condenáveis, sim, sem dúvida, mas a Israel ainda resta muito por aprender se não é capaz de entender as razões que podem levar um ser humano a transformar-se em uma bomba.

José Saramago é escritor e romancista português, prêmio Nobel de Literatura de 1998. Visitou recentemente a Palestina e escreveu este relato para o Parlamento Internacional de Escritores (texto traduzido da versão em espanhol publicada no diário *El País*).

PARTICIPAÇÃO POPULAR.

EM BELÉM, É ASSIM QUE SE FAZ.

Em março, o povo de Belém iniciou o processo de Congresso da Cidade 2002.

Os conselheiros distritais, conselheiros da cidade eleitos em 2001 e demais lideranças populares de todos os oito Distritos Administrativos de Belém reuniram-se nas oficinas preparatórias, num total de, até o momento, 500 participantes, para juntos prepararem suas comunidades para participar do Congresso da Cidade 2002, mobilizando-as em debates sobre os temas: desenvolvimento urbano e ambiental, economia solidária, cidadania cultural, gestão democrática e controle social, qualidade do serviço público, financiamento da cidade e direitos humanos.

Qualquer pessoa pode realizar uma reunião preparatória em sua comunidade por todo o mês de março.

Em abril, é realizada a primeira rodada dos Congressos Distritais, onde a população e os delegados eleitos em 2001 definirão temas prioritários, baseados em um diagnóstico da cidade e no Plano da Cidade aprovado no Congresso da Cidade 2001, e que serão debatidos pelos demais moradores nas Assembléias de Microrregiões, no mês de maio.

Nessa tarefa, os delegados serão auxiliados por 3 seminários temáticos (Saneamento, Controle Social e Direitos Humanos).



O seminário de Direitos Humanos contará com os delegados dos negros e negras, índios, portadores de necessidades especiais, homossexuais, mulheres, crianças e juventude eleitos em 2001.

Também serão realizados os Congressos da Juventude em todos os oito distritos administrativos, já com a participação dos delegados eleitos nas assembléias distritais e setoriais para sistematizar as propostas.

O processo encerra em outubro com a realização do Congresso Geral da Juventude, onde cidadãos e cidadãs - na condição de delegados e delegadas eleitos a partir das Assembléias de Microrregiões e Congressos Distritais - definirão as propostas que

nortearão o Plano de Investimento da prefeitura para o próximo ano, numa experiência de democracia direta e de planejamento jamais experimentada numa metrópole brasileira.

Além de debaterem e decidirem obras e serviços que querem ver atendidos, os moradores de Belém também definirão, neste processo de 2002, os mecanismos de aprofundamento do controle social e as ações políticas em defesa dos interesses do povo.

Participação popular. Em Belém, é assim que se faz.



O BRASIL FOI HUMILHADO NA ONU PELOS ESTADOS UNIDOS

Haroldo Lima



O afastamento de Bustani da OPAQ mostra que o Império já não admite independência de ação à frente de órgãos internacionais; e é reflexo da política arrogante do governo Bush de querer levar o mundo à guerra – a qualquer custo

Sente-se que os Estados Unidos promovem uma escalada belicista e mandonista sem precedentes no mundo, pelo menos desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

O AFASTAMENTO do embaixador José Maurício Bustani do cargo de diretor-geral da Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ) deu-se em circunstâncias grotescas, onde o comportamento diplomático foi totalmente atropelado. Mas não foi um ato excepcional da política externa norte-americana. Ao contrário, guarda sintonia com a truculência com que os Estados Unidos têm agido nos últimos tempos, sobretudo depois que desencadearam sua "guerra infinita contra o terrorismo". Foi mais um elo da diplomacia da força que o governo Bush vem construindo, e cujos objetivos foram tão desavergonhadamente descritos pela chefe do Conselho de Segurança Nacional, Condolezza Rice, em entrevista em 29 de abril passado: "garantir a supremacia do mundo", "ser o xerife do mundo".

O diplomata brasileiro José Maurício Bustani foi afastado de suas funções no meio de seu mandato, por imposição norte-americana aberta. Retirar um diplomata do exercício de seu mandato antes de seu encerramento é fato sem precedentes na história das organizações multilaterais. Bustani fora eleito e reeleito diretor-geral da OPAQ por unanimidade. Através de trabalho sério e persuasivo, elevou de 85 para 145 o número de países membros do órgão e conseguiu reduzir para um terço o arsenal mundial de armas químicas. Um grande feito. Nunca sofrera restrição de qualquer parte. Despertou o rancor dos Estados Unidos quando passou a empenhar-

se em trazer o Iraque para a organização que dirigia, para poder inspecionar pacificamente as supostas armas químicas daquele país.

Os Estados Unidos não almejam extinguir armas químicas porventura existentes no Iraque. Planejam sim, fazer a guerra contra aquele país, sob qualquer pretexto. Quando o representante brasileiro levantou a hipótese da OPAQ inspecionar fábricas químicas em todos os países-membros irritou mais ainda o Império, que quer inspeção nos outros países, não nos Estados Unidos – de longe o país que tem mais armas químicas e bacteriológicas no mundo.

A diplomacia norte-americana usou dos meios mais sórdidos para afastar o diplomata brasileiro. Comprou votos. Chantageou. Cobrou fidelidade a Estados subalternos. Terminou conseguindo que 48 países votassem a favor do afastamento de Bustani, sete votassem contra e 43 se abstivessem.

A política de força e o hegemonismo dos Estados Unidos crescem perigosamente. Não parecem despertar resistências substanciais. Passa a impressão de que há certo consentimento do mundo a respeito. O dado a mais que o afastamento de Bustani mostra é que o Império já não admite divergência, nem independência de ação à frente de órgãos internacionais. Quer submissão completa. Tudo indica que uma ordem internacional formalmente baseada no funcionamento de organizações isentas, na igualdade jurídica entre as nações e

na não distinção dos países pelo seu poder econômico-militar, está sendo revogada.

O Itamaraty, nesse episódio, merece a solidariedade dos brasileiros, porque foi inequivocamente afrontado. Mas a dimensão da derrota e o grau de isolamento em que ficou mostram a insuficiência das gestões feitas. Devem levar nossa casa diplomática a rever alguns procedimentos assentados, já que há mudanças substanciais em curso. A defesa de Bustani em geral foi insatisfatória. E é inexplicável, quando se sabe que o Itamaraty não recebeu o apoio de nenhum país da América do Sul, o que é absolutamente anormal, e nunca acontece, quando o Brasil se empenha em receber apoios nesse subcontinente. O discurso do representante brasileiro em Haia, na defesa de Bustani, na sessão extraordinária final, foi tão "cauteloso" que não citou nem uma vez o nome dos Estados Unidos como o autor da moção de censura e depois da moção de afastamento do diplomata brasileiro.

O episódio do embaixador Bustani assusta por não ser algo isolado. É reflexo da política arrogante e imperial do governo Bush, parte integrante de algo muito grave, que é a escalada belicista de que os Estados Unidos estão animados, parecendo querer levar a qualquer custo o mundo à guerra. 

Haroldo Lima é deputado federal (PCdoB/BA) e membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara Federal.

SÓ GERA NOTÍCIA QUEM É POPULAR OU IMPORTANTE.

Por ser popular, a Prefeitura de Olinda tem espaço para ser notícia.
Por ser importante, o cidadão é o nosso destaque.
Em Olinda, o povo pediu e a Prefeitura atendeu.

Saúde

- Ampliou o Programa Saúde na Família com 10 novas equipes médicas.
- Está prestando atendimento domiciliar a 43 mil famílias em todo o município.
- Diminuiu a incidência de doenças epidemiológicas.

Infra-Estrutura

- Criou o Conselho de Defesa Civil.
- Desocupou áreas de risco.
- Construiu escadarias e muros de arrimo nos morros da cidade, o que resultou em um inverno sem vítimas.
- Foi o primeiro município brasileiro a colocar em prática o Estatuto da Cidade.

Limpeza

- Desobstruiu e limpou diversos canais nas áreas mais necessitadas da cidade.

Orçamento Participativo

- Realizou 10 assembléias.
- Elegeu 230 delegados.
- Promoveu a representação de 40 comunidades.

Calçamento

- Instalou a operação tapa-buraco.
- Recuperou ruas e avenidas na cidade.
- Investiu 900 mil reais nesta operação.
- Abriu 75 frentes de trabalho.

Ser popular é saber ouvir e atender. Por isso a Prefeitura de Olinda não é popular apenas no nome. É, principalmente, nas suas ações.



Proposta Bresser-Nakano propõe a volta do esforço exportador

Lecio Morais

À tentativa de se impor ao país mais um projeto conservador, que pretende resolver a restrição externa apenas para perpetuar a dependência, a oposição deve contrapor um projeto de caráter nacional, democrático e popular – que enfrente o problema da vulnerabilidade e da restrição externa, construindo um caminho autônomo

Em fevereiro a publicação de uma proposta de programa para o PSDB às eleições de 2002, encomendada pelo Presidente do partido, deputado José Aníbal, aos professores Luis Carlos Bresser Pereira e Yoshiaki Nakano, causou impacto na mídia e nos meios políticos e acadêmicos. Sua proposta de retomada imediata do crescimento e, especialmente, sua crítica original e

contundente às elevadas taxas de juros mantidas pelo governo FHC, aliada à defesa de basear nosso desenvolvimento na poupança interna e não nos investimentos estrangeiros, causou boa acolhida na sociedade, até nas oposições; e uma reação negativa de Pedro Malan, de sua equipe econômica e de economistas filiados ao seu pensamento.

MAS POR trás da tese de retomada do desenvolvimento nacional com base nas exportações, financiando o déficit em conta corrente com crescentes saldos comerciais, esconde-se a proposição de uma nova política que, na sua essência, retoma a velha estratégia de esforço exportador que sempre sucede, ciclicamente, em nossa história, as fases de expansão da economia e de endividamento externo. A última estratégia de “esforço exportador” que vivemos teve por causa a crise da dívida de 1982, estendendo-se até a primeira metade dos anos 90, deixando uma marca de estagnação, arruinamento do Estado e crise hiper-inflacionária.

Deixando de lado sua provocadora tese de que as elevadas taxas de juros atuais são desnecessárias, analisaremos neste texto a essência de sua tese, o desenvolvimento tendo por eixo o esforço exportador, para mostrar como tal estratégia se identifica com fases passadas de nossa história e se adapta melhor à nova realidade dos mercados internacionais e aos objetivos de nossas elites. Revela também que a política do Plano Real de buscar no capital externo a principal fonte financiadora de nosso crescimento está morta, tendo sido ultrapassada pelos fatos. Neste sentido, a proposta Bresser-Nakano e a da Fiesp, apresentada um pouco antes, em janeiro, apresentam, não por coincidência, uma matriz política semelhante.

O cerne da proposta Bresser-Nakano reside no diagnóstico de que a retomada e a manutenção de altas taxas de desenvolvimento dependem da redução da chamada vulnerabilidade externa, o que significa redução do papel dos fluxos de capitais externos e a diminuição drástica e rápida do déficit em conta corrente por meio de um superávit comercial (exportações de bens, serviços menos importações). Essa redução do déficit em conta cor-

rente é defendida pelo incremento das exportações (o principal) e pela substituição de importações; sendo esta última alcançada por meio de incentivos à produtividade interna ou pela imposição de barreiras de proteção para o caso de práticas comerciais deletérias. Para Bresser-Nakano a consecução do superávit comercial se apresenta como eixo principal da estratégia de desenvolvimento e não apenas como uma de suas condições.

Essa política de busca de superávits comerciais, sem uma solução concomitante e soberana (mas não necessariamente unilateral) para a redução dos fluxos de renda do passivo externo ou mesmo a redução do estoque da dívida externa, que assume papel central na economia nacional, se assemelha a estratégias conservadoras adotadas no passado, comumente denominadas como de “esforço exportador”. A última dessas estratégias aconteceu por ocasião da crise da dívida de 1982, e estendeu-se do final da década de 70 até o início dos anos 90. Por outro lado, a partir da flexão dada pelo Plano Real com a desvalorização e a adoção do câmbio flutuante em 1999, esse mesmo objetivo passou também a ser perseguido e assumido pelo próprio governo FHC.

O que nos preocupa é que algumas forças oposicionistas aplaudam essa estratégia – e até as incluam em suas próprias propostas – sem uma crítica ao seu papel no passado, inclusive recente, não reconhecendo nela o próprio cerne da proposta conservadora que, por injunções conjunturais externas, deverá prevalecer no futuro imediato da nação. O esforço exportador é a proposta de caminho das classes dominantes para o Brasil, não para resolver nossa “vulnerabilidade externa”, mas para contorná-la e garantir a

continuidade de nossa dependência.

O esforço exportador nas propostas Bresser-Nakano e Fiesp

As propostas da Fiesp e de Bresser-Nakano, embora possam ter fontes de inspiração distintas, apresentam uma grande convergência nas estratégias e soluções defendidas. Sendo a da Fiesp mais limitada ao campo macroeconômico, a de Bresser-Nakano, por sua maior profundidade e teor crítico, pode melhor representar o pensamento dessa matriz social.

Para Bresser-Nakano o esforço exportador deve concentrar o esforço principal do próximo governo, viabilizando investimentos produtivos acima de 25% do Produto Interno Bruto e crescimento das exportações de pelo menos 15% ao ano. Estas são as metas hegemônicas da “nova política econômica”. A centralidade do esforço exportador deve-se ao diagnóstico de que a tendência à estagnação dos últimos anos (ou seja, do Plano Real) resulta do aumento desproporcional das importações e do re-direcionamento das exportações, também para o mercado interno, todas as vezes que a economia começa a crescer. Daí, então, a solução do crescimento é o “aumento da nossa capacidade exportadora”.

Para a Fiesp a tarefa central também é a “redução rápida e incisiva do elevado déficit externo em transações correntes, que tornou a economia brasileira altamente vulnerável a choques exógenos”. Segundo a entidade, “a saída – é consenso – reside na obtenção e sustentação de um superávit comercial expressivo ao longo dos próximos anos, o que requer exportações crescendo a pelo menos 10% ao ano, bem como uma sensível moderação da expansão das importações nesta fase”.

A proposta da Fiesp resume a neces-

cidade de apoio do Estado, com a “imprescindibilidade de políticas industrial, e de comércio exterior, coesas e bem articuladas”; não bastando “ao país suas vantagens comparativas, sendo necessário buscar vantagens competitivas, que são as que efetivamente se sustentam”. Para a entidade, deve se estabelecer, dentre outras coisas, a “criação [de] mecanismos de capitalização empresarial e de crédito ao investimento produtivo, *com custos de capital internacionalmente competitivos*” (*grifo nosso*) e uma “reforma trabalhista, para remover custos contraproducentes e reestruturar o *funding* (financiamento) da seguridade social”.

Bresser-Nakano defende a necessidade de redução da taxa de juros, a manutenção do câmbio flutuante, conservando o Real “relativamente desvalorizado”, e a adoção de políticas de reestruturação industrial, de comércio externo e de investimento “para promover exportações e substituição de importações”. Os investimentos devem ser dirigidos prioritariamente “para ampliação da capacidade produtiva voltada para o mercado externo”.

Como se constata, toda a política econômica ficará voltada ao estímulo às exportações e à substituição de importações para diminuir o déficit em conta corrente e “estabilizar a relação dívida externa/PIB”: a taxa de juros será rebaixada (e ainda subsidiada para o exportador, como veremos em seguida); a moeda permanecerá sempre relativamente desvalorizada, o que significa uma taxa de desvalorização sempre acima da soma da inflação interna e a do próprio dólar (ou mesmo o suficiente para conseguir vender mais barato em dólares); o esforço de investimento será dirigido para o setor exportador. Só quando houver uma estabilização da relação dívida externa/PIB, o esforço exporta-

dor “poderá ceder espaço para um maior crescimento do consumo (interno), desde que o investimento tenha atingido uma proporção de mais do que 25% do PIB” (p. 14).

Para deixar clara a intenção da proposta Bresser-Nakano quanto à manutenção de uma “moeda relativamente desvalorizada”, e de como ela se vincula à política de esforço exportador da década de 80, a proposta sugere que a taxa de câmbio deverá depreciar-se até o valor prevalecido “entre 1984 e 1993, quando o país realizou substanciais superávits comerciais”, o que equivaleria hoje a uma taxa cambial “entre 2,60 e 3 reais, por dólar”.

A “política de reestruturação industrial” traçada por Bresser-Nakano é, na verdade, apenas uma política de incentivo ao setor exportador. Segundo tal proposta, “em função das restrições externas este programa (de investimento) terá que, de início, vincular o aumento de exportações ao aumento de investimentos”; ou seja, o acesso aos mecanismos de investimento estará vinculado à exportação. E como esse programa de investimento “será executado pelo setor privado, *o governo terá que criar incentivos e propiciar acesso a recursos produtivos no território nacional, nas mesmas condições que as empresas que têm acesso ao mercado global*” (*grifo nosso*). Isso significa, necessariamente, subsídio interno de taxa de juros (equalização com as taxas internacionais) e benefícios fiscais (equalização à carga tributária de outros países), além de isenção tarifária das importações necessárias.

Essas isenções e subsídios, por suposto, são custos fiscais a serem assumidos pelos governos e contribuintes. Como ambas as propostas defendem no fundamental a manutenção da atual política fiscal de obtenção de superávits primários, e não havendo,

segundo elas, espaço para aumentar a carga tributária, tais custos deverão se dar às expensas do gasto público. Não há também nas propostas preocupação com a estimativa do montante do custo fiscal do “esforço exportador” e com o seu financiamento. Na prática, as duas propostas assumem, em relação a esses custos, um sucedâneo da fórmula farmacêutica do q.s.p: o custo fiscal será a quantidade suficiente para obter-se os resultados almejados, não importando o ônus. Embora se mude a origem do ônus fiscal, que hoje advém da política monetária e cambial, a política fiscal continuará sendo passiva, servindo de variável de ajuste para a política econômica.

Em resumo, é centro das propostas Bresser-Nakano e Fiesp a volta ao esforço exportador; uma política historicamente recorrente no Brasil, sempre sucedendo às fases de expansão do endividamento externo.

A dependência e os ciclos de endividamento e de esforço exportador

As fases de expansão e retração do capitalismo mundial comandam historicamente ciclos de endividamento e de esforço exportador em países dependentes como o Brasil. Diferentemente de países cujas moedas têm curso internacional, o país dependente necessita obter divisas para transacionar com o resto do mundo, sendo esta, aliás, uma característica definidora da situação de dependência de uma nação. Daí por que, para essas economias, a capacidade de gerar ou atrair divisas e a disponibilidade de crédito internacional assumem uma importância tão fundamental no seu desenvolvimento. É a chamada “restrição externa”.⁽¹⁾

A experiência histórica mostra que a disponibilidade de crédito internacional se comporta em ciclos de expansão – quando a oferta é abundante e os

juros baratos – e de retração. A esses ciclos do crédito correspondem, também, ciclos nas economias dependentes. Na experiência brasileira, esses ciclos comportam três fases: a) uma expansão da dívida (quando a oferta de crédito é abundante e pouco seletiva), que financia um crescente déficit em conta corrente; b) uma fase de crise de pagamento, quando a expansão do crédito externo chega ao fim, com elevação da taxa de juros e escassez ou seletividade na oferta de crédito, trazendo dificuldades crescentes nas condições de financiamento e refinanciamento; nesta fase cria-se a impossibilidade de manter-se o déficit, dificultando também a manutenção do serviço da dívida; aqui se inicia a pressão pela consecução de superávits comerciais; e c) a fase anterior pode evoluir para uma crise cambial aguda, quando o crédito externo passa a inexistir ou ficar restrito ao refinanciamento parcial do serviço da dívida; a economia entra em estagnação, mobilizando-se em um grande esforço exportador, a única forma de gerar divisas para honrar os compromissos externos e viabilizar importações essenciais.

O último desses esforços exportadores ocorreu na década de 80, após a

fase de expansão do endividamento do “milagre brasileiro”. A política do esforço exportador iniciou-se um pouco antes, em 1979, quando a mudança unilateral da política norte-americana em relação ao crédito internacional praticamente inviabilizou o refinanciamento do passivo externo brasileiro (e latino-americano). O governo Figueiredo, comandado por Delfim Netto, ao mesmo tempo em que jogava as estatais na busca de dólares – por meio de créditos a qualquer custo – para saldar os compromissos externos, redirecionava rapidamente a economia, diminuindo o crescimento econômico e levantando barreiras cambiais e tarifárias às importações ao tempo em que iniciava um grande programa de concessões de benefícios fiscais, creditícios e cambiais aos exportadores (a primeira das grandes desvalorizações cambiais, a “maxidesvalorização”, se deu em dezembro de 1979). O lema do governo na época mudou do “pra frente Brasil” para o “exportar é a solução”.

Essa mudança, infelizmente, apesar de ter invertido o sentido do saldo comercial externo, não conseguiu evitar que a situação cambial e creditícia se deteriorasse rapidamente, sobre-

vindo o colapso cambial de setembro de 1982, o “setembro negro”.

O grande problema enfrentado pela ditadura, em 1979, foi criar um pacto político que sustentasse o esforço exportador de forma a ter suficiente força para impor seus custos à sociedade. Para sustentar o esforço exportador com subsídios e desvalorização cambial, seria preciso fazer com que a economia parasse de crescer ou pelo menos diminuísse o ritmo dos dez anos anteriores (9% ao ano em média); deprimir a demanda interna (diminuindo as oportunidades de negócios e desempregando); cortar gastos públicos e reduzir o custo do trabalho, principalmente evitando o repasse da desvalorização para os salários e preços internos. Isso não foi possível. A resistência popular foi enorme e as próprias classes dominantes se dividiram. A ditadura caiu e os governos que se seguiram, até o início dos anos 90, não conseguiram reconstruir, com sucesso, a unidade das classes dominantes em torno de um projeto para enfrentar a crise da dívida ou, pelo menos, que impusesse seus custos.

Mas enquanto a sociedade resistia à continuidade do pagamento da dívida externa e setores das classes dominan-



tes se recusavam a pagar sua parte da conta, os setores econômicos hegemônicos (e o setor exportador) continuaram a implementar o esforço exportador. O Estado foi obrigado a estatizar a maior parte da dívida externa privada e, como não foi possível evitar os seguidos reajustes salariais e a iniciativa de parcelas do empresariado de repassar seus custos, a inflação começou a competir com a taxa de desvalorização cambial, enquanto a situação fiscal se deteriorava e a economia se instabilizava, crescendo intermitentemente. Foi esse processo que levou o país à espiral inflacionária, com repetidos episódios hiper-inflacionários, e à destruição do equilíbrio financeiro do Estado.

Um novo consenso das classes dominantes só começou a ser construído após a queda de Collor e se materializou no projeto do Real ao final de 1993 e no pacto político que elegeu Fernando Henrique em 1994. Esse projeto conquistou a maioria do povo, que viu no fim da inflação um ganho imediato e significativo e acreditou na volta da prosperidade perdida do "milagre". Nessa época, o esforço

exportador de 15 anos – embora tendo sido uma tragédia para a nação – tinha cumprido sua missão, mantendo o fluxo de pagamento dos encargos do passivo externo, garantindo as importações mínimas necessárias e estabilizando o estoque da dívida externa.

Em um ambiente de nova expansão da oferta de crédito internacional, agora sob a égide do neoliberalismo, ingressamos em um novo ciclo de endividamento e suposto crescimento: o Plano Real. Ao contrário de exportar, o objetivo passou a ser propiciar acesso à poupança externa, fosse sob a forma de investimentos ou de novos empréstimos. A lógica era aproveitar esses dólares para financiar importações que modernizassem a estrutura produtiva, tomando-a – pela exposição à concorrência internacional – competitiva, revelando assim as atividades que assumiriam nossas exportações futuras (quem se modernizasse poderia enfrentar a competição e exportar) para pagar o serviço da dívida contraída. Advogava-se, também, que desta vez, a oferta de crédito seria estável e crescente, desde – é claro –, que o país

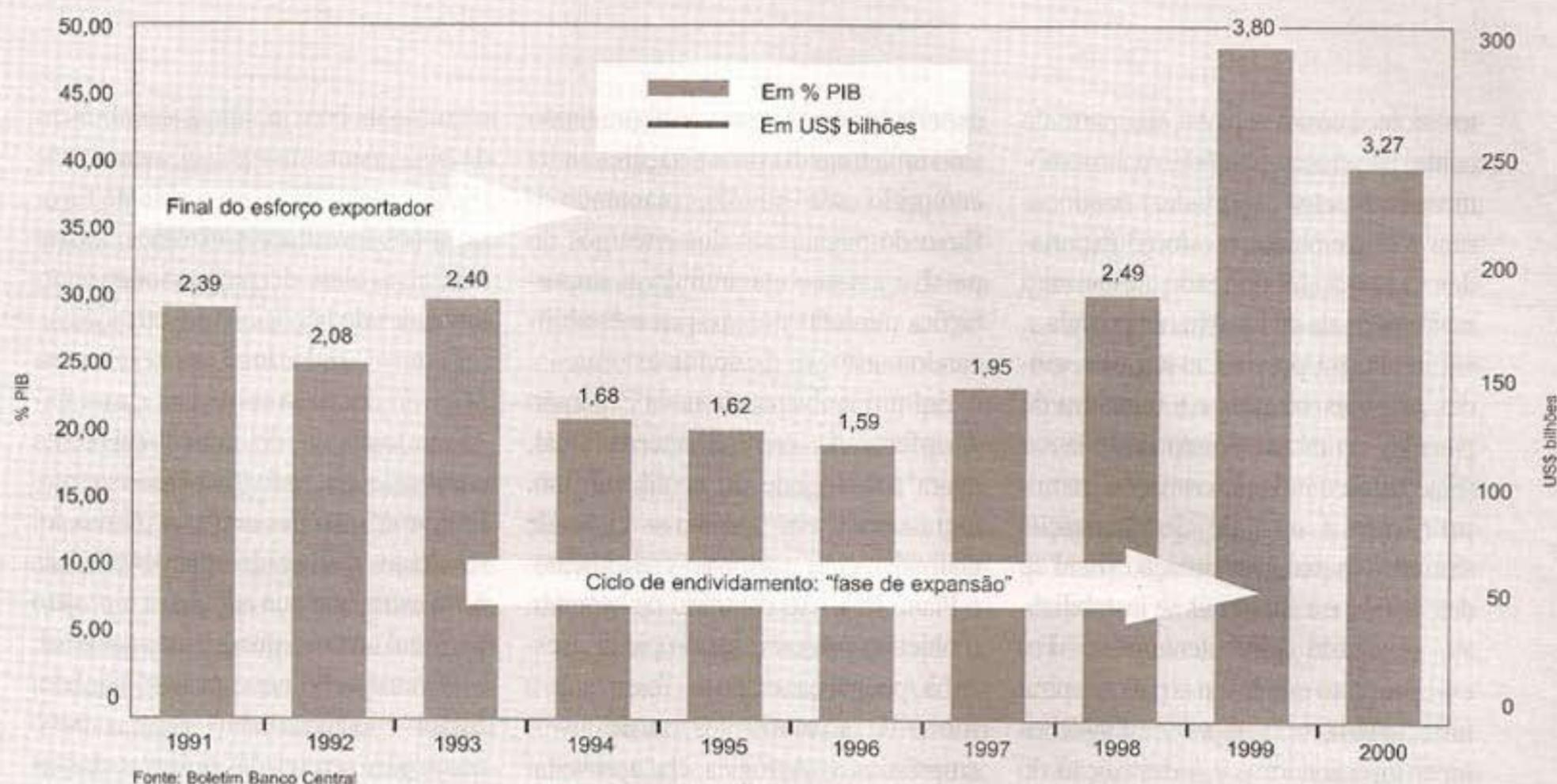
seguisse as boas políticas econômicas de crescimento sustentável, austeridade fiscal e mantivesse um ambiente favorável aos investidores externos, à livre iniciativa, além de proporcionar oportunidades de negócios (privatizações).

O novo ciclo logo se revelou na inversão do saldo comercial e no rápido crescimento do déficit em conta corrente e no endividamento externo. Essa mudança nas contas externas foi resultado deliberado, e coerente, da nova estratégia que adequava o projeto nacional ao novo quadro internacional.

Os custos do novo projeto também foram enormes, tanto para o povo como para setores das próprias classes dominantes. Os subsídios à exportação, à agricultura e ao consumo foram retirados, o crédito se manteve caro e escasso para a maioria das empresas, parte das estatais foram vendidas e esquemas de financiamento e favorecimentos regionais foram parcialmente desmantelados, prejudicando as oligarquias e burguesias locais; a agricultura sofreu uma forte erosão de renda, engrossando o contingente dos sem-terra, mas também diminuindo o



Dívida Externa do Brasil na década de 90



poder econômico e político dos proprietários rurais. A abertura comercial destruiu muitos negócios e ramos inteiros da indústria foram reduzidos, industriais quebraram ou mudaram de negócio. O Estado perdeu capacidade reguladora e de intervenção direta na demanda agregada. O povo perdeu postos de emprego, direitos trabalhistas, serviços públicos e capacidade de consumo. Em troca, houve estabilidade monetária, acesso a bens importados e tecnológicos; modernizou-se parte da infra-estrutura; várias atividades elevaram sua eficiência e produtividade ao nível internacional; e foram feitas muitas promessas de prosperidade para um futuro próximo.

Sem um consenso das elites – consenso que desarticulou os projetos nacionais alternativos do movimento popular – teria sido impossível submeter as demais reivindicações setoriais ou regionais e impor tantos custos em troca de ganhos reduzidos e tão mal distribuídos.

Mas o final da década de 90 trouxe, ao que parece, o fim da oferta de crédito fácil – que até então era considerada ilimitada – para financiar nossas

contas externas, que registram um déficit em conta corrente semelhante ao da década de 70, mas com um fluxo de rendas do capital e um passivo externo que quase duplicaram no decorrer da “fase de expansão” dos anos 90.

O fluxo de investimentos de portfólio e de empréstimos novos praticamente cessou, mantendo-se, deste último, apenas o suficiente para o refinanciamento, tendo sido substituído pelo investimento direto, que cresceu à custa da venda de ativos nacionais. Mesmo esse fluxo de divisas só se sustentou devido ao país ter sido obrigado a manter um acordo com o FMI de monitoramento e auditoria.

A nova realidade foi percebida inclusive pelo governo FHC que, a partir da desvalorização do Real em 1999, fez uma grande flexão na política econômica, priorizando agora – premido pela realidade adversa – não mais a tomada de capitais externos, mas, de novo, a redução do déficit em conta corrente e a estabilização da relação dívida externa/PIB, com base na conquista de superávits comerciais.

Mas, até agora, as medidas tomadas

não se mostraram suficientes para dar a essa política uma verdadeira característica de esforço exportador que subordinasse tudo o mais a seu desiderato. O Banco Central teima em seguir uma política cambial e monetária de controle da inflação e não de incentivo permanente às exportações. O crédito do BNDES, que se multiplicou nos últimos anos, é insuficiente. As isenções e subsídios fiscais são insuficientes. É necessário muito mais do Estado para um esforço exportador efetivo. Ainda mais que o déficit externo a ser coberto é gigantesco, e nas atuais circunstâncias de restrição internacional (dificuldade de acesso aos grandes mercados centrais e restrição à elevação de barreiras protetoras contra importações) e no novo quadro regulatório da OMC, o objetivo torna-se particularmente difícil, embora não impossível.

As resistências no seio das próprias elites a um projeto cujas características e reivindicações se assemelham tanto ao agora detestado passado patrimonialista e estatal da década de 80 são muito grandes; até por parte dos setores financeiros hegemônicos. Além do

mais, muitos ainda esperam que logo sobrevenha novo ciclo de expansão do crédito internacional, adiando a necessidade de superávits comerciais de grande dimensão. Esta esperança é alimentada pela recente e drástica redução das taxas de juros pelo FED.

Parte dessa esperança advém recentemente de um certo movimento no contexto internacional. Desde o final de 2001 voltou a ocorrer investimento de portfólio na Bovespa e o indicador EMBI+, do J.P. Morgan, que mede o risco de 18 países emergentes, já caiu 25,9% neste primeiro trimestre (o melhor número desde a crise russa), demonstrando o interesse dos investidores nos "países emergentes". Isso se deve, em boa parte, "ao aumento da liquidez do mercado internacional decorrente do abalo sofrido pelo bônus corporativo após a quebra da Enron"⁽²⁾, e, é claro, da queda espetacular das taxas norte-americanas no segundo semestre de 2001. O que mostra o papel ativo da oferta de crédito na determinação do risco-país da periferia do sistema: se há dinheiro sobrando

e baixo retorno, os países emergentes passam a oferecer menor risco.

Os defensores da proposta Bresser-Nakano (e para a Fiesp) podem argüir ser essa ilusão nefasta e que nada resolverá, pois é possível sustentar que o dinheiro que chega agora é de péssima qualidade, o hot money, e que um breve retorno do movimento de alta da taxa de juros norte-americana nos colocará de novo em dificuldades ainda mais graves. Assim, necessário se faz construir um novo consenso das elites em torno do esforço exportador que unifique as classes dominantes e convença o povo que os novos sacrifícios valem a pena. E o projeto desse novo consenso deverá ser apresentado ao povo agora, no programa das eleições de 2002, para ser executado durante o próximo governo, aprofundando a política já iniciada por FHC.

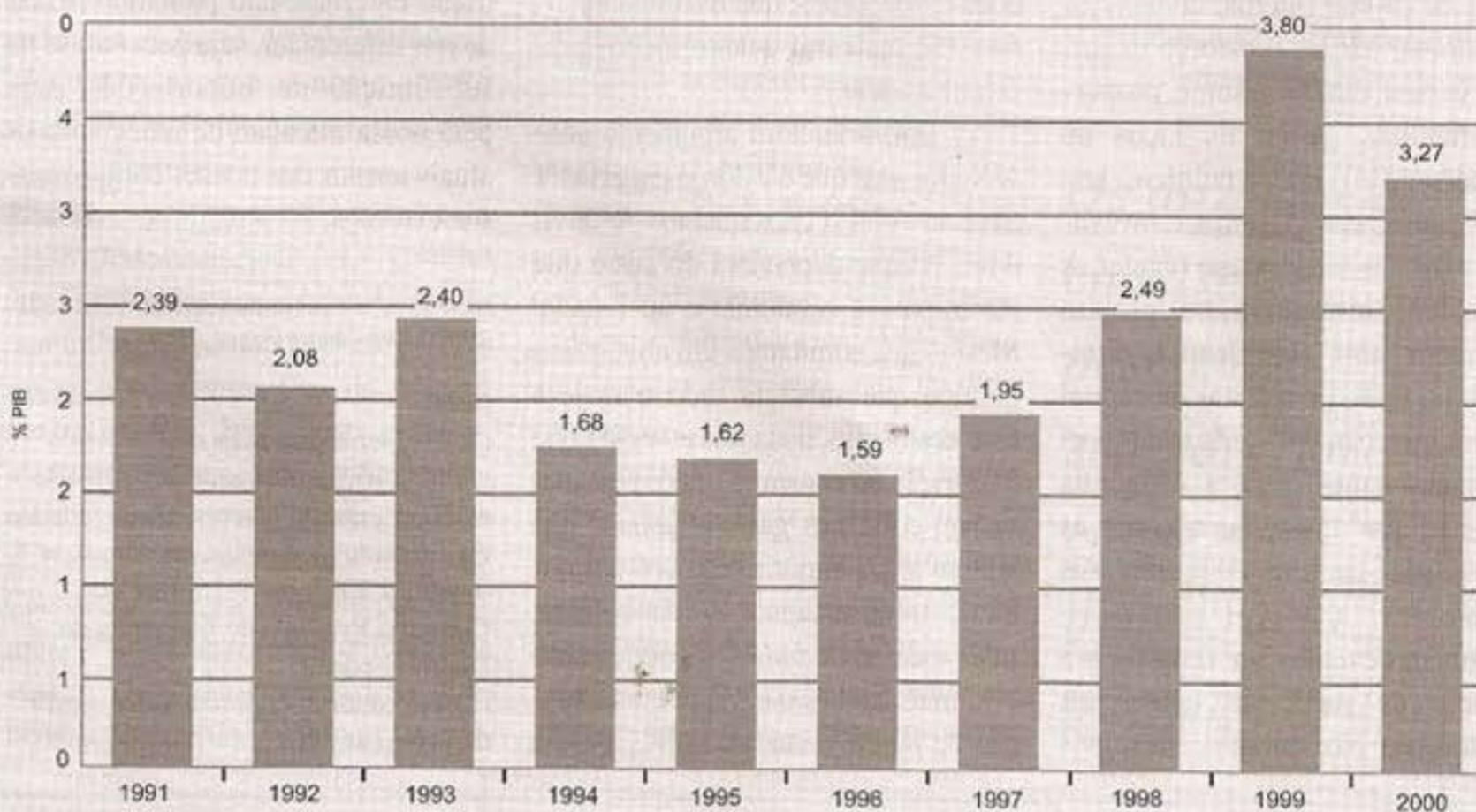
Construir um novo consenso: o objetivo político do programa conservador

Esse parece ser o principal embate político a se travar durante a campanha

eleitoral de 2002. À tentativa de se impor à nação mais um projeto conservador, que pretende resolver a restrição externa apenas para perpetuar a dependência, a oposição deve contrapor um projeto alternativo de caráter nacional, democrático e popular, que enfrente o problema da vulnerabilidade e da restrição externa, construindo um caminho autônomo para a nação brasileira.

O "novo" projeto conservador do esforço exportador precisa ser "vendido" à sociedade – e às próprias classes dominantes – com base em três argumentos: a) conquistada a estabilidade monetária, o déficit externo é o principal problema a superar; b) ele é lógico, natural, é o único caminho a seguir para enfrentar o déficit externo; c) ele também garantirá a volta do crescimento e da prosperidade. Pela inevitabilidade da solução e para usufruir a volta da prosperidade, torna-se necessário que todas as demais aspirações e reivindicações (populares, setoriais ou regionais) sejam subordinadas ao projeto, ou adiadas, e seus custos sejam suportados.

REMESSA DE RENDAS DE CAPITAL NA DÉCADA DE 90:
juros, lucros, dividendos e royalties



O primeiro argumento é verdadeiro; o segundo, uma falácia; e o terceiro duvidoso.

De fato, a restrição externa é o principal problema a ser enfrentado. Sem enfrentá-lo, não será possível assegurar o fluxo adequado e confiável de importações necessárias ao funcionamento da economia, sua expansão e modernização. Mas para as classes dominantes ela é mais do que isso, o funcionamento das contas externas representa sua ligação com o sistema capitalista mundial, o acesso a seus benefícios materiais e culturais, sua garantia de funcionamento e legitimação política. Para elas, o esforço exportador é uma forma de contornar a restrição externa apenas para assegurar a continuidade da dependência.

O segundo argumento — a inevitabilidade do caminho — é uma falácia porque restringe a solução apenas ao esforço de garantir a capacidade importadora, mantendo, ao mesmo tempo, o atual estoque da dívida externa e os termos em que foi contratada, ou seja, o fluxo de serviço (juros e amortizações). Sem a diminuição do peso do serviço da dívida, bem como da remessa das demais rendas de capital (lucros, dividendos e *royalties*), não só o esforço exportador (e seu custo) assume proporções maiores, como os laços de dependência e o poder político, desproporcional, dos credores e investidores externos tendem a se manter. A recusa em introduzir no projeto exportador uma significativa diminuição no fluxo de receitas de capital e de amortização da dívida resulta em que, como antes, será a economia brasileira que deverá se adequar às necessidades de seus compromissos externos.

Também devemos ser favoráveis à obtenção de superávits comerciais duradouros. No entanto, devemos

distinguir nosso projeto do conservador em duas questões.

Primeiramente, devemos dar maior ênfase na substituição de importações do que na promoção de exportações. A substituição de importações deve se dar não só onde temos condições competitivas imediatas, mas em todos os setores possíveis, visando ao objetivo estratégico de recuperar a diversidade de nossa estrutura produtiva, vocação natural de uma economia continental como a nossa. Isso é possível mesmo com o novo quadro de restrições à proteção tarifária introduzido pela OMC a partir de 1994. E segundo, o enfrentamento da restrição externa deve estar conectado a uma necessária diminuição do serviço da dívida e das remessas das demais rendas de capital, visando a adequar os compromissos externos à capacidade de nossa economia e não o inverso. Se essa diminuição será negociada ou unilateral, apenas a correlação de forças poderá sugerir. Isso não significa a recusa em receber capitais ou não buscar financiamento externo, mas sim em optar por tê-los como fator secundário de nosso desenvolvimento; admitindo, como afirma a proposta de Ciro Gomes, que o capital externo é tão mais útil quanto menos precisarmos dele.

Por fim, o terceiro argumento conservador — de que o esforço exportador trará de volta o crescimento — é duvidoso, porque dependerá do custo que ele imporá à economia e ao Estado. Mesmo que admitamos um novo pacto político que submeta tudo o mais a esse desiderato, nada nos assegura que a restrição ao consumo interno e o inevitável corte nos gastos públicos não voltem a nos impor, como nos últimos anos, uma estagnação econômica, mais escassos e piores serviços públicos, mais exclusão e maior concentração de renda, e até, no limite, a volta

de um processo inflacionário originário da desvalorização da moeda.

Esses riscos do projeto serão tanto maiores quanto maior for o déficit externo a cobrir, mais acirrada a concorrência mundial por superávits comerciais e mais difícil o acesso às economias centrais (EUA e União Européia). E, exceto a primeira das variáveis — que pode ser alterada pela renegociação do serviço da dívida — as demais estarão sempre fora de nosso controle.

Ademais, a experiência histórica sempre foi contrária a qualquer otimismo. Todas as vezes que o Brasil se submeteu a projetos de esforço exportador como o da década de 80, em todos eles o país tendeu à estagnação e ao agravamento das condições sociais e até políticas.

Em resumo, é preciso denunciar a imposição de mais um projeto conservador ao país que, sob a roupagem de advogar um caminho lógico, natural e inatacável, como foi no passado recente a “estabilidade monetária”, tenta manter as condições para perpetuar a velha dependência. Por outro lado, ao adotarmos uma solução para nossa vulnerabilidade e restrição externas, não podemos deixar de nos diferenciar, seja pela ênfase na substituição de importações, seja pela nossa intenção de renegociar os atuais termos dos nossos compromissos externos. 

Lecio Moraes é economista e assessor da bancada do PCdoB na Câmara Federal.

Notas

(1) Este tema está mais desenvolvido em meu artigo “Dependência e dívida externa: a questão recorrente da moratória”. *Revista de Conjuntura*, ano II, nº 8 — out/dez 2001, pp. 9-16. Brasília: Conselho Regional de Economia do Distrito Federal.

(2) Ver editorial do jornal *Valor*, de 18 de março de 2002

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

(1943-1947)

da Conferência da Mantiqueira à cassação sob o governo Dutra

Augusto César Buonicore



Bancada comunista na Constituinte de 1946.

O Partido foi duramente perseguido, mas quando conquistou espaço com a redemocratização cresceu e apareceu para amplas massas – assustando as elites reacionárias e pró-imperialistas

Desde o golpe que instaurou o Estado Novo em novembro de 1937 a atuação do Partido Comunista do Brasil tornou-se bastante restrita. Entre 1940 e 1941 a quase totalidade dos dirigentes comunistas estava na cadeia ou no exílio. Como afirma Carone, “praticamente, o PCB deixa de existir, não há mais nenhum foco de agitação; o que subsiste internamente são indivíduos comunistas, presos e soltos, mas não o PCB como organização”. (Carone, *O Estado Novo*, p. 217)

SOMENTE em julho de 1941, quando foi iniciada a ocupação nazista ao território da União Soviética, alguns grupos regionais de comunistas começaram um lento esforço de reorganização partidária. A situação desfavorável para a reorganização comunista começou a se alterar a partir de 1942, quando cresceu a campanha para que o Brasil entrasse na guerra ao lado das forças aliadas contra a Alemanha nazista.

No Rio de Janeiro o trabalho de reorganização dos comunistas estava bastante adiantado. Eles haviam formado a Comissão Nacional de Organização (CNOP). Esta comissão foi a iniciativa mais consistente no sentido de recompor um núcleo dirigente nacional para o Partido. A CNOP carioca era dirigida por Maurício Grabois e Amarílio Vasconcelos.

Existia também o chamado “grupo baiano” formado por comunistas que haviam se deslocado para São Paulo e Rio de Janeiro visando reconstruir o Partido. Graças ao trabalho de Diógenes Arruda estabeleceu-se o contato entre os grupos baiano e carioca. Isso permitiu caminhar-se para a reconstrução de uma direção central do Partido, através da CNPO.⁽¹⁾ A esses dois grupos se incorporaram os paraenses João Amazonas e Pedro Pomar.

A articulação dos grupos baiano e carioca organizados na CNOP conseguiu o apoio político de Luis Carlos Prestes, que estava preso. Esse apoio consolidou as posições desse grupo que passou a se constituir, de fato, na nova direção nacional do Partido.

Nesse difícil processo de reestruturação partidária, várias opiniões divergentes se desenvolveram e se confrontaram nos meios comunistas. Todos os grupos estavam de acordo que se devia concentrar ação política contra o

inimigo principal: as potências nazifascistas e seus aliados internos, a “quinta-coluna”. Mas, existiam divergências sobre a política a se adotar internamente em relação ao governo Vargas. Surgiram, basicamente, três propostas conflitantes.

A primeira, defendida por um grupo encabeçado por Fernando Lacerda, pregava a União Nacional em torno do governo Vargas e acreditava que a sua realização plena passaria pela não reorganização do Partido Comunista, pois poderia ser um elemento que, na conjuntura, desestabilizaria a tentativa de unidade de todas as classes contra o nazifascismo. Por isso passou a ser denominada “liquidacionista”.

A segunda tese, advogada pelo grupo paulista, liderado por Caio Prado Júnior, defendia a União Nacional mas não em torno do governo Vargas, que deveria também ser derrubado. Segundo ele, os comunistas deveriam articular a luta contra o nazi-fascismo e a luta oposicionista contra o Estado Novo. A aliança principal deveria se dar com os setores da oposição liberal.

A terceira tese, defendida pela CNOP, era que o centro da tática deveria ser de União Nacional, em torno do governo Vargas, contra o inimigo principal representado pelo eixo nazi-fascista e seus aliados no país. Portanto não tinha por que, naquele momento, fazer oposição a um governo que encabeçava uma guerra contra os inimigos principais do proletariado e dos povos do mundo. O problema do novo regime a ser estabelecido deveria ser deixado para depois da guerra. Os principais defensores desta tese eram, dentre outros, Maurício Grabois, Diógenes Arruda Câmara, João Amazonas e Amarílio Vasconcelos.

A Conferência da Mantiqueira e a União Nacional

A partir de fevereiro de 1942 iniciaram-se os ataques de submarinos alemães aos navios brasileiros. Em março o governo decretou Estado de Emergência e depois aprovou o decreto sobre Indenização por Atos de Agressão Contra o Brasil. Mas isso foi considerado insuficiente pelos comunistas e democratas. Era preciso declarar guerra à Alemanha. O clima esquentou e começaram as grandes manifestações exigindo a participação na guerra ao lado dos aliados. O governo não pôde deter a maré antinazista.

No dia 22 de agosto Vargas decretava o Estado de Beligerância e no dia 31 o Estado de Guerra. Os comunistas brasileiros defenderam então a formação de uma força expedicionária brasileira para lutar nos campos europeus. Em junho de 1943 o governo organizou a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e o Partido orientou seus militantes a se apresentarem como voluntários. A luta de massa antifascista garantiu a ampliação dos espaços democráticos e possibilitou a rápida reorganização do Partido Comunista do Brasil.

Nesse clima realizou-se em agosto de 1943 a II Conferência Nacional do Partido, conhecida como Conferência da Mantiqueira. Este foi o ponto mais alto do processo de reorganização partidária e deu finalmente ao Partido um centro dirigente nacional. A Conferência caracterizou a guerra mundial como uma “guerra de todos os povos pelo esmagamento do fascismo, sob o exemplo extraordinário da União Soviética dirigidos por Stalin!”. Os delegados reunidos definiram o governo Vargas não como um governo fascista pois “deles participavam (...) homens que sinceramente lutavam pela democratização do país” e aprovaram a luta

pela “união nacional em torno do governo” e o “apoio irrestrito à política de guerra e ao governo que a realiza”. (*Prestes: Os comunistas na luta pela democracia* – Informe ao 1º Pleno do CN do PCB de 7/8/1945)

Os comunistas no final do Estado Novo

No início de 1945 ganhou força a campanha pela anistia. No dia 18 de abril Vargas decretou anistia e libertou todos os presos políticos. Em seguida decretou uma ampla liberdade partidária, criando assim a possibilidade do Partido Comunista se constituir como partido legal e integrado, com plenos direitos, à vida política brasileira. Prestes finalmente livre deu uma entrevista à *Folha da Manhã* afirmando: “Desde logo o que podemos adiantar é que os comunistas serão um esteio da ordem e defenderemos a unidade nacional”. (*Folha da Manhã* de 27/4/45 in: Carone, *A terceira República*, pp. 519-520)

No dia 23 de maio de 1945, no Rio de Janeiro, o Partido realizou um comício apoteótico no Estádio do Vasco da Gama com a presença de 100 mil pessoas. No seu discurso Prestes revelou um profundo otimismo em relação à situação internacional e brasileira. Para ele, a aliança dos “três grandes” se baseava “não em motivos acidentais ou temporários, mas em interesses vitais e permanentes” criando um novo período histórico “de desenvolvimento pacífico para os povos do mundo inteiro”. Baseando-se neste quadro idílico, Prestes afirmou: “No mundo inteiro os povos ficarão agora livres da intervenção estrangeira nos seus negócios internos e, assim sendo, o imperialismo será moribundo e o capital estrangeiro perde a sua característica mais reacionária para se transformar em favor do progresso e prosperidade para todos os povos”.

Prestes expressou novamente o seu apoio a Vargas e defendeu a sua permanência no cargo até a promulgação da nova Constituição e se colocou contra os setores da oposição liberal que desejavam a substituição imediata de Vargas como condição necessária para realização de eleições livres e para democratização efetiva do país. Em 15 de julho aconteceu o comício em São Paulo, no Estádio do Pacaembu, que reuniu mais de 80 mil pessoas.

Em 7 de agosto de 1945 o Comitê Nacional realizou sua primeira reunião pública fora da clandestinidade, que seria denominada o “Pleno da Vitória”. Nele se definiu como centro da tática comunista a luta pela democratização do país e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. A eleição da Constituinte era mais importante que as eleições presidenciais, por isso chegou-se mesmo a defender que o próprio Vargas devesse convocá-la.

Os setores oposicionistas ligados às elites não assistiram passivamente às manobras de Getúlio visando garantir a sua continuidade no poder. As causas reais, e mais profundas, para o crescimento da oposição conservadora foram decorrência da mobilização “queremista”, promovida pelos partidários de Vargas. Ela assustou parte da sua própria base de sustentação, que temia qualquer tipo de mobilização popular. Temiam mais do que tudo a possível aliança que poderia se forjar entre queremistas e comunistas. Foi por esses temores que todos os setores das oligarquias se unificaram contra Getúlio.

Em 29 de outubro de 1945, um golpe militar depôs Vargas. No mesmo dia a sede nacional do Partido foi cercada e ocupada pela polícia. O jornal comunista *Tribuna Popular* foi proibido de circular e os principais dirigentes comunistas entraram na clandestinidade por alguns dias. A repressão

aos comunistas se estendeu por todo o país. Mas a repressão, logo se arrefeceu, a onda democrática aberta após a derrota do nazi-fascismo não mais poderia ser facilmente estancada.

O Partido Comunista do Brasil na legalidade

Em 3 de setembro o Partido Comunista do Brasil solicitou o seu registro provisório no Tribunal Superior Eleitoral e para isso apresentou o novo programa, que afirmava: “O Partido Comunista do Brasil, partido da classe operária composto principalmente por trabalhadores, luta pela conquista da completa emancipação econômica, política e social do Brasil.”

Durante o processo de deliberação no TSE ocorreram várias manifestações reacionárias contra a legalização do Partido. No entanto, o procurador geral Hahnemann Guimarães, entendeu que “o partido havia satisfeito as exigências formuladas e concluiu pelo deferimento do pedido”. O voto do relator Sampaio Dória também foi pela autorização do registro. Por fim, o Partido apresentou ao TST uma lista de mais de 13 mil filiados e no dia 10 de novembro obteve o seu registro definitivo.

O crescimento do número de filiados foi estrondoso: chegou a 50 mil no início de 1945, ultrapassou os 100 mil no final daquele ano, chegando a quase 200 mil em 1946. O Partido também organizava suas bases. Foram constituídas 500 células comunistas no Rio de Janeiro, 361 células em São Paulo. Algumas dessas células chegaram a organizar dois mil comunistas, como as da Central do Brasil, Arsenal da Marinha e dos servidores públicos da Prefeitura do Rio de Janeiro.

O crescimento do Partido foi impulsionado por um ousado trabalho de propaganda inédito na história do movimento operário e popular brasi-

leiro, e nesse período chegou a ter oito jornais diários. O jornal *A Classe Operária* voltava à luz do dia como órgão central do Diretório Nacional do Partido Comunista do Brasil.

A Constituinte de 1946

O presidente – que assumiu após o golpe que derrubou Getúlio – José Linhares convocou eleições para formação de uma Assembléia Nacional Constituinte e manteve a eleição presidencial. O Partido, com poucos dias de legalidade e de campanha eleitoral, teve uma expressiva votação. O seu candidato à Presidência da República, Yedo Fiúza, conquistou 569 mil votos o que fez aproximadamente 10% dos votos. Prestes se elegeu senador pelo Distrito Federal e o Partido elegeu 14 deputados federais.

A bancada comunista eleita em dezembro de 1945 teve destacada atuação no processo constituinte. A primeira grande polêmica foi sobre a questão da manutenção ou não da Constituição estadonovista de 1937 enquanto transcorresse o trabalho constituinte. A bancada comunista defendeu que, desde que se instalara a Assembléia Nacional Constituinte, a antiga Constituição de 37 deixava de existir. Esta tese foi derrotada pela maioria dos partidos conservadores. Desde a sua instauração a Assembléia Constituinte se subordinou passivamente aos ditames do Poder Executivo, encabeçado pelo general Dutra, tornando-se uma instância subalterna e homologatória de decisões já tomadas.

Os comunistas tentaram, sem muito sucesso, alterar o projeto conservador através da apresentação de centenas de emendas; a quase totalidade indeferida ou rejeitada. Diante da maioria conservadora os comunistas tentaram realizar uma mobilização popular em defesa de uma Constituição democrática. Mas, o

governo Dutra proibiu a realização de comícios.

A bancada comunista se colocou contra o presidencialismo e propôs um sistema misto com um Parlamento forte. O próprio presidente deveria ser eleito pelo Congresso Nacional. Derrotados quanto ao parlamentarismo, os comunistas apresentaram outras emendas exigindo que todos os ministros fossem aprovados pelo congresso e que o substituto legal do presidente fosse o presidente do congresso. Todas emendas matizando o presidencialismo foram rejeitadas.

No entanto, foi na defesa dos direitos sociais dos trabalhadores que a bancada comunista mais se distinguiu, diferenciando-se de todas as outras. Os comunistas defenderam intransigentemente o direito de greve e a livre organização dos trabalhadores contra a maioria conservadora da Assembléia e mais uma vez seriam derrotados.

Quanto à questão do direito à propriedade, os comunistas procuraram relativizá-la e subordiná-la a outros direitos e interesses. A emenda dos comunistas, defendida por Caires de Brito, afirmava: “É garantido o direito de propriedade, desde que não seja exercido contra o interesse social ou coletivo, ou quando não anule, na prática, as liberdades individuais proclamadas nesta Constituição ou ameace a segurança nacional”. A bancada se colocou também contra o artigo que previa o pagamento prévio em dinheiro e pelo justo valor das propriedades desapropriadas “por utilidade pública e interesse social. Esta condição inviabilizaria qualquer tentativa legal de realizar a reforma agrária e urbana no Brasil.

A nova Constituição foi promulgada em 18 de setembro de 1946. Nas suas disposições transitórias determinava a

realização de eleições para as Constituintes estaduais. Nestas os comunistas tiveram nova e surpreendente vitória. O Partido elegeu 46 deputados estaduais em 15 estados e no Distrito Federal. Nas eleições suplementares para a Câmara Federal, realizadas em São Paulo, foram eleitos Pedro Pomar e Diógenes Arruda, dois dos principais dirigentes comunistas.

O fechamento do Partido e a cassação dos mandatos

A mudança da situação internacional com o surgimento da guerra fria trouxe reflexos para a situação política nacional. Aumentou a ofensiva conservadora contra o movimento operário e popular, particularmente contra o Partido Comunista. O clímax da violência policial contra os comunistas ocorreu no dia 23 de maio de 1946, quando uma manifestação realizada no Largo Carioca foi duramente reprimida. Centenas de pessoas ficaram feridas e cerca de 50 presas. Outro ato de violência policial contra um comício na Esplanada do Castelo ocasionou a morte da comunista Zélia Magalhães. Repressão e mortes de comunistas pontilhavam todo o governo Dutra.

No final de agosto de 1946 os estudantes do Distrito Federal organizaram uma manifestação contra o custo de vida que acabou se degenerando em quebra-quebra. Suspeitou-se que o conflito teria sido provocado por agentes da própria polícia infiltrados. O chefe de polícia rapidamente acusou os comunistas pelo ocorrido. A sede do Partido foi fechada e vários de seus dirigentes presos. Estavam em pleno curso as manobras e provocações no sentido de colocar na ilegalidade o Partido Comunista do Brasil.

Um dos principais pretextos para a cassação do registro do Partido Comunista foi uma declaração em defesa da URSS feita por Prestes em palestra

realizada numa associação de funcionários e no plenário da Assembléia Constituinte. Questionado em plenário sobre uma possível ameaça de agressão da URSS ao Brasil Prestes afirmou: “no caso (...) de ser o Brasil arrastado a uma guerra contra a União Soviética, guerra que, do nosso ponto de vista, só poderia ser guerra imperialista – seríamos contra esta guerra e lutaríamos da mesma maneira contra o governo que levasse o país a uma guerra dessa natureza”. (Almino, p.157) Esta declaração fez com que se levantasse uma onda de protesto de todos os setores conservadores da sociedade brasileira. Para eles seria esta uma prova definitiva de que o Partido Comunista do Brasil não seria um partido nacional e sim um satélite soviético e que precisava ser fechado e reprimido.

O deputado Barreto Pinto (PTB) e advogado Himalaia Virgulino entraram com denúncia no TSE afirmando que o PCB seria uma organização internacional orientada pela URSS. Mais tarde em uma diligência policial foi encontrada uma cópia de um projeto de reforma do Estatuto do Partido. Forjou-se então a tese de que o Partido teria dois estatutos, um registrado no cartório e outro ilegal, que de fato regeria a vida do militante. O Ministério Público pedia então a cassação do registro do Partido.

No dia 7 de maio de 1947 o Tribunal Superior Eleitoral, por 3 votos contra 2, decidiu pela cassação do registro do PCB. No dia 10 de maio o Ministro da Justiça determinou o encerramento das atividades do PCB em todo o território nacional. Imediatamente as sedes do Partido foram invadidas e fechadas pela polícia.

Mesmo após o fechamento do Partido, e diante da iminência de cassação dos mandatos comunistas, seu desempenho eleitoral nas elei-

ções municipais do final de 1947 foi surpreendente, especialmente nos principais centros operários do Estado de São Paulo.

Na cidade de Santo André, os comunistas elegeram o prefeito, Armando Mazzo, e uma bancada de 13 vereadores em uma Câmara de 31 cadeiras. No entanto, menos de 24 horas antes da posse do novo prefeito e da Câmara, o TSE enviou um telegrama ao TRE paulista comunicando a sua decisão de anular todos os votos conseguidos pelos comunistas e se negando a dar posse ao prefeito e sua bancada. Na cidade de São Paulo os comunistas elegeram 15 vereadores, a maior bancada da Câmara Municipal, mas também seriam impedidos de tomar posse; e, em Santos, 14 vereadores numa câmara de 35 cadeiras. Os comunistas de Recife elegeram 12 vereadores numa câmara de 25 assentos⁽²⁾ e os de Olinda fizeram também a maior bancada na Câmara de vereadores. Na cidade de Jaboatão, centro ferroviário em Pernambuco, o médico comunista Manoel Rodrigues Calheiros se elegeu prefeito – o primeiro prefeito comunista eleito no Brasil.

O Partido havia se recusado a mobilizar as massas contra o processo de cassação do seu registro. Acreditava que qualquer manifestação pudesse fortalecer as teses dos seus adversários que afirmavam que o Partido Comunista pretendia derrubar o regime constituído. A direção escolheu como campo de batalha preferencial o Parlamento e o Judiciário. Apenas em 18 de junho, sentindo a real ameaça de cassação e o esgotamento da tática anterior, os comunistas realizaram um grande comício no Vale do Anhangabaú em São Paulo contra a cassação do registro do Partido e a ação contra os seus parlamentares.

No dia 21 de outubro a *Tribuna Popular* foi invadida e depredada pela polícia, os funcionários resistiram e acabaram sendo feridos. No mesmo dia o governo rompeu relações diplomáticas com a URSS. Em 24 de outubro realizou-se uma grande manifestação anticomunista de apoio à decisão do governo de romper relações com a URSS. Em 27 de outubro de 1947 o Senado aprovou o projeto de cassação dos mandatos comunistas e o enviou à Câmara.

Em novembro os comunistas, embora alterassem a sua posição em relação ao caráter do governo Dutra — que passava a ser definido como uma “ditadura terrorista” —, continuavam tendo ilusões quanto à correlação de forças existente. Para Marighella o governo “fascista” de Dutra estava completamente isolado e não contava nem com o “apoio do partido que o levou ao poder” e conclui: “o grupo fascista pensou eliminar o Partido Comunista, cassando-lhe o registro eleitoral, mas hoje nos achamos em pleno caminho da legalidade.” (Marighella, C. “Nossa Política” in *Problemas*, nº 4, novembro de 1947). No entanto, no dia 10 de janeiro de 1948, o projeto de cassação dos mandatos foi aprovado na Câmara dos Deputados por uma tranqüila maioria de 179 votos contra 74.

Encerrava-se assim mais uma fase da conturbada vida do Partido Comunista do Brasil. 

Augusto César Buonicore é historiador e membro do Comitê Central do PCdoB.

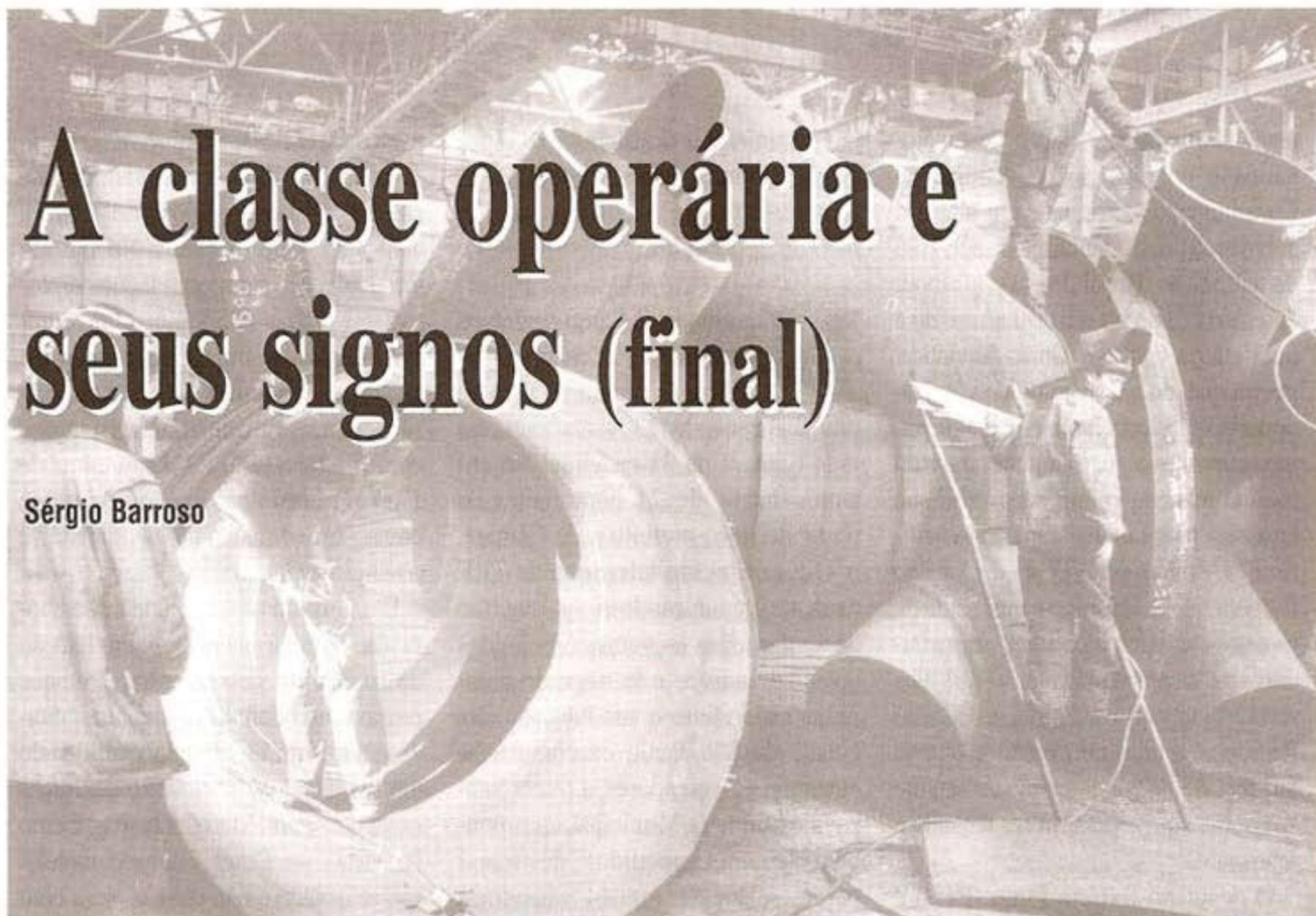
Notas

(1) O elo de ligação entre Arruda e o CNOP foi Leôncio Basbaum, antigo militante do Partido e ex-membro do seu Comitê Central.

(2) Os vereadores comunistas eleitos pela sigla do PSP de Recife foram cassados no início de 1948.

A classe operária e seus signos (final)

Sérgio Barroso



Sebastião Salgado

É necessário compreender as classes sociais no capitalismo em seu devir (a-ser); não num movimento em geral, mas como classes ligadas a determinadas fases do desenvolvimento histórico da produção

“Mas a burguesia não se limitou a forjar as armas que lhe trazem a morte; também gerou os homens que vão usar essas armas – os modernos operários, os proletários”.

(Manifesto do Partido Comunista, Marx-Engels)

RECORRENTE em inúmeras passagens do *Manifesto*, a designação de classe dos proletários como sendo a classe dos operários modernos, da grande indústria, decorre da concepção marxista – ou da teoria de Marx e Engels – da sua emergência na gênese, constituição e dinâmica do modo de produção capitalista.

Com efeito, a configuração da classe operária propriamente dita, nos remete ao processo da passagem das fases do capitalismo de cooperação simples, manufatura e grande indústria – culminando a introdução do que Marx denominava de sistema de máquinas. É também por isso que ele afirma, logo em seguida à frase acima

transcrita, em epígrafe, que o “proletariado, a classe dos operários modernos”, desenvolve-se simultaneamente à burguesia, tendo esta o seu capital aumentado na medida em que esses proletários “só vivem enquanto têm trabalho e só têm trabalho” na medida em este trabalho aumentar o capital.⁽¹⁾ Daí que, com a expansão da maquina-

ria e a divisão do trabalho – afirmam Marx e Engels – o trabalho “dos proletários” perdeu todo caráter independente e, portanto, todos os atrativos “para os operários” (ibidem).

Por sua vez, essa relação se processa na medida em que “as demais classes vão se arruinando e soçobram com a grande indústria: o proletariado é o produto mais característico dela” (p. 71). Ou seja: apenas com a conformação da indústria moderna, transformadora da pequena oficina do mestre patriarcal na grande fábrica capitalista – “massas de operários, apinhados nas fábricas, são organizados como exército” (p. 68) –, as camadas sociais médias, “até aqui” os pequenos industriais e comerciantes, os *rentiers*, os artífices, os camponeses, se “afundam no proletariado”, que, deste modo, “é recrutado de todas as classes da população” (p. 69).

Colocada essa questão, à época nesses termos, examinemos: há mesmo similaridade na caracterização de classe operária e proletariado?

O destacado filósofo português Vasco Magalhães-Vilhena, por exemplo, diz que nada justifica a tradução da obra de Engels “*The Situation of the Working Class in England, 1844*”, do modo como aparece nas versões francesas – bem distintas das versões em alemão e inglês –, assim como a traduzida correntemente em português para “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra em 1844”. Sobre o assunto – assegura Magalhães-Vilhena –, Engels precisou: “Da mesma maneira utilizei correntemente, como sinônimos, as expressões ‘operários’, ‘Working men’ e ‘proletários’, ‘classe operária’ e ‘proletariado’”. (Magalhães-Vilhena, 1984: 127).⁽²⁾ O que em nada se contradiz com a descrição de Engels, no “Prefácio” à edição inglesa do *Manifesto* (1888), que compreende o proletariado como a classe

dos trabalhadores assalariados modernos, despossuidores de meios de produção próprios e obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver.

Sobre outra questão fundamental, Magalhães-Vilhena interpreta que Engels, em “O socialismo: da Utopia à Ciência” – tradução correta do alemão para o português, ao invés de “Do socialismo utópico ao socialismo científico” –, designa o socialismo científico como sendo “expressão teórica do movimento proletário”. O que coloca à “classe operária do modo de produção capitalista”, a tarefa histórica de infundir essa compreensão na classe revolucionária, classe ainda oprimida, mas uma classe cuja posição social objetiva nas relações capitalistas resulta inelutavelmente, de maneira socialmente necessária, o seu papel de agente humano por excelência da “iniciativa histórica” do processo de transformação da sociedade capitalista (*Op. cit.*, p. 129; g. n.). E, atacando os que aí enxergam nessa posição social prospectiva um messianismo vulgar, uma doutrina escatológica ou religiosa, afirma o marxista português que tal impropriedade (com a expressão substitutiva “missão histórica do proletariado”) tem sido utilizada para “desqualificar o caráter científico do marxismo-leninismo” (idem, 129-130).⁽³⁾

Sob outro ângulo, Marx, analisando o processo decisivo para a criação do valor (mais-valia) na dinâmica do modo capitalista de produção, aponta em inúmeras passagens do “Capítulo VI” (inédito) do Livro I de *O Capital*, uma mais completa e profunda relação entre a classe operária (o proletariado), o capitalista e o sistema de máquinas. Ali, assinala que é sobre a base da subsunção (subordinação, “absorção”) formal, que emerge um modo de produção “específico”, não apenas tecnologicamente, mas total-

mente transformador, da natureza real do processo de trabalho e suas condições reais. No modo capitalista de produção, o maquinismo traz consigo “a subsunção real do trabalho no capital [que] só se opera quando ele entra em cena”⁽⁴⁾

A partir daí, uma revolução total se efetua, prossegue e se repete continuamente, no próprio modo de produção, na produtividade do trabalho e na relação “entre capitalista e operário”, “com a subordinação real do trabalho no capital” – assevera Marx. Tais transformações desenvolvem as forças produtivas sociais e, graças ao trabalho em “grande escala, chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata” – base do “desenvolvimento da relação capitalista”; onde, a partir do mínimo determinado e sempre crescente (capital nas mãos de capitalistas individuais), “o capitalista tem que ser proprietário e usufrutuário de meios de produção à escala social” (pp. 89-90).

Entretanto, na mediada em que sobre a base da maquinaria se ergue a grande indústria, é nesta última que a produção capitalista encontra o veículo material adequado para superar as limitações técnicas da produção centrada no ofício manual da fase manufatureira anterior. Decididamente, esse processo “culmina com a produção de máquinas por meio de máquinas”, ou com a constituição do departamento produtor de meios de produção (DI – máquinas, equipamentos e instalações). É esse fenômeno o último passo da revolução industrial ou a constituição das forças produtivas adequadas ao capital.

É que, conforme argumenta Marx, no Volume I de *O Capital*, “a grande indústria não teve outro remédio senão apoderar-se de seu meio característico de produção e produzir máquinas por meio de máquinas. Deste modo criou a

base técnica adequada e se levantou sobre seus próprios pés”. Concretamente: já não mais encontrando entraves externos à acumulação capitalista, este movimento da acumulação do capital passa a depender de uma elevação contínua da produtividade do trabalho, bem como da elevação contínua da composição técnica e orgânica; que também se funda numa base técnica cuja dinâmica produtiva se concentra no capital e se estabelece na maquinaria. Ou, como compara Marx, no Volume II dos *Grundrisse*, “A máquina, dona da habilidade e da força, no lugar do trabalhador, é ela mesma virtuosa, possui uma alma própria presente nas leis mecânicas que nela operam, e, assim, como o trabalhador consome comestíveis ela consome carvão, azeite etc... com vistas a seu automovimento contínuo”.⁽⁵⁾

A partir das considerações assinaladas acima – numa primeira aproximação – poderíamos destacar diferenças existentes entre a classe operária, e outros trabalhadores assalariados? Há traços fundamentais na classe operária no movimento real de sua constituição, que a distingua?

Pensamos ter significativa atualidade, grande parte da sistematização conceitual de D. Pereira (1981: 20-23). Conforme sua descrição, os operários: a) são produtores que despendem sua força de trabalho na criação, reparação ou transporte de bens materiais, mas que se distinguem dos trabalhadores em serviços de intermediação comercial e financeira, bem como daqueles vinculados à superestrutura política e ideológica (bancários, funcionários públicos, jornalistas etc); b) são produtores diretos que agem diretamente sobre os objetos de trabalho ou envolvidos no transporte de produtos, mas distintos dos que trabalham na supervisão e controle, como engenheiros, chefes etc; c) são produtores

proletários, ou desprovidos de meios de produção próprios, diferentemente daqueles que, mesmo diretos (artesãos, camponeses), ainda possuem ao menos parte dos meios de produção; d) são assalariados, ou seja, recebem salários correspondentes a somente uma parte do valor criado; e) são assalariados modernos, no sentido de que, desde a fase da cooperação simples, trabalham em formas coletivas da produção, até a de trabalho em complexas e minuciosas formas da divisão do trabalho, combina a ação de milhares de operários vinculados ao sistema da maquinaria – operário das fábricas e oficinas o cerne da classe (Lênin).⁽⁶⁾

Por outro lado, a concepção (antropológica/filosófica) marxista de trabalho implica no reconhecimento de: a) que ele é uma atividade racional (consciente) do homem, com o qual ele adapta os objetos da natureza assim buscando satisfazer as suas necessidades; b) que, ao criar sobre a natureza, o trabalho humano transforma a si, desenvolvendo sua cultura material, espiritual e suas aptidões físicas e também espirituais; c) que na natureza radica a vida humana, cuja racionalidade do trabalho pressupõe a construção de meios de produção sobre os objetos de trabalho – meios de produção sobre os quais a “adição” humana configuram as forças produtivas.

Inter-relacionadas, as duas questões acima colocadas (características da classe operária e uma outra dimensão do processo de trabalho) têm grande importância para nós. Ou, como destacou recentemente M. Naves, a atividade orientada para o objeto, os meios de trabalho, volta-se a um fim que o produtor direto realiza para transformar determinada matéria em objeto útil; onde o objeto pode ser matéria não trabalhada, especialmente a terra, e aquela que já sofreu certo processa-

mento (a matéria-prima). Por um lado, os meios de trabalho são tudo aquilo interposto entre ele e o objeto de trabalho e um meio para transformar este último. Por outro, o sentido mais amplo envolve todas as condições objetivas possibilitadoras da produção. É por isso – prossegue Naves – que Marx dava enorme importância para os meios de produção estritamente falando, pois considerava que “não é o que se faz, mas como se faz... o que distingue as épocas econômicas” – as relações de produção capitalistas não são relações entre homens, mas entre classes e entre estas e os meios de trabalho. Isto significa que, segundo a compreensão de Marx em *O Capital*, a definição de processo de trabalho é uma atividade, onde a utilização dos meios de trabalho pelo trabalhador, “opera uma transformação do objeto de trabalho desde o início pretendida. O seu resultado é a produção de valores de uso, bens que satisfazem necessidades determinadas”.⁽⁷⁾

Mas é na tríade valor-dinheiro-capital que se deve compreender o desenvolvimento do “ciclo” verdadeiro de expressão da dinâmica exclusiva da valorização capitalista. Pois é nele que as mercadorias entre si exprimem-se como valores, sendo o processo de troca quem determina o valor de troca. Assim, é a mercantilização da produção que determina o trabalho abstrato como substância do valor; a revelação de cada trabalho como elemento social emana da sociabilidade do intercâmbio. Dito isto de maneira mais simples e clara: a) a análise de Marx sobre as mercadorias distingue seu aspecto técnico-material, do aspecto social, ou valor-de-uso e valor; b) trabalho concreto, e abstrato (técnico-material e social), são um e o mesmo trabalho incorporada nas mercadorias; c) mas, o caráter social deste trabalho, criador de valor e que se representa no valor, é

o trabalho abstrato (Rubin, 1987: 156).

Trabalho abstrato e socialmente necessário, pois o valor das mercadorias é diretamente proporcional à quantidade de trabalho necessário à produção dessas mercadorias. Ou ainda – e no exemplo de Isaak Rubin –, uma hora de trabalho do produtor de botas e uma hora de trabalho do produtor de tecidos são iguais e cada uma delas corresponde à igual parcela do trabalho total da sociedade, distribuído entre todos os ramos da produção. E sendo o valor das mercadorias determinado pela quantidade de trabalho abstrato, o aumento da produtividade reduz o trabalho socialmente necessário e o valor de uma unidade de produto (Idem: 80-81).

Nesse curso dialético, a generalização do intercâmbio pela sociedade, juntamente ao avanço da divisão social do trabalho, produz a substantivação do valor de troca no dinheiro – a representação do tempo de trabalho abstrato. Somente no comando sobre o trabalho assalariado e os meios de produção é que o dinheiro se transforma em capital, processo de trabalho este agora não só destinado apenas à troca, mas ao incremento do dinheiro como capital – à sua valorização. Conseqüentemente, a teoria da mais-valia (lei de valorização do capital) de Marx nada tem a ver com a formulação de D. Ricardo, em cuja fundamentação há uma teoria de preços relativos de equilíbrio ou preços redutíveis à quantidade de trabalho.

Entretanto, de acordo com Marx, o capital subverte a lei do valor, lei imanente ao movimento trabalho abstrato-valor-dinheiro. Como diz J.C. Braga, como valor-dinheiro que se valoriza, “o capital aponta para a sua autonomização financeiro-monetária”; isto porque, o dinheiro como capital – nas palavras de Marx nos *Grundrisse* – “é uma determinação do

dinheiro que vai além de sua determinação simples como dinheiro”, devendo-se considerar tal determinação como “uma realização superior, do mesmo modo que pode dizer-se que o desenvolvimento do macaco é o homem”. (Braga, 2000, cap. 4, parte I). Dialeticamente, no processo de valorização, o verdadeiro não-capital é o trabalho; o que resulta na redundância do trabalho vivo, enquanto o capital só se revela plenamente mercadoria como dinheiro-capital a juros. E tal valorização, se multiplicasse o dinheiro, inclusive ficticiamente, a *monetização fictícia do lucro tornaria real a valorização fictícia*: encontra-se a circulação financeiro-monetária com a instância plena da dominação do capital (Braga, idem, *grifos nossos*).

Sobre essas últimas questões, uma observação final:

A classe operária da indústria – de transformação, ou não – continua enraizada na essência material do modo de produção capitalista. É ela quem produz, diretamente, mesmo as sofisticadas inovações tecnológicas (NTI), assim como constrói as gigantescas instalações que albergam dos serviços (financeiros e comerciais) e das indústrias. A tendência de redução do proletariado industrial no centro do capitalismo – prevista com clareza por Marx, antes da etapa monopolista – é factual, merecendo estudos bem mais precisos do que aqueles hoje conhecidos. Igualmente, a enorme amplificação dos circuitos financeiros da valorização do capital acentua um vetor (“verticalizado”) de criação do valor distinto do originariamente extraído do “chão da fábrica”. 

Sérgio Barroso é médico, mestrando em economia social e do trabalho e membro do Comitê Central do PCdoB.

Observação

Na primeira parte deste artigo, na tipologia (de W. Quadros) que trabalha uma classificação ocupacional, vinculada a estratos sociais/renda, faltaram as seguintes camadas fundamentais:

D1. Alta classe média assalariada – Os principais são administradores, gerentes e chefes; médicos, dentistas, e enfermeiros diplomados; engenheiros e arquitetos; professores do ensino superior; outras ocupações técnicas e científicas de nível superior.

D2. Média classe média assalariada – Os principais são: ocupações da defesa nacional e segurança pública; outras ocupações técnicas e científicas e nível médio; professores do segundo grau; mestres e contramestres; ocupações qualificadas no comércio; técnicos em contabilidade.

D3. Baixa classe média assalariada – Os principais são: balconistas e caixas; auxiliares de escritórios e afins; professores primários; ocupações auxiliares de saúde; outras ocupações burocráticas.

Notas

(1) “Burgueses e Proletários” In: *Manifesto*.

Tradução da edição original alemã (1890), por Vasco Magalhães-Vilhena, edição anotada e prefaciada por Engels.

(2) Ver as “Notas da edição alemã, referentes ao Prefácio”, “Notas para edição alemã referentes ao Manifesto” e “Notas complementares da edição portuguesa, de Vasco Magalhães-Vilhena”; in: *Manifesto do Partido Comunista, op. cit.*

(3) Ainda para Magalhães-Vilhena: 1) a denominação de “Associação Internacional dos Trabalhadores”, deve ser transcrita em português para “Associação Internacional dos Operários”, pois o que está em causa é efetivamente a moderna classe operária, o proletariado nascido da revolução industrial e não propriamente os trabalhadores nem tampouco as classes laboriosas”. (p. 111; *grifos nossos*); 2) seu lema (deveria ser) “a emancipação da classe operária obra da própria classe operária”, idéia sobre a qual Marx avança a partir dos anos 40 (p. 126); 3) é nesse contexto que se deve compreender que a classe dos proletários é “uma classe de homens que não possuem outros bens além da sua capacidade de trabalho”; conceituação de Marx em “Trabalho assalariado e capital” (p. 117-118); 4) e, antes, distinguindo os considerados pobres (*the poor*) dos “operários fabris urbanos ligados ao desenvolvimento da grande indústria”, acentua Magalhães-Vilhena que as denominações nada têm de ociosas, pois “a história da fixação dos termos (...) através dos tempos (...) é parte integrante da própria história dessas classes” (p. 128).

(4) Marx, 1975: 89.

(5) A discussão rigorosa e ampla do assunto encontra-se em F. Mazzucchelli (1985: 15-46).

(6) “Só uma classe determinada, a saber, os operários urbanos, e em geral os operários fabris, os operários industriais, está em condições de dirigir a toda massa de trabalhadores e explorados na luta para derrubar o jugo do capital”. Extraído de “Uma grande iniciativa”, de V. I. Lênin, e citado por Pereira, p. 23.

(7) Ver: Marcelo B. Naves, “Marx – ciência e revolução”, 2001: 65; *grifos nossos*.

Os brasis contidos no Brasil: a modernidade na Amazônia

Paulo Nunes

Por lá surgiu e se desenvolveu uma literatura madura, a ser redescoberta pelas novas gerações do restante do país

Valorizar a Literatura Amazônica é resgatar a identidade cultural do Brasil. A soberania da Amazônia é estratégica para a defesa do Brasil. A região, com a maior biodiversidade do mundo, está sob a alça de mira do imperialismo que secularmente cobiça suas riquezas. Há muito, a cultura amazônica tem sido vítima de um espírito colonialista, segundo o qual o que é bom vem de fora.

Por isso, a Deputada Sandra Batista (PCdoB/PA) apresentou na Assembleia Legislativa do Estado, um Projeto de Lei que institui a disciplina Li-

teratura de Expressão Amazônica nas escolas de ensinos fundamental e médio. Tal Projeto tem permitido vários debates em universidades e escolas a respeito da necessidade do estudo da produção literária da Amazônia. Toda a pujança literária produzida na região eleva a cultura amazônica e é imprescindível que seja a fonte de beber dos estudantes para que a partir de sua realidade apurem o gosto pela literatura universal.

Nesse espírito, o professor Paulo Nunes traz à tona, neste texto, alguns aspectos da riqueza cultural amazônica.

APROVEITANDO-ME da leva de comemorações dos oitenta anos da Semana de Arte Moderna de São Paulo, que instaurou oficialmente a “nova estética” entre nós, debruço-me sobre uma fatia do Modernismo brasileiro ainda pouco explorado e muito pouco conhecido fora dos limites acadêmicos da Amazônia. Refiro-me ao Modernismo no estado do Pará. Assim, o Modernismo no Pará é a temática da temporada. Desenrolar esse fio de meada e fazer desta conversa algo que possa ajudar a lançar uma luz – mesmo que não novidadeira –, sobre este palco demarcado de letras, textos e subtextos. Parece-me que o subtexto, por ora, é a mais vibrante realidade. Vamos a ela?

Antes de propriamente iniciar o texto, valem algumas observações. Dividir a história da Literatura Brasileira de expressão amazônica em fases didaticamente organizadas é, a meu ver, um procedimento pedagógico necessário, mesmo que haja – e/ou levando-se em conta a – oposição dos tematistas, estudiosos que ganharam força nas universidades brasileiras, sobretudo a partir da década de noventa. Esta prática periodicista, penso, não descaracteriza o fluxo dinâmico da criação literária. Nenhum método de estudo – o temático ou o histórico-contextual – deve limitar a expressão artística, trancafiando-a numa camisa de força. Assim, defendo o ensino de literatura contextualizado, histórica e socialmente, embora este estudo possa percorrer um sentido pendular, fazendo interagir o texto do presente com o do passado, o que, a meu ver, provocaria uma interessante síntese para a compreensão do futuro.

O segundo aspecto a ressaltar é o de que falar em Modernismo literário brasileiro (embora nosso olhar esteja setorizado em uma região do Brasil, a Amazônia paraense) significa considerar esse momento artístico como

uma conquista da modernidade no sentido temático da presença das multidões nos grandes centros, e do choque do homem com a máquina. Desse impacto ocorreria a poetização do simples, uma espécie de curto circuito na elitista poética parnasiana – a qual acreditava que a literatura deveria tematizar o nobre, o sublime. Assim, Oswald de Andrade resume em seu poeminha antológico: “Há poesia/ Na dor/ Na flor/ No beija-flor/ No elevador (...)”. A máquina – tanto quanto a flor – pode ser poetizada, sem aura e com simplicidade, criando, inúmeras vezes, uma metáfora (re)aproveitada pelos poetas de diversos momentos.

No plano histórico-filosófico, falar em Modernidade, aparentemente, significa tratar também de outridade, no conceito que tem dela Octavio Paz, na medida em que deveríamos discutir aqui, inevitavelmente, a relação metrópole (no caso, São Paulo/ Recife) e província (Belém) – província? Não chegaremos a tanto, pois esse subtema mereceria uma rodada inteira de discussões e não há espaço nem tempo para tal.

De qualquer modo, é preciso restaurar a idéia de que as inquietações artístico-culturais, no ocidente do início do século XX, tornaram-se mais evidentes após a I Guerra Mundial. O homem olhava-se no espelho e não admirava a imagem turva e distorcida que via; insatisfeito com a própria raça humana, inquietou-se e desbancou os paradigmas tradicionais. Nas artes, a pintura já não podia ser mais figurativa – mesmo porque a fotografia já ganhara espaço – e a literatura não podia acanhar-se dentro da fita métrica alexandrino-parnasiana.

Na Amazônia brasileira tínhamos degustado as contradições do ciclo da borracha, o que provocou um enriquecimento artificial das metrópoles do oriente e do ocidente amazônica:

Belém, capital do Pará, e Manaus, capital do Amazonas, respectivamente. Mas na Amazônia sempre tivemos, salvo algumas exceções, uma classe dominante cruel e egoísta. E o lado social desse enriquecimento não se manifestou para a maioria da população. De qualquer modo, tínhamos uma vanguarda cultural (em parte distinta da elite política) que pensava e criava com alguma inquietação, sem, no entanto, expressar ainda a identificação com os ideais que futuramente seriam conhecidos como Modernismo brasileiro.

A grande discussão que se põe cá por estas bandas, hoje, é se o Modernismo em terras paraenses se dá em 1924, com a publicação de *Bailado Lunar*, de Bruno de Menezes; ou em 27, com a viagem de Mário de Andrade à Amazônia. Trata-se de um tema rico à espera de conclusões mais profundas e bem sedimentadas. Para a maioria dos estudiosos, entretanto, está claro: as inquietações artístico-culturais inauguram-se oficialmente entre nós com Bruno de Menezes e o seu *Bailado Lunar*. Mas Ruy Paranatinga Barata, meu professor no curso de Letras da Universidade Federal do Pará, quando morreu, em 1990, levantava uma tese diferente. O Modernismo no Pará acontecera sim na década de 20, mas em 27, e foi Mário de Andrade que lhe deu legitimidade. Assim fica-nos a tese e a antítese. O que tentarei, não sei se vou conseguir, é buscar a síntese dessa polêmica.

Os brasis contidos no Brasil

Belém, devido à sua localização estratégica, no delta do rio Amazonas, transformou-se no mítico portal da região amazônica. O clima de misticismo, associado ao então charme franc lusitano da capital do Pará, de um lado, cria gerações de intelectuais paraenses que vivem a par das novidades européias, e de outro, faz migrar para

Belém alguns nomes que desejam beber nas fontes da cultura amazônica. Assim, ficam evidenciados indícios de que parte significativa dos primeiros modernistas brasileiros faz de Belém uma referência para alcançar “a re-descoberta dos brasis contidos no Brasil”.

Nossa cidade sorvia, portanto, na primeira década do século passado, os goles do enriquecimento dos barões da borracha: Belém era a Paris d’América. Nosso contato com o eixo Rio/São Paulo era quase inexistente. Nossa comunicação se dava – freqüentemente – com Lisboa, Liverpool, Paris. Até a década de 50, fomos, de certo modo, esnobes em relação a isso. Sermos isolados até certo ponto era motivo de orgulho, ufanismo, bairrismo.

Mas como ia dizendo, a juventude belemense, sem identificar suas inquietações como modernista-paulistas, era já moderna, pois não dispensava as reuniões intelectuais do Café Central e do terraço do Grande Hotel. Já tínhamos em Belém a organização cultural expressa através da revista *Efémeris*, ou da Academia ao Ar Livre. Ambos, no entanto, não tinham ligações expressas com os modernistas de São Paulo.

Em 1919, Francisco Lopes funda a revista *A Guajarina*, um órgão que colabora para o amadurecimento das metamorfoses culturais. Peregrino Júnior, Osvaldo Orico, Bruno de Menezes, Adalcinda Camarão, Francisco Paulo Mendes e Machado Coelho, para declinar apenas alguns nomes, foram colaboradores dessa revista que teve vida até 1937. A própria *Belém Nova*, que viria a tornar-se órgão oficial do Modernismo paraense, só assumiu-se como tal em 1924, quando Bruno de Menezes convida o professor Joaquim Inojosa para depor à revista sobre as inquietações do novo estilo em Pernambuco. Destaque-se que um dos colaboradores do periódico

foi o gaúcho Raul Bopp. Estávamos em maio de 1924. E se via consagrada a responsabilidade direta do grupo pernambucano de Inojosa para a introdução do Pará no Modernismo.

Mas como disse, aos que optam por tirar de Bruno de Menezes os méritos de iniciador do Modernismo em nosso estado, vale lembrar que se *Bailado Lunar* é uma obra de certo modo contagiada ainda por um discurso formal e cerimonioso, um tanto parnasiano-simbolista, apresenta já uma configuração temática moderna. Poemas como “As Chapeleirinhas” e “Filmando” (vide anexo a este artigo) atestam conquistas inovadoras. Vejamos. Bruno, em “As Chapeleirinhas”, configura o processo de produção semi-industrial na confecção dos chapéus, produto do glamour da elite belemense. A trabalhadora, explorada pelo patrão, mesmo na penumbra, trabalha e sangra os dedinhos, tudo para cumprir sua faina. E, percebe-se, a modernidade aponta para a mulher situada no mercado de trabalho, antecipando o atual desempenho do ser feminino na sociedade economicamente ativa da contemporaneidade.

“Filmando”, por sua vez, denota o flerte, a paquera no cinema, e eis que a sétima arte configura-se como uma das mais fascinantes conquistas da modernidade, e faz parte já do cenário literário local. Mas, chama-nos mesmo a atenção o poema “Passaste”. O flâneur descobre, na multidão, a mulher de seu desejo, e ao tentar fixá-la com os olhos, acaba por perdê-la, pois a mesma dilui-se no burburinho: “(...) Foi-se teu vulto esplendoroso (...)”. Trata-se de uma versão amazônica do flaneurismo baudelairiano, similar “À Outra Passante”, n’*As Flores do Mal*. Teria, Bruno de Menezes, tido acesso ao estudo de Walter Benjamin sobre o flaneurismo? É pouco provável. Mas o francêsismo e o constante esforço de atualização da geração do autor de

Batuque nos fazem crer na sua ânsia de busca do moderno, em que Paris nos era, na Amazônia, paradigma.

É evidente que *Bailado Lunar*, conforme disse anteriormente, não rompe totalmente com a escola velha. No entanto, afóra a leitura desses poemas, podemos observar a quebra da rigidez métrica, além do conteúdo dos fragmentos que, na “Introdução” do livro, já preparavam o leitor para a nova estética. Entre eles, lê-se: “Obra de pseudos loucos, a Poesia terminou, escandalosamente, enlouquecendo de uma vez (...)”. Vê-se, portanto, que a obra de Menezes insere-se na tradição da modernidade iniciada pelos simbolistas (simbolistas?) franceses.

Fato histórico que contribuiu para a nova estética foi, sem dúvida, a confecção do “Flamin’Açu” (“a grande chama”), de Abgvar Bastos. Este manifesto de autoria do romancista paraense, é divulgado não somente em Belém como também em Manaus e Rio Branco. A partir dele, penso, não há como voltar atrás. Esta arte dos pseudoloucos tinha vindo definitivamente para ficar. Senão vejamos alguns fragmentos da grande chama:

“À Geração que surge!

Mocidade:

É chegada para o Norte

Brasileiro a hora extraordinária de seu levantamento.

Ergamo-nos!

Seja o Pará o baluarte da liberdade nortista!

Cangloremos trompas de ouro para o rebate da ressurreição! (...)

O Sul, propositadamente, se esquece de nós.

A Literatura Equatorial é uma história de mitologia que se anda a contar nos corredores da Academia Brasileira.

O Norte tem poder, tem força, tem filhos guerreiros e filhos altruístas!

O Norte tem seus gênios, os seus

estetas, os seus cientistas, os seus filósofos!

O Norte é dinâmica! É Temperamento! É vibração! É intelectualidade!

Ergamo-nos! (...)

Criemos a Academia Brasileira do Norte!

Publiquem-se livros!

Movimentemos as estantes.

Que Bahia, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba, /Ceará, Maranhão, Amazonas se unam, se fraternizem no apoio da nossa Renascença (...)

(Meira *et alii*. *Introdução à Literatura no Pará*. Belém: Cejup. 1990).

Embora com um certo exagero bairrista, o manifesto faz justiça e mexe com os brios nortistas (aqui norte e nordeste irmanados), espantando qualquer possibilidade de subserviência à arte importada. “Flamin’ Açu”, penso, merece um estudo à parte na história do modernismo brasileiro.

Na minha opinião, entretanto, passados hoje mais de setenta anos, o Modernismo somente se instaura definitivamente na literatura brasileira de expressão amazônica com *Batuque*, livro de poemas que faz exalar gritos, cheiros e cores afro-amazônicas. Bruno é, a meu ver, nosso primeiro modernista, não somente pelo estudo de seus textos literários (o que já constituiria elemento suficiente), mas também devido a seu engajamento na vida cultural da região amazônica, além, lógico, da participação política do poeta no sindicalismo trabalhista.

Se, temos Bruno de Menezes como iniciador do Modernismo paraense, também é verdade que a ânsia de redescoberta dos brasis brasileiros pelos modernistas paulistas, sobretudo os da primeira geração, vai fazer acender *spot-lights* sobre a Amazônia. E a cidade de Belém, devido à sua localização e referência cultural, acabou constituindo-se numa das capitais do

Modernismo brasileiro; a capital, eu diria, temático-afetiva da primeira fase. Pode parecer ao leitor que exagero. Mas vamos aos fatos.

Sabemos que o cânone histórico-literário quase sempre se esquece de escutar as diversas vozes da Amazônia no contexto da cultura nacional. Aquela Amazônia exótica (das ancondas e jacarés, índios comprando ternos nos centros comerciais), superficial, portanto, não consegue eco na obra de três dos mais essenciais modernistas brasileiros: Raul Bopp, Manuel Bandeira, Mário de Andrade.

Bopp, gaúcho de nascimento, fixa residência em Belém. Ele estuda na Faculdade de Direito do Largo da Trindade (onde atualmente funciona a OAB/PA); frequenta os círculos intelectuais do Largo da Pólvora, do Café Central e do Grande Hotel. Na Amazônia, ele pesquisou e, provavelmente, esboçou alguns de seus trabalhos mais significativos. Da capital do Pará, ele partiu à cata de histórias e lendas, causos e provocações temáticas: conheceu Macapá, Marzagão, Bragança, Marajó, São Luís e as Guianas. Certamente, Bopp fez o que as autoridades dificilmente conseguem nos dias de hoje: divulgar o Pará para o restante do Brasil. Atento, o gaúcho pesquisa, anota, e re-elabora o mito amazônico e o resultado disso se vê, principalmente, em *Cobra Norato*. Neste poema, devem se ressaltar as referências a uma Belém mítica: a Boiúna, ao tentar capturar Norato, é enganada pelos seres da floresta, e fica presa no cano da Sé de Belém. Por isso, – imagina o leitor mais atento –, até hoje, a imagem de Nossa Senhora, situada no frontão da fachada da secular igreja, pisa na cabeça da cobra.

Embora não se tenha certeza disso, Bopp, provavelmente, influenciou a visita de Manuel Bandeira ao Pará. Bandeira escreve páginas interessan-

tíssimas sobre o Pará; dentre elas, o antológico “Belém do Pará”:

“Bembelelem/ viva Belém!/ Nortista gostosa/ eu te quero bem (...)

Cidade pomar (obrigou a polícia a classificar um tipo novo de delinqüente: o apedrejador de mangueiras.) (...)

Me obrigará a novas saudades Das velas encarnadas Verdes

Azuis

Da doca do Ver-o-Peso

Nunca mais

E foi pra me consolar mais tarde Que inventei esta

Bembelelem

Viva Belém!

Nortista gostosa

Eu te quero bem.”

Ou, ainda, a quadra:

“Atirei um céu aberto na janela de meu bem Caí na Lapa, um deserto, Pará, capital Belém”.

Bandeira, por sua vez, é o interlocutor privilegiado de Mário de Andrade, o turista-aprendiz, quando da viagem deste à Amazônia. E é sobre os respingos dessa viagem do papa do Modernismo brasileiro, que falaremos adiante.

Em Santa Maria de Belém do Grão Pará

Considero Mário de Andrade um dos mais extraordinários intelectuais brasileiros do século XX. Autor de uma obra de altíssimo valor estético, dono de um sólido saber clássico; musicista, professor, poeta, romancista, folclorista, Mário de Andrade tinha tudo para permanecer em seu escritório, à rua Lopes Chaves, poderia ficar enlaçado no intelectualizado etnocentrismo paulistano, teorizando, apenas teorizando, as manifestações culturais do Brasil.

Mas ele, financiado por dona Olívia Penteado, baronesa do café paulista, sobe o Brasil, e, para nosso deleite, apaixonou-se por Belém. Obras como *O Turista Aprendiz* e *Cartas a Manuel Bandeira* atestam esse encantamento pela capital do Pará. Arrisco-me a dizer, inclusive, que o Modernismo marioandradiano não seria o mesmo sem a viagem à Amazônia, que marcou decisivamente parte de sua obra.

Retomando a temática da Belém de Mário, vale ler um trecho da *Moda do Alegre Porto*:

“Mangueiras mangueiras palmares palmares

E a barbadianinha que ficou por lá
ôh alegre porto
Belém do Pará”

Ou ainda na célebre *Carta a Manuel Bandeira*:

“Belém eu desejo com dor, desejo como quem

deseja sexualmente, palavra (...)
Quero Belém

como se quer um amor. É inconcebível o amor que Belém despertou em mim...”

Mário, tão fielmente amoroso à sua Paulicéia, descobriu-se repentinamente marcado pela sedução malaio-equatorial e lusitana de Santa Maria de Belém do Grão Pará. E isto acabou sendo transfigurado em textos.

Há, certamente, um capítulo novo a escrever sobre a estada de Mário de Andrade entre nós. Várias lacunas pairam sobre nossas cabeças. Quais, por exemplo, os contatos intelectuais que teve aqui? Que fontes de referência ele sorveu? Infelizmente Ruy Paranaatinga foi visitar a constelação da Ursa Maior antes de concluir suas pesquisas, mas fica o incentivo para que as gerações futuras levem adiante esse tema.

Vê-se que impulsionados tanto pela inteligência local quanto por aqueles que, visitando a cidade, bebem no poço da influência amazônica, ficam

instaurados, definitivamente, sólidos pilares, que sustentam, na contemporaneidade, obras de forte poder expressivo, tanto na poesia quanto na prosa de ficção da literatura brasileira de expressão amazônica, que têm Belém do Pará como referência. É o caso, por exemplo, da prosa do Extremo Norte, de Dalcídio Jurandir (um dos mais fascinantes prosadores da atual América Latina), ou a poesia de Max Martins; seguramente, um dos dez maiores poetas brasileiros em atividade.

Portanto, a Belém das três primeiras décadas do século XX abre espaço para o surgimento de uma literatura madura, ainda por ser redescoberta pelas novas gerações do restante do Brasil.

Benditos sejam os ventos modernistas! 

Paulo Nunes é mestre em Letras, professor da Universidade da Amazônia (Belém do Pará); e autor (com Josse Fares) de *Pedras de Encantaria: dois estudos amazônicos* (Ed. Unama, Belém, 2000).

Poemas de Bruno de Menezes

(in *Bailado Lunar*, 1924)

Chapeleirinhas

Chapeleirinhas pobretãs dos olhos mansos:

*É dessas mãos habilidosas
a talharem sem descansos
dando vida às plumas, colorindo as rosas,*

*que saem esses chapéus ultra elegantes
da menina leviana e da mulher “coquete”.*

*Trabalham tanto as chapeleirinhas, pobrezinhas.
Sangram os dedos, cansam a vista
à luz do dia, à luz das lâmpadas cegantes,
fazendo voar asas inertes de andorinhas,
a completar com um chapéu lindo uma “toilette”.*

*Chapeleirinhas! As mulheres elegantes
se isto soubessem nem queriam dar na vista.
É uma heroína a minha pobre “midinette”.*

Passaste

*Linda sombrinha.
Dentro do parque luminoso
Teu vulto vinha
Esplendoroso.
Num chafariz onde um tritão nadava esperto
Um lírio de água se esfolhava, cristalino.*

*Eras tu mesma. Estou bem certo
Que eras tu
Neste teu porte peregrino
E o colo nu.*

*Toda de verde, o riso em festa,
O olhar em brilhos
Passaste, soberana, em ar de Vesta.
E eu fui a folha laminada em mil vidrilhos
Que tu pisaste neste parque luminoso...*

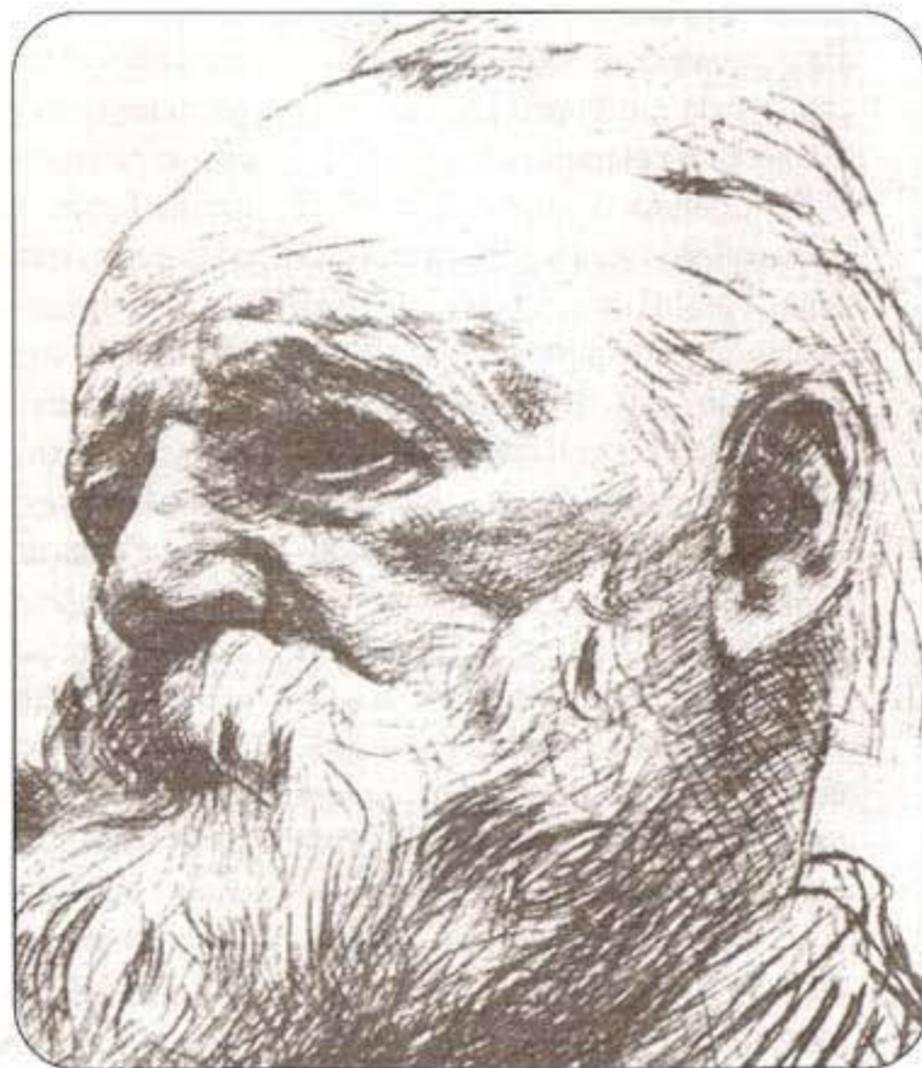
*Vejo tombando
O lírio líquido em desfolhos.
A água secou... Foi-se o teu vulto esplendoroso.*

*Chora uma fonte gotejando
Nos meus olhos.*

Vida de um gigante – 200º aniversário do nascimento de Victor Hugo

Manoel de Lencastre

Conhecer o grande escritor francês é entender melhor a Humanidade, e resistir com mais convicção ao banditismo que ergue bandeiras em nossa época



Victor Marie Hugo era um jovem contestador que no período de 1828 a 1834 adorava tiradas antiburguesas. Mas ganhou a amizade da duquesa e do duque de Orléans e aproximou-se das posições políticas conservadoras e dos interesses da corte. Louis Philippe fê-lo par de França, em 1845. Todavia, os acontecimentos de

1848 (revolução do proletariado parisiense) – e até 1851 –, obrigaram-no a uma séria reflexão. Sentiu-se torturado pela grande questão da miséria. E concluiu que à bancada parlamentar direita, em que se incluía, apenas interessava o reforço das medidas policiais e repressivas em geral, contra os trabalhadores e os pobres.

EM 9 DE janeiro de 1852, por ter se colocado a favor da resistência ao golpe de Estado bonapartista, o seu nome foi feito entrar no rol dos proscritos. A ditadura forçou-o ao exílio enquanto Louis Napoleão Bonaparte (Napoleão III) estivesse no poder. Este fora proclamado imperador dos franceses. Victor Hugo, assim, conheceu 18 anos de vida no exílio (ilhas de Jersey e Guernesey, no Canal da Mancha). Mas regressou a Paris quando a República foi reimplantada e o império bonapartista conheceu o colapso.

Da Comuna de Paris (18/3/1871) disse ter sido “uma boa coisa, mas mal feita”, posto que as suas reservas quanto ao movimento operário e de libertação dos trabalhadores não seriam facilmente feitas desaparecer. Victor Hugo nunca se afastaria, totalmente, dos condicionantes nascidos com a sua origem de classe. No entanto, durante a semana sangrenta em que a Comuna foi destruída e os seus defensores assassinados em circunstâncias terríveis, mostrou-se à altura da sua própria grandeza dando a cara a favor dos “communards”. Quando o chamado “partido da ordem”, chefiado por Thiers e apoiado pelos alemães, iniciou a semana sangrenta (de 21 a 28 de maio de 1871) que enlutou a França democrática e manchou o nome do país, Victor Hugo deu concretas provas do seu indesmentível humanismo. Colocou a sua casa de Bruxelas à disposição de refugiados “communards” vencidos. Por isso, foi expulso da cidade pelo governo belga. Então, o ódio da imprensa reacionária francesa contra o homem de coração que Victor Hugo era, atingiu a mais inadmissível expressão.

A terceira República, surgida após a Comuna com Thiers na chefia do Executivo, permitiu-lhe o regresso a Paris, mas Victor Hugo – ainda que

dele não se pudesse dizer que tivesse abraçado a causa do socialismo – não era já o homem que havia encarado com passividade a chamada ordem das coisas segundo os interesses estabelecidos. Ficaria na História da Literatura como um dos seus mais raros vultos, como o mestre do romantismo francês, aquele que amou os simples, que os compreendeu e sempre defendeu. Victor Hugo, assim, abraçou as causas do homem angustiado do seu tempo e fez campanhas vibrantes tanto na literatura como no campo parlamentar e fora dele – essas causas foram, principalmente, as da educação e da melhoria das condições que se exigiam ao sexo feminino, da liberdade de expressão, da República laica, tolerante e solidária; simultaneamente, manifestou-se sem vacilações contra a exploração das crianças, contra a arma do exílio político e pela abolição da pena de morte.

Falava, freqüentemente, dos direitos da criança e dos sofrimentos das mulheres. As suas lutas, em grande parte, são as nossas, de agora, quando o século XXI já está em marcha – o que demonstra o quanto o progresso social tem sido lento e sendo atrasado constantemente pelos interesses que continuam a tirar benefícios da exploração.

História

Um homem como Victor Hugo não poderia escrever a sua obra ou sequer viver se não estivesse de olhos bem abertos sobre a cena histórica do seu tempo. O panfleto “Napoléon, le petit”, para além de acentuar o caráter minúsculo do visado Napoleão III, engrandecia a memória do outro, o único Napoleão que, na realidade, existiu e cuja sombra se espalhava, ainda, sobre a realidade francesa da época do autor de *O Homem que ri*.

Ao descrever a batalha de Waterloo

em algumas dezenas das suas mais memoráveis páginas (*Os Miseráveis*), Victor Hugo demonstra, magistralmente, a sua compreensão dos fatos que decidiram aquele histórico conflito, o que nem sempre tem acontecido com alguns dos mais reputados historiadores.

Waterloo, com efeito, aparece registrada na História como a grande vitória da Inglaterra cujo exército era comandado por Sir Arthur Wellesley (duque de Wellington), o vencedor da Guerra Peninsular, que, em grande parte e nos seus mais decisivos momentos, fora travada no empapado (de sangue e lágrimas) solo português. Mas, a verdade é que às seis horas da tarde, Wellington olhava o relógio, ansiosamente, e admitia ter a batalha perdida. Do outro lado, Napoleão considerava que a situação parecia mostrar-se-lhe favorável. Mas o destino traria Blücher àquelas paragens já no cair da tarde.

Evidentemente, sempre havíamos gostado de sublinhar que os ingleses venceram em Waterloo. Até o dia em que lemos *Os Miseráveis* e nos vimos forçados a aceitar a descrição inesquecível que Victor Hugo nos deixou. Não foi por acaso que os ingleses ofereceram a Blücher uma das mais espetaculares recepções jamais vista em Londres. A verdade é que,

*Victor Hugo abraçou
as causas do homem
angustiado e fez
campanhas vibrantes
tanto na literatura
como no campo
parlamentar*

ao dar-lhes a vitória em Waterloo, o general prussiano entregou-lhes o domínio do mundo.

Os Miseráveis: mensagem humanista

Em toda a obra literária de Victor Marie Hugo há uma mensagem de fundo humano, talvez única. No romance *Os Miseráveis* (começado a ser redigido em 1845 e só terminado em 1861; mas publicado logo no ano seguinte) o escritor eleva-se a um patamar raras vezes atingido por qualquer dos principais mestres das letras universais. Victor Hugo conduz-nos, como leitores, à situação social chocante da França que emergiu depois da derrota de Napoleão em Waterloo. Choca-nos, na sua descrição dos acontecimentos que expõem todas as facetas da alma humana, quando o conflito a incendeia. Em *Os Miseráveis*, o conflito é permanente.

Pegar neste romance é tirar um curso das mil facetas do sentir dos homens, é aprender a conhecê-los, na sua cobardia e na sua grandeza, na sua capacidade para sofrer, mas também para ferir, na sua ambição, na sua generosidade e na sua fraqueza perante valores materiais, na sua ignorância, na sua quase impossibilidade de fugir ao chamamento individualista que o martiriza desde o princípio da grande aventura no mundo.

O cadastrado Jean Valjean possuía qualidades que ele próprio desconhecia. Mas à saída do presídio ainda não passava de uma fera que o sistema prisional esperava que regressasse com novos crimes às costas. Entretanto, o bispo que recusa denunciá-lo pelo furto de dois candelabros de prata e acaba por oferecê-los para afugentar esforços policiais, surge-lhe no caminho como homem de Deus, dá-lhe uma lição de solidariedade e

trata-o como filho. Logo aqui, Victor Hugo demonstra o seu apego ao que tem como grandes valores da alma humana – essencialmente, quando ela se reduz perante a superioridade de um gesto generoso e desinteressado.

Valjean, diminuído e engrandecido pela ação do bispo que o salvou, partiu para novas paragens onde acabaria por encontrar-se na situação de homem industrial que, evidentemente, não podia deixar de explorar os operários que o serviam. Também aqui, Victor Hugo foge ao conflito de classes e, fiel a si próprio, dá-nos a imagem bondosa e solidária de um bom patrão que, tendo sofrido, sabia avaliar as dores que vinham de fora, mas ignorava aquelas que se criavam no interior da sua própria fábrica. Porém, desolado perante o drama de uma das suas operárias que recorre à prostituição para tentar defender e sustentar a criança de que é mãe (Cosette), decide salvar essa criança, mas já não vai a tempo de impedir a morte da mãe.

A justiça, entretanto, persegue-o. Javert, o inflexível e persistente agente policial, desconfia daquele que é, agora, “Maire” da autarquia local. Para este, entretanto, tudo o que importa é a salvação de Cosette que a mãe confiara à guarda do casal Thenardier. Estes são simplesmente escroques que escravizam a pequenina e a forçam a trabalhos impróprios para a sua tenra idade. Possuem relíquias do campo de batalha de Waterloo onde se apropriaram de despojos e não hesitaram em saquear os bolsos dos soldados mortos. Apercebendo-se da “qualidade” dos Thenardier, o “Maire” resgata Cosette contra uma soma importante, mas cria novos inimigos. Decide, então, aproveitando a considerável fortuna que já possui, reentrar em fuga e iludir Javert

que nunca deixa de persegui-lo.

Para Victor Hugo, o homem que decide fazer o bem quando outros não recuam no intuito de fazer-lhe mal, tem de ser uma figura poderosa. O verdadeiro Jean Valjean nunca seria capaz de arrostar com as trágicas situações que lhe surgiram se, efetivamente, não possuísse riqueza. Aqui, Victor Hugo mostra-se cativo da ambição que vive um pouco em todos nós – sermos poderosos para defendermos os que não podem fazê-lo por si próprios. Para criar Cosette e dela fazer uma “menina”, o ex-forçado recorre a novas identidades e a meios de fortuna sempre abundantes.

Mas Cosette descobriria o amor em Marius, um jovem oriundo de famílias aristocráticas que, entretanto, não era estranho aos meios revolucionários parisienses. Ao descobrir que o amor de Cosette não podia ser combatido, Valjean, apesar da presença de Javert, vai retirar Marius das barricadas e transporta-o, bastante ferido, através dos esgotos de Paris conseguindo, a grande custo, iludir o sempre inflexível agente. É nestas circunstâncias que surge a figura do pequeno parisiense, Gavroche, figura iniludível de rapaz das ruas que está com a revolução e por ela morre com um sorriso nos lábios. Na descrição de Gavroche e das condições em que existe, Victor Hugo demonstra com toda clareza e com rara imponência o seu amor à humanidade e à cidade de Paris.

Evidentemente, Javert acaba por convencer-se de que toda a sua perseguição de décadas não passa de um crime contra “um homem de Deus” e suicida-se. Jean Valjean morre com Marius e Cosette junto a si. Mas os candelabros sobrevivem a todo o drama.

Este artigo foi publicado originalmente no jornal *Avante!*, do Partido Comunista Português (PCP).

Psicologia social e marxismo

Flávia Asbahr

Em agosto de 2001 foi realizado na Universidade Estadual Paulista (UNESP-Bauru/SP) o Encontro de Psicologia Social Comunitária, cujo tema central foi “Método Materialista Histórico Dialético”. O evento foi organizado pelo núcleo da Associação Brasileira de Psicologia Social e teve como objetivos analisar a atualidade da teoria marxiana na sociedade contemporânea; refletir sobre o método materialista histórico dialético e a correspondente metodologia de pesquisa em Psicologia; criar espaço para o debate sobre a Psicologia Social Comunitária no mundo contemporâneo; discutir as possibilidades de atuação do psicólogo envolvido com a comunidade; e possibilitar o relato de experiências dos profissionais de Psicologia que utilizam o método materialista histórico dialético.

O próximo encontro acontecerá em agosto de 2002 e terá como tema central a transformação – transformar o que, para quem e como. Ele reunirá membros de movimentos sociais e teóricos de diversas áreas de conhecimento.

No início da década de 70, a Psicologia Social na América Latina passa pelo que chamamos de “crise de relevância”, tanto em relação a seus aspectos teóricos como metodológicos. As ditaduras mili-

tares e conseqüentes opressões e injustiças sociais em que vivia o povo latino-americano serviam de base para o questionamento do papel da pesquisa em Psicologia Social.

SILVIA Lane (1995) comenta: “Ela (psicologia social), que se apresentava na década de 50 como o ramo da Psicologia que contribuiria para resolver os grandes problemas da humanidade, parecia a nós, neste período, que apenas subsidiava a opressão, a manipulação política, a manutenção do status quo” (p. 68).

Nesse momento, questionava-se como a Psicologia Social poderia dar subsídios à transformação social; e buscava-se novas metodologias de pesquisa que compreendessem o indivíduo em sua totalidade, situado historicamente e, dessa forma, multi-determinado.

Essa preocupação estava presente em diversos países da América Latina e, na década de 80, a Psicologia Social se colocava o desafio da indissociabilidade entre teoria e prática, ou seja, deveria avançar na sistematização teórica e, “conseqüentemente, produzir efeitos práticos ou então se desenvolver numa prática que redundaria numa sistematização teórica”. (Lane, 1995, p.71)

A questão da prática e do compromisso político, voltados a uma atuação transformadora, permeava as experiências em Psicologia Comunitária. Mas uma sistematização teórica ainda estava por se fazer.

No final da década de 70 e início da década de 80, os psicólogos sociais latino-americanos depararam-

se com as obras de Lev Vigotski e seus continuadores Alexis Leontiev, Alexander Luria e todo um grupo de psicólogos soviéticos que haviam sofrido a repressão stalinista.

Esses autores que viveram na ex-URSS do começo do século XX, par-tem da teoria marxista para a construção de uma nova psicologia. As mudanças econômicas e políticas provocadas pela revolução russa de 1917 influenciaram em muito a obra desse grupo em que Vigotski destacava-se como líder intelectual. Sua formação ampla (filosofia, história, literatura, estética, semiologia, direito, lingüística, medicina, pedagogia e psicologia) e seu profundo conhecimento sobre a história da Psicologia, não só da antiga Rússia, mas também do mundo, permitiram-lhe a compreensão e a síntese do panorama da ciência psicológica no final do século XIX.

Vigotski identificou e buscou compreender o que chamou de crise da Psicologia. O autor, ao vislumbrar as diversas tentativas reducionistas de explicação do fenômeno psicológico e a incapacidade destas de formular uma Psicologia Geral, defendeu a tese “de que a crise da Psicologia caracterizava-se, fundamentalmente, por uma crise metodológica que só poderia ser superada por meio de uma metodologia científica com embasamento na história” (Molon, 1999, p. 45). Para

ele, tanto as concepções idealistas como as mecanicistas não davam conta de explicar o fenômeno psicológico em sua totalidade.

Luria (1988) faz uma referência a esse período de grande efervescência cultural e intelectual: “Nosso propósito, superambicioso como tudo na época, era criar um novo modo, mais abrangente, de estudar os processos psicológicos humanos” (p. 22).

Vigotski buscou resolver os problemas epistemológicos e metodológicos propondo uma Psicologia de base marxista. “Para Vigotski, a apropriação legítima do marxismo pela Psicologia não se dava de forma direta, mas mediada. Por meio do conhecimento do método de Marx, Vigotski construiu uma ciência psicológica, entretanto jamais buscou a Psicologia no marxismo ou na aderência de marxismo e Psicologia” (Molon, 1999, p. 49).

Deve-se ter claro que o sistema categorial e o caráter do conhecimento na filosofia e na ciência são diferentes. Assim, não é viável e nem suficiente sobrepor os postulados filosóficos aos dados científicos (Shuare, 1990); e, portanto, não sendo possível simplesmente apropriar-se dos conceitos marxistas e usá-los diretamente na ciência psicológica.

Dessa forma, Shuare (1990) analisa as principais contribuições da filosofia materialista dialética à psicolo-

gia sócio-histórica (também conhecida como psicologia soviética, psicologia histórico-cultural ou psicologia histórico-crítica) e nos aponta alguns elementos:

□ a concepção materialista da dialética: em vista da complexidade dos fenômenos estudados pela Psicologia, o método materialista dialético tem uma aplicação fundamental no entendimento dos fenômenos humanos. A investigação psicológica deve recorrer a princípios da dialética, tais como vinculação e interdependência dos fenômenos, origem multideterminada e constante luta de contrários;

□ a teoria do reflexo, que não pode ser confundida com a teoria dos reflexos condicionados de Pavlov, é o pressuposto básico da teoria do conhecimento e postula dois princípios fundamentais: a subjetivação do objetivo e a objetivação do subjetivo. É a partir da interação ativa com o mundo que os homens constroem sua subjetividade;

□ a categoria da atividade: a atividade prática sensível, a práxis como atividade produtora intencional é o que fundamentalmente nos distingue dos animais e pode-se caracterizar enquanto determinante da essência humana, já que possibilita o desenvolvimento da cultura;

□ a natureza social do homem, “cujo reconhecimento implica tomar o homem como produto e produtor das relações sociais historicamente construídas pela humanidade (...)” (Tanamachi, 1997, p. 75).

Neste sentido, o materialismo histórico dialético e os pressupostos explicitados, aqui, serviram de guia epistemológico para a psicologia de Vigotski; e, na década de 80, essa psicologia aponta alguns caminhos à psicologia social, que se apropria do

método materialista histórico dialético, pois este vai ao encontro de duas grandes questões que os psicólogos colocavam à sua ciência: a necessidade de indissociabilidade entre teoria e prática e o compromisso político que deveria permear as atuações profissionais.

Como a psicologia proposta por Vigotski não é uma mera sobreposição da teoria marxista à psicologia, e sim a construção de uma nova psicologia, faremos uma breve conceituação da psicologia sócio-histórica.

A Psicologia proposta por Vigotski

A partir da concepção marxista de Homem e de mundo, Vigotski, e seus companheiros Luria e Leontiev, buscam redefinir o método de compreensão do fenômeno humano a ser pesquisado pela psicologia.

“A tarefa diante da qual colocavam-se estes estudiosos soviéticos era a criação de um novo sistema, que fizesse a síntese dos trabalhos anteriormente citados e os superasse (...)” (Tanamachi, 1997, p. 92).

Essas preocupações os levaram a pesquisar as formas superiores de comportamento, tais como linguagem, memória, atenção, pensamento, e a entendê-las a partir das relações sociais que o indivíduo estabelece com o mundo. “Segundo sua proposta, o objetivo da Psicologia é, portanto, a investigação da origem e do curso do desenvolvimento do comportamento e da consciência” (Tanamachi, 1997, p. 92).

Vigotski buscou compreender os fenômenos psicológicos enquanto “mediações entre a história social e a vida concreta dos indivíduos” (Meira, 2000, p. 50). Essas mediações ocorrem através da atividade prática humana, pois ao produzir suas formas de subsistência, indire-

tamente o Homem se autoproduz.

Os produtos da atividade humana são sempre coletivos na medida em que só adquirem um significado a partir da vivência social, que é mediada pela linguagem. Por isso não é possível falar de natureza humana como algo a priori, universal e abstrato. É na realidade concreta que nossas subjetividades são constituídas e, portanto, o que existe, em oposição à idéia de essência humana é a condição humana.

A transmissão e assimilação da cultura são pontos essenciais da psicologia sócio-histórica. Os produtos da atividade humana transformam-se em patrimônio da humanidade na forma de cultura. “Assim, a aprendizagem é alçada à posição de extrema importância, já que é o processo de apropriação da experiência acumulada pelo gênero humano no decurso da história social que permite a cada homem a aquisição das qualidades, capacidades e características humanas formadas historicamente e a criação contínua de novas aptidões e funções psíquicas” (Meira, 2000, p. 51).

Ao introduzir a questão da atividade prática na constituição da subjetividade humana, a Psicologia sócio-histórica pôde compreender o homem enquanto ser ativo, social e histórico. Entendendo o Homem em sua totalidade sócio-histórica e o papel da atividade humana na constituição de subjetividade, a Psicologia crítica enfatiza as possibilidades de transformação por meio da ação dos indivíduos.

A preocupação em construir uma nova abordagem científica levou os psicólogos soviéticos a criarem novos métodos de investigação e análise. Para Vigotski, “o desenvolvimento psicológico dos homens é parte do desenvolvimento histórico

grat de nossa espécie e assim deve ser entendido. A acritação deve propozição significa termos que encontrar uma nova metodologia para a experimentação psicológica" (1988b, p. 69).

A partir das leis da dialética, Vigotski (1988a) propõe alguns princípios necessários à investigação das funções psicológicas superiores:

□ Analisar processos e não objetos ou processos psicológicos, em virtude de sua complexidade, sótemo enquanto mudanças. Cabe ao pesquisador investigar e compreender como determinadas funções devem sobre-se na história do indivíduo.

□ Explicação versus descrição: ao invés de descrever um fenômeno, como as ciências positivistas o fazem, a psicologia histórica-cultural precisa compreendê-lo em sua totalidade, em sua totalidade.

□ O problema de "comportamento finalizado" são os comportamentos orientados em necessidades, que se desviam da vida perdendo sua origem e sua finalidade própria, nada são além sobre sua natureza interna. Para que possamos compreender esses comportamentos é necessário pesquisar como eles foram constituídos, ou seja, fazer um levantamento da história de comportamentos. Para tanto, deve-se estudar os processos em mudança.

A partir desses princípios, Vigotski e seus colaboradores conclamam:

□ A relação pessoa-meio-linguagem e o problema da comunicação. A linguagem enquanto função psicológica superior é primariamente social, resultado da relação entre as pessoas (criança e os adultos), para depois ser interiorizada, como resultado da ação do próprio indivíduo, transformando-se em um instrumento regulador do comportamento. A ação do

indivíduo passa a ser mediada pela linguagem.

□ A relação entre aprendizagem e desenvolvimento. Para Vigotski o desenvolvimento é um processo dinâmico em que se alteram condições de relativa estabilidade e períodos de mudança radical – os ritos, entendidos como positivos, já que modificam velhas relações e abrem espaço para a criação de novas possibilidades.

Entendendo o desenvolvimento enquanto processo dinâmico pode-se compreender o conceito de Zona de desenvolvimento proximal. Para Vigotski (1988a) existe o nível de desenvolvimento real ou atual e a Zona de desenvolvimento proximal correspondente a certas atividades que a criança ainda não consegue realizar sozinha, mas consegue com a ajuda de outra pessoa. Citando Vigotski (1988a): "O que a criança pode fazer hoje com o auxílio dos adultos poderá fazê-lo amanhã por si só. A área de desenvolvimento potencial permite-nos, pois, determinar os futuros passos da criança e a dinâmica de seu desenvolvimento e examinar não só o que o desenvolvimento já produziu, mas também o que produzirá no processo de maturação" (p. 113).

□ A consciência e os sentidos. Para Vigotski a consciência humana deve ser estudada como função, o que restaria algumas resoluções da psicologia tradicional que a considera substância, princípio explicativo.

A atividade humana é o plano que dá origem à consciência. A linguagem tem papel essencial na formação da consciência, já que é através dela que o homem pode transmitir suas representações de uma geração a outra, pode refletir sobre o mundo que o cria e, ao fazê-lo, pode estruturar sua consciência.

Vigotski e outros (com o apoio de Igor Moskovic) em: *Handbook of International Psychology* (1995).

Referências Bibliográficas

- ESKOLNITA, I.E. *Crise do marxismo e a transformação psi-moderna*. São Paulo, Cortez, 1987.
- GONÇALVES, M. G. M. D. *Estudo de um grupo interdisciplinar brasileiro dialético*. In: ANAIS do V Encontro de Psicologia Social Comunitária - ABRAPSO/Branco, agosto, 2001.
- LANE, S. *Avanços da Psicologia Social no América Latina*. de SARRADA, J.R. (org.). *Temas centrais da Psicologia Social*. São Paulo: EDUC/Brasília, 1995, p. 67-82.
- LURIA, A.R. VIGOTSKI, LE. VIGOTSKI, L.S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A.N. *Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem*. São Paulo, Ed. Cosac, 1986, p. 27-32.
- MORA, M.E.M. *Psicologia (socio)-Psicanálise crítica e política profeminista*. de TANABACHO E, PIGNON-CA, M.; RICHIA, M. (orgs.) *Psicologia e Educação*. São Paulo, Ed. Casa de Psicologia, 2001, p. 34-51.
- SKOLN, S. *Intelectualidade e consciência: um estudo em Vigotski*. São Paulo: EDUC, 1998.
- SHARPE, M. *La Psicología Sociocultural en la vida*. México, Editorial Progresso, 1980.
- TANABACHO, E. R. *Uma crítica de Educação e de Psicologia alternativa para a construção de uma visão crítica de Psicologia Escolar*. Marília, 1997. *Teia de Internet*.
- VIGOTSKI, L. S. *Aprendizagem e desenvolvimento intelectual no nível superior*. de VIGOTSKI, L.S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A.N. *Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem*. São Paulo, Ed. Cosac, 1986, p. 105-117.
- VIGOTSKI, L.S. *Formação social do mente*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1988.

A Guerrilha do Araguaia faz 30 anos

Uma epopéia pela liberdade: Guerrilha do Araguaia – 30 anos (1972-2002), João Amazonas et alli, São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 2002, 72 p.

Uma epopéia pela liberdade: Guerrilha do Araguaia – 30 anos, com textos de João Amazonas, Luiz Carlos Antero e Eumano Silva, é o novo lançamento da Editora Anita Garibaldi. O livro comemora os 30 anos da Guerrilha do Araguaia (1972-2002) e coloca à disposição dos leitores mais elementos para contribuir com a reflexão sobre a luta do nosso povo – com especial significado neste ano decisivo para conquistarmos um novo rumo para o Brasil.

No dia 12 de abril de 2002 se completou trinta anos do início dos combates no movimento que levantou o brado pela liberdade e pela democracia e entrou para a história como a Guerrilha do Araguaia. De uma fase em que este fato ficou obscurecido pelas forças da repressão e sua historiografia oficial, a Guerrilha do Araguaia tem aparecido cada vez mais nas páginas da imprensa, em publicações, nas provas de vestibular das universidades e até no cinema. A Guerrilha desperta o interesse em jornalistas, pesquisadores e historiadores e a admiração no seio dos militantes dos movimentos progressistas. É uma página gloriosa na história das lutas do povo brasileiro, em especial do Partido Comunista do Brasil – que, coincidentemente, está comemorando seus 80 anos neste mesmo ano.

Na juventude brasileira, ela já se tornou uma bandeira – concretizada no refrão “Tarda, mas não falha; aqui está presente a juventude do Araguaia!”, ouvido nas ruas e praças; em manifestações, encontros e congressos, nas escolas e bairros... por todo o país.

Recentemente o eco do programa entoado pelos guerrilheiros comunistas, de latente passou a ser ouvido nas vozes do povo da região da Guerrilha. Os araguaianos perderam o medo antes disseminado pelos resquícios da tirania imposta à força pelo regime militar instaurado em 1964. Lembranças e luta fazem parte da rotina da população dos municípios que abrigaram os



guerrilheiros do PCdoB. Explicitadas em atos, sessões solenes, homenagens, museus, memoriais, nomes de rua, aulas e visitas, que se multiplicam.

Uma epopéia pela liberdade apresenta um depoimento inédito do presidente de honra do PCdoB, João Amazonas, que revela alguns detalhes do cotidiano da vida dos guerrilheiros. Ele evidencia o aprendizado dos militantes comunistas com o povo e a selva do Araguaia. Eumano Silva, jornalista do *Correio Braziliense*, relata a vontade dos moradores da região para fazer ecoar sua visão dos fatos – eles revelam uma profunda

ligação afetiva com os combatentes da Guerrilha. Luiz Carlos Antero, sociólogo e jornalista que esteve visitando a região, descreve historicamente como o Araguaia “ferveu” e analisa como os ideais do movimento ainda estão presentes no povo da região e em todo o país. Além dos textos, o livro apresenta ainda um roteiro de leitura e estudo feito pela pesquisadora Verônica Bercht. Nele, leitores, interessados, estudantes, professores e pesquisadores encontrarão todos os artigos e reportagens publicados por jornais e revistas brasileiras, além do rol de livros disponíveis sobre o tema.

Embora derrotada militarmente por um inimigo infinitamente superior, a Guerrilha do Araguaia alcançou uma vitória política expressiva – tornou-se uma bandeira que simboliza a liberdade e adentrou aos corações e mentes do povo brasileiro!

Edvar Bonotto

Pêidos para

Editora Anita Garibaldi

R. Monsenhor Passalacqua, 158 – Bela Vista

CEP 01323-010 – São Paulo/SP

Telefax: (11) 3266-4312

Endereço eletrônico: anita.garibaldi@uol.com.br

Página: www.anitagaribaldi.com.br

Preço: R\$ 10,00 (desconto especial para pedidos acima de dez exemplares)

100 anos da obra *Que fazer?* de V. I. Lênin

Em março deste ano comemoramos os 100 anos de uma obra fundamental, que, em grande medida, fundamentou teórica e politicamente a constituição do "partido de novo tipo" – o Partido Comunista.

Nos primeiros anos do século passado travou-se uma dura luta política e teórica entre duas alas da social-democracia russa. Uma dirigida por Lênin, e outra denominada economicista, dirigida por Martov. Essa divisão entre a direita e a esquerda social-democrata representou o início de um processo que levaria à grande cisão do movimento socialista internacional, em 1914, dando origem a duas correntes: a social-democrata e a comunista.

Lênin sabia que para construir um partido socialista que pudesse cumprir as tarefas colocadas pela revolução, seria preciso derrotar – em todos os campos – as concepções que negavam a necessidade de uma teoria revolucionária (marxista); da construção de uma sólida e disciplinada organização partidária; e de se colocar no centro da tática e da estratégia socialista a luta política contra a autocracia czarista. A vitória dessas concepções significaria a derrota da revolução russa.

A obra *Que Fazer?* cumpriu o importante papel de demarcar os campos do movimento socialista e foi um duro golpe contra a corrente economicista então predominante no interior da social-democracia russa.

O livro em questão se divide em cinco capítulos. No primeiro põe a nu o verdadeiro sentido das teses que advogavam a "liberdade de crítica" no interior do partido socialista. Esta era uma consigna levantada por aqueles que defendiam a existência de duas linhas políticas antagônicas no interior do partido proletário. A "liberdade de crítica" era a liberdade dos oportunistas continuarem não só defendendo suas opiniões como também aplicando sua política à margem da vontade da maioria do partido, ou seja, a "liberdade de implantar no socialismo as idéias burguesas".

Lênin defendeu com energia a necessidade da teoria revolucionária, do marxismo, e da possibilidade dessa teoria desvendar o real, permitindo a construção de uma tática e estratégia adequadas ao processo de transição ao socialismo. E que este não seria apenas um imperativo ético, mas uma possibilidade objetiva colocada no próprio processo de desenvolvimento contraditório do capitalismo.

Os revisionistas, ao criticarem o pretensão "dogmatismo e doutrinário" dos marxistas revolucionários, negavam o próprio papel essencial da teoria revolucionária e o valor científico do socialismo marxista. Para os economi-

cistas russos, e os revisionistas em geral, "as grandes frases contra a fossilização do pensamento dissimulavam o desinteresse e a impotência para progredir o pensamento teórico". Segundo Lênin, "sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário" e "só um partido guiado por uma teoria de vanguarda é capaz de preencher o papel de combatente de vanguarda".

O segundo capítulo aborda as implicações políticas negativas do "culto da espontaneidade", apregoado pelos economicistas, e a subestimação do fator consciente, representado pelo partido de vanguarda. Analisa a complexa relação – distorcida pelos economicistas – entre o fator consciente e o movimento espontâneo das massas. Lênin tinha consciência de que a classe operária pelas suas próprias forças não poderia chegar "senão à consciência sindical, isto é, à convicção de que seria preciso unir-se em sindicatos, conduzir a luta contra os patrões, exigir do governo essas ou aquelas leis necessárias aos operários etc."

Por isso, "todo culto da espontaneidade do movimento operário, toda diminuição do papel do 'elemento consciente', do papel da social-democracia significa – quer se queira ou não – um reforço da ideologia burguesa sobre os operários", e prossegue: "o desenvolvimento espontâneo do movimento operário resulta na subordinação à ideologia burguesa". O domínio da ideologia se dá devido ao fato de que ela é "muito mais antiga", "está completamente elaborada" e possui "meios de difusão infinitamente maiores".

No terceiro capítulo o autor trata de demarcar claramente a diferença entre a política social-democrata (comunista) e a política sindical. Diferença que os economicistas buscavam obscurecer. Afirma ele: "A social-democracia dirige a luta da classe operária, não apenas para obter condições vantajosas na venda de força de trabalho, mas, também, pela abolição da ordem social que obriga aos não possuidores a se vender aos ricos".

A consciência socialista não pode nascer espontaneamente da luta econômica entre operários e patrões. Afirma o autor: "a tarefa dos sociais democratas não se limita à agitação política no domínio econômico; a sua tarefa é transformar esta política tradeunionista (sindicalista) em uma luta política social-democrata, aproveitar os vislumbres de consciência política que a luta econômica fez penetrar no espírito dos operários para elevar estes à consciência política social-democrata".

Augusto César Buonicore

Adendo aos 80 anos de luta

“Viva o PCdoB – 80 anos de luta em prol da soberania nacional e da libertação do povo brasileiro das garras de seus colonizadores. De luta pela construção de uma sociedade sem classes, sem propriedade privada dos grandes meios de produção e igualitária para todos os cidadãos.

Contudo, a emocionante retrospectiva da edição 64 da revista *Princípios* não registrou a violência do DOPS no governo ditatorial do general João Batista Figueiredo que, mais uma vez, feriu o Partido – investindo contra a sua sede no Rio de Janeiro (em abril de 1984) e destruindo a pontapés seu centro gráfico, sempre visado no período da clandestinidade. Queriam, assim, calar sua única voz de ligação com o povo, na tentativa de amordaçar a tudo e a todos. Ainda assim não conseguiram fazer parar o crescimento de suas fileiras. Recuperando-se do ataque, o Partido seguiu articulando o Comitê Pró-Constituinte – o que resultou, finalmente, na Constituição democrática de 1988, em vigor – demonstrando que embora possam coibir idéias nunca poderão abater os ideais de um povo nem sua dignidade.

Seria importante completar o registro dos 80 anos com mais essas demonstrações da importância da militância e da contribuição que o glorioso PCdoB tem dado à pátria.”

Aglaete Martins
Rio de Janeiro/RJ

Estado antidemocrático

“(...) Israel com o apoio do Ocidente, especialmente dos EUA, continua pondo em prática uma política estratégica de Estado, de cunho racista e genocida, quase que impunemente. Então, por que apresentar Israel como ‘o único país democrático do Oriente Médio’, confundindo democracia formal com democracia efetiva, quando sua história passada e suas práticas atuais não confirmam esse tipo de análise? Enganar as pessoas também não seria mais uma forma de solapar a democracia, principalmente, quando a outra parte não tem a possibilidade de ver seus argumentos levados em conta? Considere-se que, salvo honrosas exceções, os meios informativos estão em mãos de colaboradores do sionismo ou em mãos de pessoas sob sua influência. Desta vez, salvo se a maioria das pessoas estiver enlouquecida, as vítimas não são judeus indo para campos de extermínio ou para prisões ou sendo expulsos de seus lugares de moradia, mas palestinos. O holocausto é contra os palestinos. É preciso, portanto, democratizar os meios de comunicação, sabendo-se que o discurso de que árabe é automaticamente terrorista, tenha ou não praticado alguma violência, é outro crime. (...)”

Nilson Dalledone e Hassan El-Emlah
São Paulo/SP

Princípios

Revista Teórica, Política e de Informação

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas

Editores: Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira e José Carlos Ruy

Comissão Editorial: Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, José Carlos Ruy, Adalberto Monteiro, Edvar Luiz Bonotto, Sara Romera, Luciano Martorano, Roniwalter Jatobá, Priscila Arantes e Luiz Marcos Gomes

Conselho Editorial: Aldo Arantes, Bernardo Joffily, Fernando Pupo, Haroldo Lima, Helena de Freitas, Jô Moraes, José Carlos Ruy, José Reinaldo de Carvalho, Luís Fernandes, Luís Paulino, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, Rogério Lustosa (1943-1992), Umberto Martins e Walter Sorrentino

Colaboradores: Agenor Silva, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Ary Normanha, Carlos Pompe, Clóvis Moura, Guimar Prates, Luciana de Souza Bento, Luiz Marcos Gomes, Loreta Valadares e Olívia Rangel

Secretário de Redação: Edvar Luiz Bonotto – correio eletrônico princip@vento.com.br

Projeto Gráfico: Gilberto Maringoni

Diretor de Produção e Comercial: Divo Guisoni

Administração: Zandra de Fátima Baptista

Departamento de Circulação: Cláudia de Medeiros

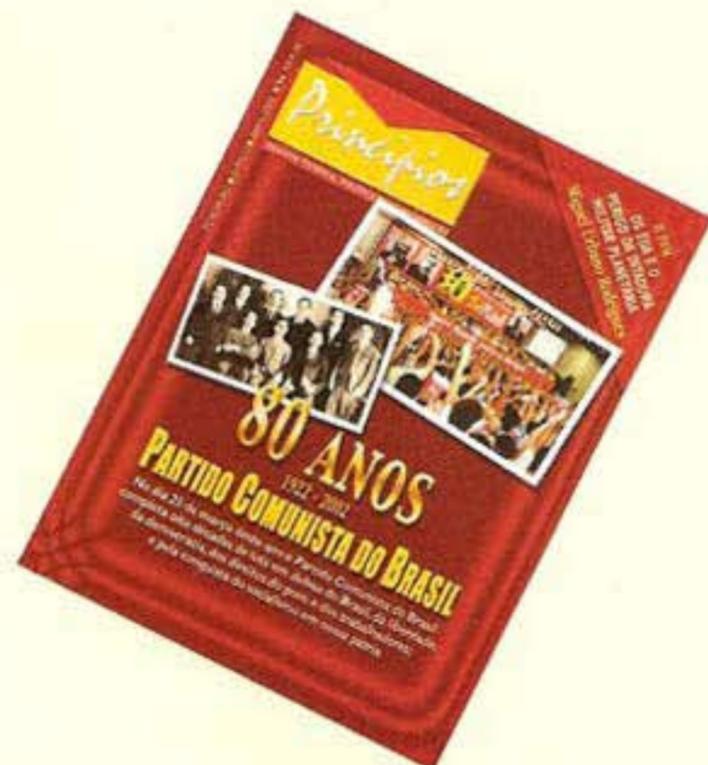
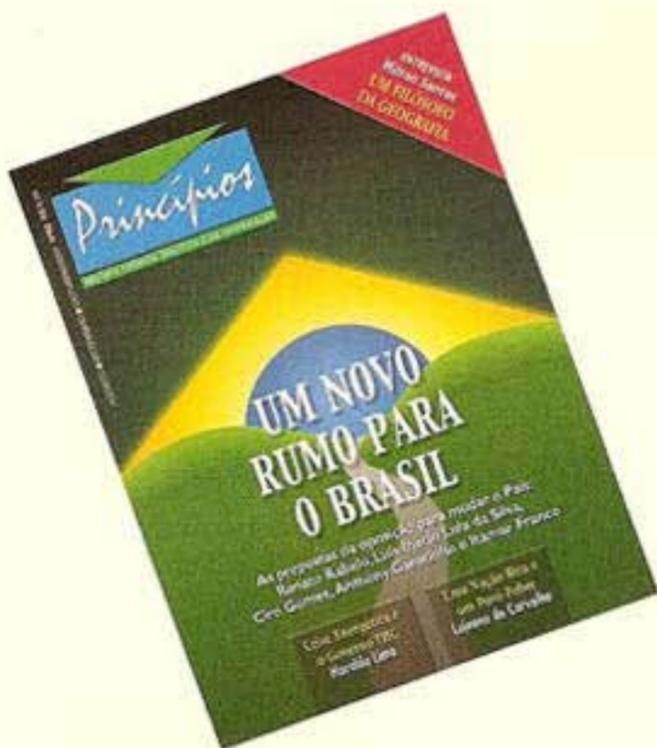
Editoração Eletrônica: Marília Rodela Oliveira

Fotolitos: A Jato

**PRINCIPIOS é uma publicação da
Editora Anita Garibaldi
R. Mons. Passalacqua, 158 -
01323-010 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 289-1331 e 3266-4312
E-mail: anita.garibaldi@uol.com.br**

A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 1400 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Pontos de Venda: SÃO PAULO: PUC - Livraria Azteca - R. Bartira, 351 - fones: 262-3397 e 864-1496; Banca Estádio - Viaduto 9 de Julho, 185 - fone: 231-3458; CPV - fone: 285-6288; USP - Livraria da Edusp - fone: 813-8837; Banca dos Artistas - Av. Paulista, 2518 - esq. R. da Consolação, Rua Manoel Gaia, 442 - Vila Mazzei (em frente a Madeirense). ARACAJU: Banca S. Francisco - Pça. Olímpio Campos; Banca Ponte do Imperador - Pça. Fausto Cardoso, Centro, fone 224-9516; Livraria Escariz - Shopping Jardins s. 81/83; Livraria Universitária - Didática I (UFS); Livraria Minuano - Didática II (UFS). CAMPOS-RJ: R. Manoel Barbosa da Silva, 27 - fone: (0247) 33-1226. FLO-RIANÓPOLIS: Banca Pça. 15 de Novembro - centro. RIO DE JANEIRO: Livraria CHE-R Gastão Penálope, 173 - Andaraí - fone: (021) 570-1181. GOIANIA: Banca do Marcão - R. 8 c/ Av. Anhangüera. NATAL: Cigarreira Tio Patinhas - Av. Rio Branco, 682-A - fone: 222-0760; Cigarreira O Revistão - Rodoviária - fone: 231-2765; Cigarreira Calçada - Centro; Cooperativa Cultural da UFRN; Centro de Convivência - Campus Universitário. VITÓRIA DA CONQUISTA: Saber Distribuidora - Pça. da Bandeira, 92 - 2º and. - sala 17 - fone: (077) 424-2311. RECIFE: Livromagazine - Av. Conde da Boa Vista, 688, fone 231-0036; Livraria Modelo - Shopping Center Recife, fonex 465-5919, Shopping Tacaruna, fonex 421-6460 e Shopping Guararapes, fonex 468-4426; Livraria Imperatriz - Shopping Tacaruna, fone 421-8667 e Shopping Guararapes, fone 464-2424; Livraria Síntese - R. do Riachuelo, 202, fone 221-4044; Livraria Potylivros - Av. Conde da Boa Vista, 1413, fone 423-1100; Livraria Sodiler - Aeroporto dos Guararapes, fone 326-0883; Bazaar 494 - R. da Hora, 456, fone 241-9842; Livraria 1001 Livros - R. do Príncipe, 410, fone 221-2270; Banca Globo I - Av. Guararapes, fonex 224-0317; Banca Destaque - Av. Conde da Boa Vista, 814, fone 222-0799; Box Viva Ler - Shopping Boa Vista, quiosque 132; Senhor Martins - Pátio de São Pedro, 25, fone 424-1366. Portugal: Distribuição Editorial Caminho, Alameda Santo António dos Capuchos, 6 - b, 1100 - Lisboa/Portugal.



**Assine a revista
que há mais de duas décadas
defende o Brasil e o socialismo**

Promoção válida até 30/6/2002

- 1) assinatura anual ou especial – brinde: livro
Uma epopéia pela liberdade: Guerrilha do Araguaia – 30 anos
- 2) assinatura bianual – brinde: uma camiseta bordada + livro
Uma epopéia pela liberdade: Guerrilha do Araguaia – 30 anos

- Assinatura bianual (8 edições) a partir do nº _____ R\$ 55,00
- Assinatura anual (4 edições) a partir do nº _____ R\$ 30,00
- Assinatura especial (9 edições: 5 passadas e 4 próximas) a partir do nº _____ R\$ 45,00

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ CEP _____

Cidade _____ Estado _____

Fone _____ Profissão _____ e-mail _____

Forma de pagamento:

Cheque nominal à Editora e Livraria Anita Ltda. Valor R\$ _____

Depósito em conta. Banco Itaú, agência 0251, c/c 48.678-3 (enviar comprovante)

Cartão Credicard ou Visa n.º _____ código de segurança _____

validade ____ / ____ / ____

Data ____ / ____ / ____

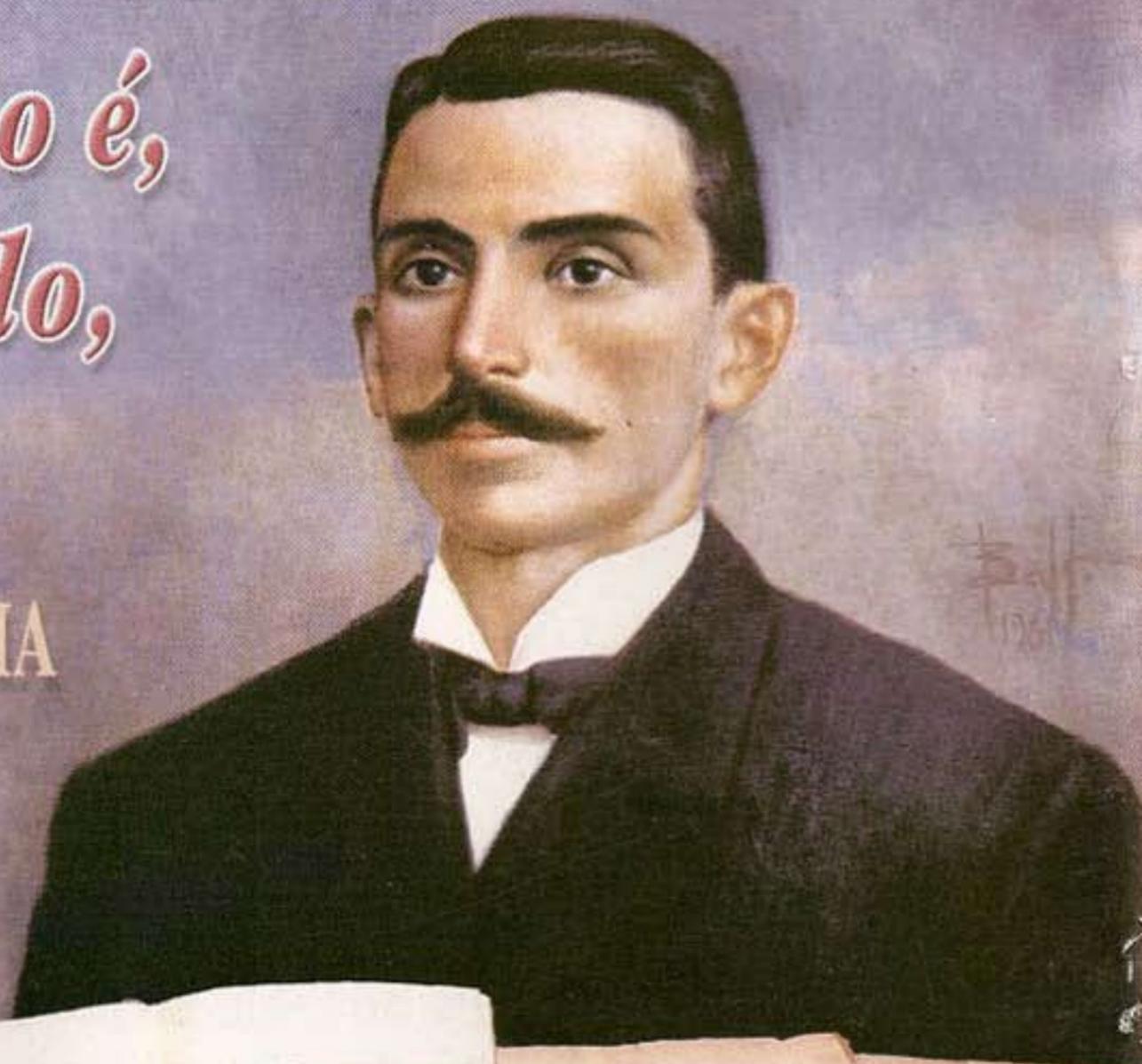
_____ assinatura do cliente

Centenário de *Os sertões*

*“O sertanejo é,
antes de tudo,
um forte”*

EUCLIDES DA CUNHA

Publicada em 1902
no Rio de Janeiro *Os sertões*
é uma obra-prima da
cultura brasileira



Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

Eleições 2002

Idéias fundamentais à elaboração do programa para um novo rumo para o Brasil



Renato Rabelo (presidente do PCdoB)
e Luis Inácio Lula da Silva

O Partido Comunista do Brasil apresenta algumas idéias que julga fundamentais para a elaboração do programa das eleições de 2002. Nesse sentido não se trata de mais um programa apresentado pelo Partido. O documento procura situar o cerne das questões econômicas, políticas e sociais que constituem um novo modelo de desenvolvimento e um novo rumo para o país. É, de certa forma, uma continuidade de um processo que vem de 1989 quando, juntamente com o PT e outras forças progressistas, se iniciou a busca de uma alternativa nacional, democrática, popular e progressista para o Brasil.

Editora Anita Garibaldi
maio 2002

“UNS MORRENDO DE FOME,
OUTROS CAINDO DOENTES,
COMENDO MASSA E CROEIRA,
POR FALTA DE MANTIMENTO,
OLHA A ERA DE NOVENTA.
A POBREZA TÁ QUEIXANDO,
DESSE JEITO NINGUÉM AGÜENTA,
OLHA A ERA DE NOVENTA, AI, AI!”

A era de noventa
Grupo Folclórico do Tatu, Goiás

1 Dentro de poucos meses, mais de 100 milhões de brasileiros aptos a votar serão chamados a decidir sobre os rumos que o país deve tomar. As opções são basicamente duas: o **continuismo**, com o candidato das forças de sustentação do atual governo, ou a **mudança**, proposta pela oposição.

2 A construção de uma alternativa ao neoliberalismo dominante é uma tarefa de vulto. São poderosas as resistências dos setores políticos e sociais que têm se beneficiado do atual modelo. É também muito difícil a situação do país e adverso o quadro internacional, marcado por uma instabilidade financeira global, resultante da crise sistêmica capitalista e imperialista. Surgem os efeitos do esgotamento e fracasso do neoliberalismo, do protecionismo, da guerra comercial entre os países ricos e da investida bélica e diplomática dos Estados Unidos visando ao fortalecimento da sua hegemonia.

3 Coloca-se a necessidade de construir um novo caminho para o Brasil, com ampla e crescente participação da sociedade. Caminho que não se resume à elaboração programática, mas que diz respeito sobretudo à luta pela sua vitória e aplicação. A urgência de uma solução tem grande dimensão, pois a reestruturação neoliberal da década de 90 aprofundou o impasse econômico e social brasileiro.

I - HERANÇA PERVERSA

4 Os anos 80 e, especialmente, os 90 (a década neoliberal do século passado) foram desastrosos: desde então a economia do país está semi-estagnada e passa por um processo de ampla desnacionalização e crises sucessivas. O Brasil se atrasou relativamente ao desenvolvimento de outras nações. Perdeu para o México o posto de economia mais desenvolvida da América Latina. Acumula um **passivo externo** próximo de 400 bilhões de dólares. Está, por isso, completamente subordinado aos ditames do capital financeiro internacional. O **passivo interno**, ou seja, a dívida pública, cresceu exponencialmente e atinge quase 700 bilhões de reais.

5 Para honrar os compromissos com os credores, o governo aumenta os impostos numa escala inédita; corta despesas sociais e investimentos importantes para o país. Isso leva, na outra ponta, a um **passivo social** revoltante: 44 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, nas quais se incluem 11

milhões que passam fome todos os dias; expressiva queda do salário real daqueles que conseguiram manter seus empregos nesses últimos três anos; milhões de desempregados e de trabalhadores precários. A subalimentação afeta um terço dos brasileiros. O elevado número de assassinatos, homicídios e outras formas de violência indica a existência de uma “guerra social”, conforme assinala a ONU num relatório especial.

6 Em contraste com isso, registra-se uma elevação dos lucros dos grandes bancos. Em 2001 esses lucros dobraram em relação a 2000, atingindo 7,76 bilhões de reais. Cúmplices, os meios de comunicação encobrem a responsabilidade da política do governo FHC nessa disparidade. Política adotada sob a supervisão do FMI.

7 As privatizações – sobre cujo processo existem pesadas suspeitas de corrupção –, a abertura comercial unilateral e sem compensação, a liberalização para movimentação do capital – ou seja, o modelo imperante – agravaram sobremodo o **impasse histórico brasileiro**: romper com esse modelo ou continuar com o desenvolvimento capitalista baseado em crescente endividamento interno e externo. A orientação de Fernando Henrique e de seu candidato, José Serra, mantém o país no círculo vicioso e perverso de dependência do capital estrangeiro, com elevadíssima taxa de juros para atraí-lo e possibilitar a rolagem da dívida, endividando-se mais, pagando mais e exigindo novos e crescentes sacrifícios do povo.

8 Os senhores das finanças e da especulação, nacionais e estrangeiros, credores do Estado que a eles transfere enormes parcelas da renda nacional, passaram a dirigi-lo em **condomínio**, desencadeando um processo de **nova colonização do país**. Diante das resistências, esse Estado neoliberal tem necessariamente de tomar feições cada vez mais antidemocráticas. Neste contexto, a herança política do neoliberalismo é igualmente triste. São retrocessos sucessivos nas conquistas democráticas alcançadas pelo povo brasileiro durante a década de 80. A Constituição de 1988, expressão jurídica maior do Estado brasileiro, foi fundamentalmente modificada. O expediente das Medidas Provisórias está completamente banalizado, constituindo-se na forma concreta com que o Executivo submete o Legislativo. Da mesma forma são cada vez mais acintosas as interferências do Executivo sobre as decisões das mais altas cortes judiciais do país. Têm sido recorrentes as tentativas de imposição de uma reforma política que restrinja o grau de liberdade partidária alcançada e que transforme a legislação eleitoral em benefício dos partidos conservadores.

DEPENDÊNCIA, A CAUSA DA ESTAGNAÇÃO

9 O Partido Comunista do Brasil reafirma que a dependência externa é um dos maiores obstáculos ao crescimento. O crescimento espetacular do passivo externo nos anos 90 (à razão de 10% ao ano, graças à desnacionalização e refinanciamento da dívida externa promovidos pelos governos FHC) conferiu à dependência uma qualidade nova, elevando-a a um grau insustentável em médio prazo.

10 A chamada "vulnerabilidade externa", que se traduz sobretudo na dependência de capital estrangeiro para cobrir as necessidades de financiamento do balanço de pagamentos, é fonte de recorrentes crises cambiais e impõe fortes restrições ao crescimento, principalmente pela via de políticas econômicas monitoradas pelo FMI, que acarretam sempre recessão econômica. Talvez por isso obtém crescente reconhecimento a tese de que não será possível criar as condições para retomar níveis de crescimento compatíveis com as necessidades do Brasil sem desarmar o nó da dependência (ou da "vulnerabilidade externa"). Até mesmo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) formula, no documento *O Brasil de todos nós*, a questão, nos seguintes termos: "nem a sustentabilidade do crescimento da economia nem a relativa estabilização das taxas de câmbio e de inflação poderão ser obtidas sem uma redução rápida e incisiva do elevado déficit externo em transações correntes, que tornou a economia brasileira altamente vulnerável a choques exógenos". Mesmo os que atribuem o estrangulamento da economia nacional à política da dívida pública interna, sobretudo, e aos juros altos dela decorrente, não deixam de reconhecer a relação entre dívida interna e externa – sua relação, portanto, com a "vulnerabilidade externa".

11 As propostas programáticas da situação e da oposição defendem que a retomada e manutenção das altas taxas de desenvolvimento e de prosperidade dependem da redução da "vulnerabilidade externa". Isso significa redução da necessidade de financiamento externo e diminuição drástica e rápida do déficit em conta corrente. Há um reconhecimento geral de que a causa do impasse ao desenvolvimento reside nessas formas de dependência externa, mesmo no caso das forças continuístas.

II - CRESCIMENTO ECONÔMICO, O MAIOR DESAFIO

12 As plataformas programáticas da situação e da oposição têm um **enunciado comum**: a retomada do crescimento econômico. Para isso apresentam alternativas de reversão do dramático retrocesso das taxas de crescimento do PIB e da aguda desigualdade social. As taxas de crescimento recuaram de uma média anual de 7% do período que vai do pós-guerra ao final dos anos 70 para algo em torno de 2% ao ano a partir da crise da dívida externa que eclodiu nos anos 80. A renda per capita estagnou. Este fenômeno, associado ao avanço do desemprego, configura um quadro de crise crônica, sem paralelo, da economia capitalista brasileira. Os períodos de crescimento do PIB são menores, fugazes, incertos e extremamente vulneráveis a turbulências externas. Não se trata mais das crises cíclicas do capitalismo, geradas pela superprodução relativa ou pelo aguçamento da contradição entre produção e consumo, embora estas continuem se manifestando. Estamos diante de uma crise bem mais séria e profunda.

13 A desigualdade social e a pobreza, que persistiram mesmo nos períodos de grande expansão da economia, nos últimos anos tornaram-se mais agudas – os 10% mais ricos

da população detêm 50% da renda nacional. A semi-estagnação aprofundou os problemas nacionais e a dívida social. É justo, portanto, que qualquer projeto para o Brasil com um mínimo de seriedade contemple a necessidade de retomar o crescimento duradouro e sustentável da economia nos níveis históricos anteriores à década de 80.

III - CONTINUIDADE DO PROJETO CONSERVADOR

14 As elites dominantes querem construir um novo consenso, com base no projeto apresentado pelo partido que vem assumindo a hegemonia das forças conservadoras e de direita – o PSDB, tendo à frente a candidatura de José Serra –, para ser executado durante o próximo governo, aprofundando a política já iniciada. O candidato governista procura cobrir tal projeto com uma roupagem social, preservando, contudo, as bases do atual modelo.

15 O sistema de dependência desenvolvido e conformato nos governos de Fernando Henrique e defendido por Serra não se resume à vulnerabilidade ou restrição externa no plano econômico. Compreende um conjunto de componentes sincrônicas, políticas e sociais, como o desmonte do Estado nacional, tornando-o um mero repassador de riqueza ao grande capital financeiro; governabilidade subordinada ao aval do FMI e atrelada ao imperialismo; vulnerabilidade da defesa nacional e estancamento do desenvolvimento tecnológico; coerção política e uso da máquina pública deformando as instituições republicanas, valendo-se de um clientelismo "moderno"; completa desvalorização do trabalho e regime de sujeição dos trabalhadores; convivência com um quadro de verdadeira guerra social. Esse é o caráter e a fisionomia do regime da era de Fernando Henrique, dos anos 90, que Serra pretende continuar, se vitorioso no pleito de 2002.

16 Na proposta governista de "retomada do crescimento econômico", de modo geral é defendida a redução do déficit em conta corrente pelo incremento das exportações (o principal) e pela substituição das importações. Porém, é preciso distinguir que o **cerne da proposta conservadora** se traduz no "esforço exportador", visando à consecução do superávit comercial como eixo principal da estratégia de desenvolvimento. As metas hegemônicas da "nova política econômica" se concentram nos meios necessários para viabilizar investimentos produtivos acima de 25% do PIB e crescimento das exportações de pelo menos 15% ao ano.

17 Na perspectiva das elites, os investimentos devem ser dirigidos prioritariamente "para ampliação da capacidade produtiva voltada para o mercado externo". Essa "política de reestruturação industrial" é, na verdade, apenas uma política de incentivo ao setor exportador. O acesso aos mecanismos de investimento está vinculado à exportação, exigindo subsídio interno de taxas de juros, benefícios fiscais e isenção tarifária de importações necessárias. Não havendo espaço para aumentar mais ainda a carga tributária, esses custos com subsídios deverão necessariamente se dar às expensas do gasto público.

18 A retomada do esforço exportador é uma política recorrente no Brasil, que sempre sucede as fases de expansão do endividamento externo e cuja última experiência ocorreu na década de 80, após o período do "milagre brasileiro". O lema do governo militar da época mudou de "Prá frente Brasil" para "Exportar é a solução", refletindo as fases sucessivas do ciclo de expansão e retração do crédito internacional e correspondendo aos ciclos de ascenso e descenso nas economias dependentes como a do Brasil.

19 O final da década de 90 trouxe o fim da oferta de crédito fácil para financiar nossas contas externas – que até então era considerada ilimitada –, revertendo a situação anterior que deixou por saldo a duplicação do passivo externo brasileiro. Mesmo o investimento direto deu-se principalmente à custa da venda de ativos nacionais. Para sustentar o fluxo de divisas, o país foi obrigado a submeter-se a acordos de monitoramento e auditoria de nossa economia pelo FMI.

20 Com a flexão da política econômica a partir da desvalorização do real em 1999, o governo FHC começou a apontar a necessidade de superávits comerciais para a redução do déficit em conta corrente. Fernando Henrique deu o grito de "Exportar ou morrer". Mas as medidas tomadas não foram suficientes para dar a essa política uma característica de verdadeiro esforço exportador. O Banco Central insiste numa política cambial e monetária de controle da inflação e não de incentivo permanente às exportações.

"ESFORÇO EXPORTADOR" É A SOLUÇÃO?

21 O "novo" projeto conservador precisa ser "vendido" à sociedade. Seus próprios autores, sem admitir o fracasso da sua política, reconhecem que o principal problema a superar é o enorme déficit externo. Com a dificuldade de captar mais recursos no exterior e cobrir o déficit com reservas internacionais, o caminho encontrado é o de gerar divisas estrangeiras através de superávits comerciais. Mas para a classe dominante, o funcionamento das contas externas representa, mais do que isso, sua ligação com o sistema capitalista mundial, o acesso a seus benefícios materiais e culturais, sua garantia de funcionamento e legitimação política.

22 O argumento apresentado nesse sentido, como sempre, é que o "esforço exportador" é o **único caminho** a seguir, a solução técnica e natural cabível. Pela inevitabilidade dessa saída, tudo o mais a ela se subordina, ao mesmo tempo em que a dívida externa e os termos em que foi contratada são considerados intocáveis. A recusa em introduzir no projeto exportador uma significativa diminuição no fluxo de receitas de capital e de amortização da dívida resulta em que, como antes, é a economia brasileira que deve se adequar às necessidades de seus compromissos externos. **O esforço exportador é uma forma de contornar a restrição externa mantendo o modelo dependente.** Na proposta conservadora o superávit serve a um único propósito: assegurar as remessas para pagamento de juros e lucros. Essa poupança nacional é apropriada pelos credores capitalistas

externos, que a aplicam segundo sua vontade e estratégia, orientada pela maximização dos lucros.

23 Outro argumento invocado é que esse "esforço" conseguirá **retomar o crescimento**, sendo a panacéia para os males atuais. Passa a ser, inclusive, o novo receituário defendido pelos agentes do "Consenso de Washington" ou, como se propala, a "solução Santiago" (porque é sustentada por economistas da Cepal). Nessa discussão é preciso sublinhar que em todas as vezes que o Brasil se submeteu a projetos de esforço exportador, o país tendeu à estagnação e ao agravamento dos problemas sociais e até políticos.

24 O critério fundamental para definir o valor e o significado de um superávit comercial é definir quem se apropria dele. O valor monetário desse superávit pode ser apropriado por um país ou por agentes econômicos externos. No caso brasileiro, quem tem se apoderado dos superávits são os grandes agentes financeiros transnacionais, como revela a experiência da década de 80. Esses agentes não investiram internamente visando à expansão da economia nacional e esta teve uma trajetória de estancamento.

25 Mesmo admitindo que as elites consigam hoje um novo consenso, o corte nos gastos públicos será inevitável e nada está assegurado quanto à restrição ao consumo interno, tornando presente a imposição, como nos últimos anos, de uma estagnação econômica, maior exclusão social e maior concentração de renda e até, no limite, a volta de um processo inflacionário originário da desvalorização da moeda. Além disso, os riscos do projeto serão tanto maiores quanto maior for o déficit externo a cobrir e mais acirrada a concorrência mundial por superávits comerciais.

26 O esforço exportador proposto se dará em uma situação hegemônica pelos Estados Unidos, que pretende a implantação da Área de Livre Comércio das Américas, ALCA, que o PSDB e seu candidato não pretendem barrar. É difícil viabilizar uma mobilização exportadora com perspectiva de tarifa zero para importação de produtos de alta tecnologia nas condições da ALCA porque o déficit comercial brasileiro se origina precisamente desses produtos. Além do mais, os Estados Unidos acentuam o protecionismo pela via não-tarifária, dificultando a obtenção por parte do Brasil de superávits comerciais expressivos e duradouros.

27 O primeiro trimestre de 2002 demonstrou os limites do projeto exportador. O modesto superávit comercial alcançado se deu à custa de forte queda das importações, que resultou até mesmo numa diminuição das exportações. Portanto não há vantagem em obter saldo positivo na balança comercial com economia semi-estagnada. Por isso persiste no "novo" projeto o dilema de sustentar um superávit alto com uma economia em expansão.

IV - PONTOS PROGRAMÁTICOS FUNDAMENTAIS PARA UM NOVO RUMO

28 O principal embate político a se travar durante a campanha eleitoral de 2002 se resume, por um lado, na tenta-

tiva de impor à nação mais um projeto conservador, que pretende resolver a "vulnerabilidade externa", apenas para perpetuar o sistema de dependência, com suas cláusulas pétreas neoliberais emanadas na década de 90 e, por outro, a defesa de um projeto alternativo de caráter nacional, democrático, popular e progressista que enfrente os problemas do sistema de dependência, a atual restrição externa, construindo um caminho soberano e de desenvolvimento autônomo para a Nação brasileira.

A SOLUÇÃO PRIMORDIAL É POLÍTICA

29 O sistema de dependência brasileiro tem caráter estrutural, sendo parte constitutiva de um conjunto capitalista integrado – o sistema financeiro mundial. A experiência de duas décadas perdidas no Brasil, assim como as crises que abalaram diferentes países ao longo da década de 90 e agora levaram a Argentina ao colapso, indicam que será preciso superar a lógica imposta por esse sistema, romper com seus dogmas, para recolocar o Brasil no rumo do progresso, viabilizando um novo ciclo de crescimento, permitindo a abertura de um novo modelo de justiça social.

30 Portanto, a **solução primordial é política**. Trata-se de reunir forças políticas e sociais para sustentar um caminho próprio, soberano, o que exige uma relação autônoma com os grandes centros financeiros e uma relação independente com o poder imperialista. A batalha se concentra em torno de dois grandes interesses antagônicos: os interesses imperialistas e neoliberais, dos países capitalistas hegemônicos e grandes monopólios internos e externos, de um lado e, de outro, os interesses patrióticos, democráticos e populares das forças revolucionárias, mudancistas e progressistas. Em suma: o centro da pendência não é uma questão de "competência" ou de formulação "técnica". O "caminho único" é uma falácia. Estamos diante de uma encruzilhada, fundamentalmente em presença de dois caminhos.

31 O caminho da mudança tem um cerne político. Exige um novo sistema de poder, distinto do atual, que somente se tornará realidade através da conformação de um novo pacto político e social, respaldado por extenso movimento cívico nacional – ou seja, uma mudança dos atores políticos e sociais dirigentes e protagonistas do processo. Para isso é imprescindível a configuração de uma frente de partidos de esquerda e progressistas de oposição ao neoliberalismo, da qual participem entidades representativas dos trabalhadores, setores médios da sociedade e agentes do capital produtivo interessados no desenvolvimento nacional. Esse pacto mudancista visa à formação de uma nova maioria política capaz de deslocar os atuais setores hegemônicos do sistema de poder – os rentistas e os comprometidos com a dependência financeira –, permitindo a reconstrução do Estado democrático, nacional, com ampliação das liberdades políticas e partidárias, revisão do instituto das Medidas Provisórias, reforma do Judiciário, reforma política de caráter democrático e progressista e democratização dos meios de comunicação.

32 Diante do atual quadro pré-eleitoral, a frente da mudança deve concentrar seu alvo de ataque no candidato da continuidade, José Serra, ungido por Fernando Henrique, candidato oficial dos banqueiros, obstáculo maior à alternativa nacional, democrática e popular. A frente da mudança pode se estender a amplas forças contrárias a essa candidatura dos setores hegemônicos, adquirindo presentemente um caráter de união em defesa do Brasil e dos interesses da maioria da nação.

O NOVO MODELO ECONÔMICO E SOCIAL

33 a) O **novo modelo** econômico baseia-se na concepção de que a economia brasileira é uma economia de natureza continental, com uma vocação natural à diversidade e à auto-suficiência; b) A **política econômica** deve ter como prioridade aumentar o nível e a qualidade de vida material e cultural do povo, dando mais segurança a seu futuro; c) O **Estado** deve assumir papel preponderante no investimento em setores estratégicos para o desenvolvimento, dirigir e planejar o esforço nacional, cuidando para que os resultados do progresso tenham divisão mais equânime, premiando o esforço e a inventividade e dando primazia à valorização do trabalho; d) O financiamento do desenvolvimento deve se basear na poupança nacional e ampliação do mercado interno, sendo o capital externo complementar e secundário.

34 **Política econômica para a prosperidade e a independência**: primeiro, a restrição externa deve ser o principal problema enfrentado para garantir a volta ao desenvolvimento. Segundo, o crescimento econômico duradouro se relaciona com a criação de uma dinâmica interna própria de produção e de solução tecnológica.

a) A **superação da restrição externa** não deve estar limitada e submetida ao esforço exportador, porque do ponto de vista popular e democrático a economia brasileira deve se adequar às necessidades nacionais e do seu povo e não às necessidades de seus compromissos externos. Assim, o enfrentamento da dependência econômica não é possível sem um novo relacionamento, soberano e autônomo, com o capital financeiro internacional e seus sócios internos. São necessárias a diminuição do serviço da dívida e das remessas das demais rendas de capital e a utilização das formas de controle do fluxo de capitais, visando adequar os compromissos externos à capacidade da economia nacional. As condições políticas e a correlação de forças determinarão se essa redução e controle serão negociados ou unilaterais. Impõe-se dar mais ênfase na substituição de importações, visando ao objetivo estratégico de recuperar a diversidade da estrutura produtiva brasileira.

b) O **crescimento econômico duradouro, baseado no fortalecimento do mercado interno**, deve estar em função de uma política industrial e agrícola voltada para garantir a dinâmica interna própria, tendo por diretrizes: crescimento mínimo de 5% do PIB anual; fomento da produção de bens de consumo de massa, incentivo à distribuição da renda e riqueza e implantação de polí-

ticas sociais básicas e universais para a expansão de um mercado de consumo de massas; estabelecimento de um novo patamar de desenvolvimento industrial, preservando a base existente e sobretudo atingindo os setores de alta tecnologia.

Incentivo à substituição de produtos importados, dando prioridade para os setores em que temos condições de alcançar competitividade imediata ou de alto valor estratégico, mas tendo como objetivo de longo prazo dotar a estrutura produtiva nacional da maior diversidade possível; incentivo às exportações, estimulando nossa competitividade própria em recursos naturais e humanos e provocando emulação tecnológica e de gestão; incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico, em especial em áreas em que dispomos de vantagens diferenciais como biotecnologia, geração, transporte e conservação de energia, inclusive biomassa e fontes renováveis de combustíveis; recuperação e expansão da infra-estrutura básica, fortalecendo os setores estatais e o poder regulador sobre concessionárias de serviços públicos privadas.

c) A política de comércio exterior deve ter por base a independência, a cooperação e o benefício mútuo, coordenando os interesses nacionais por um mundo multipolar com os interesses comerciais do país e de cooperação técnica e científica, tendo por diretrizes: prioridade para a consolidação do Mercosul e sua expansão por toda a América Latina; estreitamento dos laços de comércio e de cooperação técnica e científica com grandes parceiros alternativos, fora do centro capitalista, como China, Índia, África do Sul e Rússia; rejeição da Alca por se inserir, nas condições do mundo atual, na estratégia dos Estados Unidos de neocolonização das Américas.

35 **Financiamento do desenvolvimento e sistema financeiro:** o verdadeiro gargalo do desenvolvimento é o financiamento externo, a "restrição externa", que deve ser enfrentada com a diminuição do passivo externo, o estabelecimento de uma nova política industrial desenvolvimentista com substituição de importações e aumento das exportações. A reforma do sistema financeiro e o redirecionamento das aplicações dos fundos de poupança compulsória e dos fundos de pensão, aliados a uma política ativa de redução da taxa de juros da dívida pública federal (que liberará recursos dos títulos públicos para a produção) e diminuição do "spread" para os financiamentos bancários podem garantir os recursos para financiamento adequado da expansão, da produção e do comércio a uma taxa de investimento próxima dos 30% do PIB.

A reforma do sistema financeiro tem como diretrizes o incentivo à concessão de crédito ao investimento e ao consumo; instituição do crédito dirigido, isto é, o estabelecimento de metas de empréstimos por setor ou por tipo de tomador que sujeitem os bancos à disciplina da política econômica e não apenas a seus próprios interesses de rentabilidade e segurança; reforma do Banco Central, que concentra diversas funções diferentes e conflitantes, dividindo-o em três diferentes instituições: a) um Banco Central prestador final ao sistema financeiro; b) uma comissão de fiscalização das instituições financeiras, nos moldes da Comissão de Valores Mobiliários; c) um

fundo de gestão de divisas, como no Canadá e outros países; redirecionamento do crédito dos bancos oficiais; redefinição das aplicações dos fundos de poupança compulsória (FGTS e FAT) e dos fundos de pensão.

36 **Universalização dos direitos sociais:** o novo modelo de desenvolvimento, tem nos interesses populares um dos seus pilares centrais. Por isso dará toda prioridade necessária para que os direitos sociais básicos como saúde, educação, saneamento, habitação e reforma agrária sejam universalizados.

Por outro lado é inadmissível que perdure a situação atual na qual milhões de brasileiros passam fome todos os dias. O novo governo tomará todas as medidas ao seu alcance, de emergência e estruturais, bem como estimulará a solidariedade para que a fome deixe de atormentar as pessoas que dela padecem.

37 **Reforma Tributária:** o alcance de uma nova sustentabilidade fiscal passa pela execução de uma reforma tributária que tenha por base o equilíbrio federativo, a prioridade para a tributação direta e o fim das contribuições em cascata contemplando: aumento da progressividade do imposto de renda das pessoas físicas; progressividade dos demais impostos diretos sobre a propriedade (ITR, IPTU e de herança); criação do imposto sobre grandes fortunas, compensável por todos os outros impostos diretos federais, servindo como piso mínimo de tributação dos contribuintes; extinção do caráter cumulativo das atuais contribuições sociais sobre o faturamento e o lucro, substituindo-as por duas novas contribuições, uma sobre o faturamento e outra sobre o lucro, mas sem serem cumulativas; transformação do CPMF em imposto de caráter fiscalizador, com uma alíquota universal apenas simbólica.

38 **Previdência Social:** o problema fundamental do déficit da Previdência Social está relacionado à diminuição de sua base de contribuintes e na desoneração da folha de pagamento de seus encargos. Apenas o crescimento da economia, que traga um número crescente e estável de novos contribuintes, juntamente com fim dos assalariados sem carteira assinada e ao trabalho informal, pode garantir em curto prazo o fim do déficit.

O financiamento deve ser reformado reduzindo-se a participação variável do empregador, substituindo-a por uma participação fixa nas novas contribuições sociais sobre o lucro e o faturamento. O engajamento do empregador será variável na relação inversa à intensidade do uso de mão de obra: atividade intensiva de mão de obra poderá contribuir com até metade da de seus trabalhadores, atividade pouco intensiva poderá contribuir com até o dobro da contribuição de seus trabalhadores.

O pagamento de benefícios pelo INSS cuja natureza seja de assistência social, fora do regime geral da previdência (aposentadoria por idade ao trabalhador rural e outros segurados especiais), deverá ser ressarcido pelo Tesouro Nacional com recursos do Orçamento da Seguridade.

39 **Valorização do trabalho, ampliação das conquistas trabalhistas e distribuição de renda.** Redução da jornada de trabalho sem prejuízo para os salários, tendo por objetivo, entre outros, a ampliação do nível de emprego, sobretudo no mercado formal de trabalho, o que contribuirá para o propósito

de reduzir os níveis de precarização (e/ou "informalização"), bem como a ampliação da massa salarial;

Erradicação do analfabetismo e elevação do nível de escolaridade média dos trabalhadores. Ampliação e manutenção dos direitos trabalhistas e reversão do processo de flexibilização e precarização do mercado de trabalho, inclusive com a revogação de decretos, portarias e leis que foram impostos pelo governo FHC com o objetivo de reduzir direitos e precarizar contratos.

Valorização do salário mínimo, recuperação do poder aquisitivo dos salários perdido ao longo dos últimos anos e instituição de uma política salarial que preserve o valor real dos salários. Aplicação do artigo 7º, inciso 1º, da Constituição e de norma da convenção da OIT que impedem a demissão imotivada.

O novo governo se relacionará de forma democrática com os trabalhadores, suas lutas e organizações de classe, respeitando a liberdade e autonomia sindical.

OUTRAS QUESTÕES PROGRAMÁTICAS FUNDAMENTAIS

40 Uma nova política de defesa nacional. O pensamento estratégico que predominou em nosso país, no período da guerra fria, esteve fortemente condicionado pela visão, de matriz norte-americana, de que nosso inimigo era a antiga URSS. Findo esse período, quando emerge um mundo unipolar e o Brasil entra em fase democrática, esse pensamento estratégico começou a ser rediscutido. Os EUA sustentaram a idéia de transformar as forças latino-americanas em forças especiais de combate ao narcotráfico.

As forças armadas brasileiras não se sujeitaram a essa proposta. Criado o Ministério da Defesa, novas posições conceituais foram firmadas no documento intitulado *Política de Defesa Nacional*.

A linha geral desse documento é acertada, necessita ser aplicada, desenvolvida e cotejada com as mudanças contínuas da realidade. Seu ponto de partida é posição brasileira não agressiva e não intervencionista, tendente à solução pacífica dos litígios que surjam. Relaciona defesa nacional com o fortalecimento democrático e à redução de desigualdades sociais no país. Mostra que um país continental como o Brasil não pode se abster de seu natural papel geopolítico e não pode prescindir de uma política eficiente e moderna de defesa.

O novo governo se alinha com as posições que o documento defende sobre a necessidade de não abrir mão da soberania nacional, de ter capacidade dissuasória, de criar no seio do povo uma mentalidade de defesa nacional, de envolver nessa defesa setores industriais e técnico-científicos.

Além disso, o governo assumirá compromissos com as seguintes idéias e medidas:

1) hoje, diferente do que se achava no passado, nossa área crucial de defesa não é o Sul, mas o Norte, especialmente a Amazônia;
2) a criação de uma mentalidade de defesa vem com a revitalização da auto-estima da gente brasileira, baseada na divulgação ampla da história de lutas nacionais, democráticas e populares do Brasil;

3) a situação das terras indígenas em áreas fronteiriças deve ser encarada sob dois critérios conjugados: a) os índios devem ser protegidos pelo Estado, suas terras devem ser demarcadas, e b) a defesa nacional nas sensíveis áreas de fronteiras não comporta vulnerabilidade;

4) o reequipamento das três forças deve ser objetivo primordial, com as conseqüências orçamentárias que isso supõe;

5) na aquisição de modernos equipamentos deve se cuidar para que, na área de defesa, seja cada vez maior a independência do país de material importado;

6) a questão dos efeitos deve ser vista sob o ângulo da qualidade do combatente da ativa, da mobilização da reserva e da remuneração condigna de todo o efetivo;

7) como princípio geral, todo empenho deve ser feito para que as forças armadas correspondam, em eficácia, à magnitude do país a quem constitucionalmente servem.

41 **Ciência e Tecnologia.** A aplicação do projeto neoliberal provocou a crise de abandono e fragmentação por que passa o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, agravando a dependência e o relativo atraso tecnológico brasileiro. O corpo de cientistas e pesquisadores, assim como os laboratórios do país, passa por grandes dificuldades.

Aos cortes orçamentários e ao desvirtuamento dos objetivos centrais do Sistema soma-se o fato de que o investimento estrangeiro ao comprar empresas nacionais provocou invariavelmente o abandono da pesquisa empresarial para criar tecnologia original. Hoje, são elevados os déficits na balança tecnológica.

A superação dessa situação é fundamental para a construção de uma nação forte, moderna e soberana. Cabe ao Estado papel fundamental na reconstrução e reorientação de todo o Sistema com o objetivo de alcançar a autonomia tecnológica do país – componente indispensável do novo modelo de desenvolvimento econômico e bem-estar social.

O novo governo deve adotar medidas de fortalecimento das instituições executoras de pesquisa básica, aplicada e formação de recursos humanos de alto nível, bem como fortalecer a inovação em elos estratégicos da cadeia produtiva do país, buscando também uma política de patentes a serviço dos interesses nacionais.

42 **Cultura e Arte.** O Brasil enfrenta, nas últimas décadas, o crescimento avassalador da presença do ideário neoliberal no campo da cultura e da arte, traduzido no fortalecimento da invasão cultural estrangeira e no desmonte de instituições públicas de defesa, fomento e difusão da produção cultural e artística brasileira. Outro aspecto dessa realidade é visível no fortalecimento do caráter de mercadoria dos bens culturais e na crescente privatização do financiamento da produção cultural que dá ao mecenato privado o poder de definir temas, formas e conteúdos.

O novo governo deverá enfrentar essa realidade para preservar e fortalecer a identidade cultural do povo brasileiro, adotando uma política que libere sua imensa capacidade criativa. Com essa finalidade deverão ser usados instrumentos do poder público para impor limites ao domínio do mercado sobre a produção artística e cultural, fortalecendo seu caráter de objetos de conhecimento, fruição e desenvolvimento humano.

Nesse sentido, deverá tomar medidas para: amparar e fomentar a produção artística, cultural e literária do país; recriar instituições públicas de financiamento público, democrático e transparente, para os múltiplos aspectos, temáticos e regionais, da produção cultural brasileira e patrocinar sua ampla difusão; defender e promover a língua portuguesa como parte fundamental da identidade nacional.

43 **Uma nova política externa soberana, independente e de cooperação.** A política externa do novo governo deve necessariamente considerar que o Brasil se encontra na área de influência dos Estados Unidos, superpotência hegemônica no mundo que se outorga o direito de intervir permanentemente, até pela guerra, em qualquer país do mundo que não se alinhe ao seu ideário.

O novo governo se pautará pela seguinte orientação: busca da paz entre os povos e nações; postura externa independente, de afirmação da soberania brasileira e de convivência em pé de igualdade com as outras nações, mantendo equidistância dos grandes centros de poder mundial; participação independente nos organismos políticos e econômicos internacionais; ingresso do Brasil, como membro permanente, no Conselho de Segurança da ONU; estreitamento dos laços de amizade com as nações latino-americanas e com países de outras regiões que tenham interesses semelhantes aos do Brasil, como Índia, África do Sul, China e outros.

44 **Superação das desigualdades regionais:** país de dimensões continentais o Brasil convive com acentuadas diferenças entre suas regiões, umas mais outras menos desenvolvidas, umas mais privilegiadas que outras. O novo governo tomará medidas e reconstruirá em novas bases instrumentos para que essas distorções sejam progressivamente eliminadas dentro de uma concepção de desenvolvimento nacional harmônico e integrado.

Quanto à Amazônia, região estratégica pelas suas extensas áreas de fronteiras, por seus recursos hídricos, sua extraordinária biodiversidade, diversificada e abundante planície mineral, o futuro governo buscará aprofundar o conhecimento científico da região com vistas a um desenvolvimento sustentável onde esteja assegurada a soberania brasileira.

V - A TRANSIÇÃO PARA O NOVO PROGRAMA

45 No trânsito para adoção do novo programa de mudança, o país herdará do governo FHC pesadas restrições externas e internas: imenso passivo externo, juros elevados, acordos internacionais lesivos à soberania, mercado e condições de trabalho adversos ao trabalhador. Uma realidade plasmada pela hegemonia do capital financeiro internacional. Os interesses desses agentes hegemônicos fomentarão uma corrente antitransição. O que vai estar em tela são os meios políticos e econômicos necessários para fazer frente a essa contracorrente.

46 Os passivos herdados – dívidas externa e interna – representam peso de opções políticas dos governos pas-

sados sobre o novo governo que assumirá em 2003. O novo governo não poderá dar adequada solução ao problema do financiamento externo e ao equilíbrio fiscal sem considerar a necessidade de rever seus termos, custos e cronograma de pagamentos. Nessa situação é que se fará sentir a importância de coeso e amplo pacto das forças oposicionistas interessadas no novo rumo, apoiado em amplo movimento político do povo, permitindo assim a formação de uma nova maioria política.

47 Será preciso estabelecer um novo relacionamento com os investidores e credores externos e internos, de independência e respeito mútuo. Conforme o nível das condições dadas, serão adotadas medidas de renegociação e, no limite, medidas unilaterais para enfrentar o endividamento e o disciplinamento do investimento externo, tendo em vista um ajustamento às necessidades nacionais e garantia de rentabilidade e segurança para os investidores.

48 Outra faceta fundamental na transição se relaciona com a superestrutura político-institucional. Segundo juristas conceituados, a Constituição de 1988 sofreu rápido processo de desfiguração por via de emendas que lhe subtraíram características básicas, amputando aspectos fundamentais de seu projeto original para atender à reestruturação neoliberal. Estamos diante de uma questão constitucional. Até ideólogos da situação defendem a convocação de uma Constituinte, porque, mesmo à custa das emendas que mudaram a linha geral da Carta de 88, ainda falta consolidar o seu desiderato liberalizante.

49 As correntes oposicionistas, se vitoriosas, estarão diante de uma peça constitucional disforme, que revogou valores democráticos, nacionais e populares conquistados em 1988. Impõe-se, assim, após a vitória de um novo governo dessas correntes, considerando o quadro político que venha a se manifestar, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livremente eleita, de caráter exclusivo, para assentar bases constitucionais que permitam a construção do programa democrático, de reconstrução nacional, voltado para os anseios populares.

O sentido do novo Programa indica que a retomada do desenvolvimento está baseada na reconstrução nacional, na confiança na potencialidade do Brasil e de seu povo, na defesa da democracia, na equidade social e na valorização do trabalho.

A Comissão Política
do Comitê Central
do Partido Comunista do Brasil

São Paulo, 17 de maio de 2002